

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO HUMANA
MESTRADO

LUISETE MORAES BANDEIRA

FORMAÇÃO A DISTÂNCIA PARA CONSELHEIROS DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR: ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO.

Brasília

2012

LUISETE MORAES BANDEIRA

FORMAÇÃO A DISTÂNCIA PARA CONSELHEIROS DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR: ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Nutrição Humana da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Mestre em Nutrição Humana.

Orientadora: Prof^a Dr^a Elisabetta Recine

Co-orientadora: Prof^a Dr^a Natacha Total

Brasília

2012

Ficha Catalográfica

--

LUISETE MORAES BANDEIRA

FORMAÇÃO A DISTÂNCIA PARA CONSELHEIROS DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR: ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Nutrição Humana da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Mestre em Nutrição Humana.

Brasília, 13 de agosto de 2012.

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Elisabetta Recine (presidente)
Programa de Pós-Graduação em Nutrição Humana, Universidade de Brasília

Prof^a Dr^a Renata Alves Monteiro (membro interno)
Departamento de Nutrição, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília

Prof. Dr. Elioenai Dornelles Alves (membro externo)
Departamento de Enfermagem, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília

Prof^a Dr^a Anelise Rizollo (suplente)
Departamento de Nutrição, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

À minha falange de anjinhos da guarda, sempre de prontidão para me levar pelo bom caminho, além de colocarem tesouros por onde eu passo.

À minha mãe, por ser uma fortaleza e por me amar e educar para o mundo. Acredito que são poucos os pais que possuem esta sabedoria.

Ao meu pai pelo amor e cuidado dedicado a mim durante a minha infância, levando-me todo o dia para escola, fazendo o meu café. Hoje entendo o valor destas pequenas coisas e agradeço-lhe muito.

Ao meu irmão Luiz Carlos, que sempre soube deste sonho e me apoiou, assim compartilhamos nossas conquistas pela vida a fora.

À minha prima Adriana que me acolheu em Brasília ao chegar do Sul. Obrigada prima pelo apoio e carinho!

Ao meu namorado Luciano, um dos tesouros da minha vida, por compartilhar os finais de semana em casa e dizer que adora ficar ao meu lado, mesmo quando estou grudada no computador.

A professora Renata Monteiro, que despertou o sonho deste projeto em mim e me fez acreditar! Posso dizer que se hoje estou aqui, devo muito, mas muito a ela. Muito obrigada professora, você é um destes tesouros que meus anjos da guarda colocaram em meu caminho.

À professora Betta pela segurança e clareza. Professora lhe admiro muito, mas muito mesmo.

À professora Natacha pela paciência e competência, posso dizer que ela tem o dom de ensinar.

À Ada, Luiza, Nataly e Tayne pelo compromisso, confiança e dedicação. Obrigada por terem acreditado, desde o início, que este projeto seria um sucesso, sem vocês ele não seria possível.

Às amigas Dirce e Gabrielle por sempre acreditarem em mim e me incentivarem incondicionalmente.

HOMENAGEM AOS PARTICIPANTES DO CURSO

“Apresento aqui alguns comentários dos participantes, que me motivaram, me realizaram e me fizeram ter certeza que sigo por um bom caminho. Ressalto que só foi possível trilhar este caminho, porque pude contar com dedicação e orientação das professoras Betta e Natacha.”

“[o curso]... Foi muito bem administrado, pois todas as dúvidas que eu tinha consegui solucionar e obter uma resposta, mesmo trabalhando na área da alimentação escolar, eu tinha dúvidas, com os fóruns foi possível adquirir muito conhecimento na área.”

Depoimento participante 1.

“A disciplina abordada foi muito apropriada aos Conselheiros, trazendo conhecimentos de forma sistematizada e proveitosa a todos.”

Depoimento participante 2.

“Achei o conteúdo muito bom e objetivo e fácil de compreender. Aprendi bastante com o curso. Estou satisfeito!”

Depoimento participante 3.

“É uma iniciativa digna de receber elogios! Seria bom que o exemplo fosse seguido nos demais municípios do Brasil. Isso mostra que ainda existe profissionais comprometidos com seu trabalho e que certamente contam com o apoio dos governantes e instituições sérias, e que sabem o significado de garantir uma alimentação de qualidade bem como todo o processo para se chegar ao cumprimento legal das diretrizes do PNAE/FNDE.”

Depoimento participante 4.

“Ótimo, pois ampliou os conhecimentos em relação ao trabalho que executo e conheci as diversidades dos outros municípios e seus problemas.”

Depoimento participante 5.

“Foram excelente vocês foram muito bons a disciplina muito boa clara e objetiva.”

Depoimento participante 6.

RESUMO

Introdução - Os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) são instâncias responsáveis pelo controle social do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Atualmente existem cerca de 78.320 conselheiros de alimentação escolar. No período 2002 e 2007 o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) formou 10.877 conselheiros (% do total estimado). Estes dados indicam a necessidade de se investir na diversificação e ampliação dos processos de formação de conselheiros. **Objetivo** - Este trabalho consistiu na elaboração, aplicação e avaliação de um curso de formação à distância para conselheiros de alimentação escolar, com intuito de propor um desenho a ser ofertado em maior escala. **Metodologia** – *Planejamento* – Identificou-se por meio de questionário de autopreenchimento as características sociodemográficas e as necessidades de formação dos conselheiros. Em seguida, foram definidos: a viabilidade de um curso online para este público, os temas de cada unidade; o modelo mais adequado para sistematizar a elaboração e aplicação do curso; o desenho instrucional; o ambiente virtual de aprendizagem (AVA); as tecnologias de informação e comunicação e a linguagem mais adequada. *Elaboração* – Foram estabelecidos os objetivos educacionais, os conteúdos, os procedimentos instrucionais, as escalas de avaliação da satisfação dos participantes em relação ao curso e ao desempenho do tutor e os instrumentos de avaliação da aprendizagem. Para avaliar a satisfação dos participantes em relação ao curso e ao desempenho do tutor foram construídas duas escalas. Para a avaliação diagnóstica e somativa da aprendizagem, construiu-se o pré e pós-teste, já para a avaliação formativa da aprendizagem foram elaboradas escalas para avaliar: os fóruns, o estudo de caso e as atividades práticas, bem como a pontuação das atividades de análise de documento (múltipla escolha). *Aplicação* – O curso teve duração de três meses e contou com o trabalho de quatro tutores. **Resultados** - Dos 145 conselheiros que responderam ao questionário, 71% (n=103) eram mulheres e 48,3% (n=70) representavam o segmento de trabalhadores da educação, professores ou alunos. Os temas referidos de maior importância para sua formação foram: procedimento licitatório (37,2%) (n=54), prestação de contas (32,4%) (n=47), controle de qualidade dos alimentos (23,4%) (n=34), papel/postura dos conselheiros (22,8%) (n=33) e compra de alimentos da agricultura familiar (19,3%) (n=28). Selecionou-se o modelo de

sistematização proposto por Moore & Kearsley, o Desenho Instrucional Cognitivo, bem como o AVA Moodle. Já os procedimentos instrucionais selecionados foram: aula em formato de *storybord*, vídeo, tutorial, videoconferência, fórum, estudo de caso, análise de documento e atividade prática. O curso contou inicialmente com 107 participantes, o percentual de evasão foi de 32,8%. 47 participantes tiveram participação suficiente e enviaram o pré e pós-teste, portanto, este foi o número de participantes que fizeram parte da avaliação do curso. Tanto a *satisfação dos participantes* em relação ao curso (80,2%) quanto *ao desempenho do tutor* (70,5%) foram suficientes. E apesar de não haver diferença estatística significativa o pré (9,0) e pós-teste (8,7), os participantes tiveram bom desempenho na avaliação formativa (média 68,6%), realizada ao final de cada unidade. **Conclusão** – A identificação do perfil sociodemográfico e das necessidades de formação possibilita o adequado planejamento de ações voltadas aos conselheiros de alimentação escolar. E reforçaram a viabilidade de um curso on-line para este público com os temas referidos como de maior importância. Além disso, os participantes demonstraram satisfação em relação ao curso e ao desempenho do tutor. Infere-se que a participação dos tutores no processo de elaboração do curso contribuiu de forma significativa no desempenho destes. Os dados obtidos por meio da avaliação formativa indicam que o processo de ensino-aprendizagem adotado foi positivo e que o desempenho dos participantes foi melhor nas atividades práticas, legitimando as premissas acerca das características dos aprendizes adultos. Por fim, recomenda-se a replicação do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar em maior escala, após adaptação dos itens pontuados.

Palavras-chave: Programas e políticas de nutrição e alimentação, conselheiros, controle social, educação a distância.

ABSTRACT

Introduction - The Council of School Feeding are bodies responsible for social control of the National School Feeding. Currently there are about 78,320 school feeding counselors. Between 2002 and 2007 the National Fund for Education and Development trained 10,877 counselors (% of estimated total). These data indicate the need to invest in diversification and expansion of procedures for training counselors. **Objective** - This work consisted in the development, implementation and evaluation of a distance training course for school feeding counselors. **Methodology** – *Planning* - First identified (self-report survey) the sociodemographic characteristics and training needed for the school feeding counselors. From this survey were defined: the feasibility of an online course for this audience, the themes for each unit, the most appropriate model to systematize the development and implementation of the course, the instructional design, the virtual learning environment (VLE), Information and Communication Technologies (ICTs) and the most appropriate language. *Preparation* - In this stage were established educational objectives, content, instructional procedures, rating scales of the satisfaction of participants to the course and the performance of the tutor and evaluation instruments of learning. To evaluate the satisfaction of participants to the course and to the performance of the tutor were constructed two scales. For the diagnostic evaluation and summative learning, were built the pre and post-test, and for the formative evaluation of learning, scales have been developed to measure: the forums, the case study and practical activities, as well as scores for activities document analysis (multiple choices). *Application* - The course lasted three months and included the work of four tutors who acted from the calling up the monitoring of each participant in the activities of the course. **Results** – Of the 145 counselors who responded to the questionnaire, 71% (n=103) were women and 48.3% (n=70) represented the segment of education workers, teachers or students. The themes of greatest importance, according to counselors, to compose a training course were: 1) competitive bidding procedure (37,2%) (n=54), 2) accountability (32,4%) (n=47), 3) quality control of food (23,4%) (n=34), 4) the role/position of counselors (22,8%) (n=33) and 5) buying food from family farms (19,3%) (n=28). Was selected the model to systematize proposed by Moore & Kearsley, the Cognitive Instructional Design and the Moodle VLE. The instructional procedures

selected were: classroom in storyboard format, video, tutorial, video conferencing, forum, case study, document analysis and practical activity. The course initially had 107 participants, the percentage drop was 32,8%. 47 participants had a sufficient interest and sent the pre and post-test. Both the satisfaction of participants to the course (80,2%) and for the performance of the tutors (70.5%) was sufficiently. In relation to learning, although no statistically significant difference between scores of participants in the pretest (9.0) and post-test (8.7), they performed well in the formative assessment (mean 68.6%), held on the end of each unit. **Conclusion** – Sociodemographic data and training needs investigated, allow adequate planning of actions to school feeding counselors. And note that the content covered should be well structured, since the counselors are people involved with the school food issue. In addition, they reinforce the viability of an online course for this audience and identify the issues that matter most, according to counselors, to compose a training course. The participants expressed satisfaction about the course and performance of the tutor. The data obtained through formative evaluation indicate that the process of teaching and learning adopted in the course was positive and the participants' performance was best in practical activities, validating the assumptions about the characteristics of adult learners. However, it was identified that the planning and execution of the forums should be reviewed, as was observed underperformance of participants for this activity. At last, it is recommended the replication of the Distance Training Course for School Feeding Counselors on a larger scale.

Key-words: Nutrition programs and politics, counselors, social control, education distance.

LISTA DE SIGLAS

AF	Agricultura Familiar
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CD	Compact Disk
CECANE	Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar
CHAs	Conhecimentos Habilidades e Atitudes
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DAS	Demonstrativo Sintético Anual
DVD	Digital Vídeo Disk
EAD	Educação a Distância
EE	Entidade Executora
EUA	Estados Unidos da América
FNDE	Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação
FR	Folha de Rosto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
RAG	Relatório Anual de Gestão
REBRAE	Rede Brasileira de Alimentação e Nutrição
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
TIC's	Tecnologias de Informação e Comunicação
UnB	Universidade de Brasília
VLE	<i>Virtual Learning Environment</i>

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Modelos de sistematização de elaboração e aplicação de cursos de educação a distância.....	32
Quadro 02 – Construção dos Objetivos Educacionais do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar, a partir das necessidades de formação identificadas, 2011.....	37
Quadro 03 – Classificação dos Objetivos Educacionais do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar, Brasil 2011.....	41
Quadro 04 – Plano instrucional do Curso de Formação a distância para Conselheiros de Alimentação Escolar, 2011.....	43
Quadro 05 – Plano instrucional dos procedimentos instrucionais de avaliação formativa das Unidades II, III, IV e V do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar, 2011.....	51
Quadro 06 – Ferramenta de avaliação dos Fóruns do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar, 2011.	53
Quadro 07 - Plano instrucional dos procedimentos de avaliação formativa das Unidades VI e VII do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar.	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Hierarquia da Taxonomia dos Objetivos Educacionais definidas por Bloom.	40
Figura 02 – Conteúdo da Unidade I do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar - apresentação dos temas abordados em cada unidade por meio de um organizador, 2011.	45
Figura 03 – Imagem inicial do vídeo apresentado no formato de <i>storyboard</i> no Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar, 2011 - recurso empregado por meio do <i>software Articulate Engage 09</i>	46
Figura 04 – Apresentação de um fragmento do Ambiente Virtual de Aprendizagem do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar, 2011.	47
Figura 05 – Formato dos textos com os conteúdos de cada unidade do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar.	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Evolução do valor per capita, em reais, repassado por aluno às Entidades Executoras para execução do PNAE, segundo público atendido. Brasil, 1997 a 2012. . 23	
Gráfico 02 – Número de conselheiros entrevistados no Encontro Nacional do PNAE, segundo o estado brasileiro a que pertenciam, Brasil 2010.	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Relato dos conselheiros a respeito do segmento ao qual representam no Conselho de Alimentação Escolar.	68
Tabela 02 – Distribuição percentual das respostas dos Conselheiros de Alimentação Escolar sobre o grau de facilidade e conhecimento das funções técnicas do CAE, obtidas por meio de questionário de autopreenchimento de avaliação das necessidades de formação, respondido durante o Encontro Nacional do PNAE, Brasil 2010.	70
Tabela 03 – Frequência de citação de temas considerados importantes para compor cursos de formação, na opinião dos conselheiros de alimentação escolar. Brasil, 2010.	71
Tabela 04- Média e desvio padrão das respostas dos Conselheiros Alimentação Escolar. Avaliação para as escalas de avaliação de satisfação quanto ao curso e ao desempenho do tutor.	91
Tabela 05 – Média, desvio padrão, pontuação máxima, percentual médio de desempenho e percentual de participantes que realizaram as atividades do curso.	92

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	16
2.	INTRODUÇÃO	17
3.	REVISÃO TEÓRICA	20
3.1.	O Programa Nacional de Alimentação Escolar	20
3.2.	O Conselho de Alimentação Escolar.....	24
3.3.	Educação a Distância voltada para aprendizes adultos	27
4.	JUSTIFICATIVA.....	19
5.	OBJETIVOS	30
5.1.	Objetivo Geral.....	30
5.2.	Objetivos específicos.....	30
6.	METODOLOGIA	30
6.1.	Planejamento.....	30
6.2.	Elaboração	35
6.2.1	Definição dos Objetivos Educacionais	35
6.2.2.	Classificação dos objetivos educacionais	40
6.2.3.	Definição da sequência de conteúdos	41
6.2.4.	Definição dos procedimentos instrucionais	42
6.2.5.	Elaboração dos conteúdos de cada unidade do curso	45
6.2.6.	Elaboração dos instrumentos de avaliação da reação dos participantes ao curso e ao desempenho do tutor.....	48
6.2.7.	Elaboração dos instrumentos de avaliação do processo de aprendizagem	49
6.2.8.	Atividades dos tutores na fase de elaboração do curso.....	57
7.	Aplicação do curso	58
7.1.	Convite aos participantes.....	58
7.2.	Atividades dos tutores na aplicação do curso	59

8. Aspectos éticos	60
9. Análise dos dados.....	60
10. RESULTADOS.....	61
10.1. Artigo 1: Características sociodemográficas e necessidades de formação de conselheiros de alimentação escolar	62
10.2. Artigo 2: Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar: Avaliação da Aprendizagem e da Satisfação dos Participantes em relação ao Curso e ao Desempenho do Tutor.....	78
11. CONCLUSÕES	101
12. RECOMENDAÇÕES	102
13. REFERÊNCIAS.....	103
14. APÊNDICES.....	110
15. ANEXO	167

1. APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação é estruturada nos seguintes tópicos: *Introdução*, *Justificativa e Revisão Teórica*, os quais visam contextualizar os principais temas abordados, com destaque para a evolução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Conselho de Alimentação Escolar e a Educação a Distância voltada para aprendizes adultos. Em seguida, apresenta-se os *Objetivos* propostos. Na *Metodologia*, são descritas as etapas de: 1) planejamento, 2) elaboração e 3) aplicação do curso proposto para conselheiros de alimentação escolar.

No *planejamento* do curso (etapa 01) foi realizado o levantamento das características sociodemográficas e das necessidades de formação dos conselheiros de alimentação escolar com o objetivo de elaborar um curso adequado a estes sujeitos. A partir deste levantamento, selecionou-se o modelo mais adequado para a elaboração e aplicação do curso, bem como o desenho instrucional, o ambiente virtual de aprendizagem e a linguagem mais adequada.

A *elaboração* (etapa 02) consistiu no estabelecimento dos objetivos educacionais do curso, dos conteúdos, dos procedimentos instrucionais e ainda, na construção dos instrumentos de avaliação da aprendizagem. A *aplicação* do curso (etapa 03) teve duração de três meses e contou com o trabalho de quatro tutores, que atuaram desde o convite até o acompanhamento de cada participante nas atividades.

Os resultados da dissertação são apresentados em dois artigos, a saber: 1) Características Sociodemográficas e Necessidades de Formação de Conselheiros de Alimentação Escolar e 2) Avaliação da Aprendizagem e da Satisfação dos Participantes em relação ao Curso e ao Desempenho do Tutor. Por fim, apresentam-se as conclusões e recomendações do estudo.

2. INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) possui um histórico de cinquenta anos e tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos estudantes de escolas públicas de educação básica brasileiras, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009a). Atualmente, por meio do PNAE são repassados recursos para o atendimento de 45,6 milhões de estudantes de escolas públicas, comunitárias e filantrópicas do Brasil (BRASIL, 2010).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação – MEC, é responsável por realizar a transferência automática de recursos financeiros que devem ser utilizados exclusivamente na compra de gêneros alimentícios para o PNAE. O FNDE também é responsável pela coordenação do Programa, estabelecendo as normas técnicas gerais de planejamento, execução, controle, monitoramento e avaliação (BRASIL, 2009a).

Desta forma, a execução local do Programa se inicia após a chegada do repasse financeiro à Entidade Executora (EE), a qual pode ser o município, o estado, o Distrito Federal ou uma escola federal. De posse do recurso, a EE, o nutricionista responsável técnico pelo Programa realiza o (a): planejamento dos cardápios de acordo com a faixa etária; processo de aquisição dos gêneros alimentícios (licitação ou chama pública); controle de qualidade destes gêneros (armazena e transporta adequadamente os alimentos, monitora os merendeiros e a distribuição da alimentação); ações de educação alimentar e nutricional e diagnóstico do estado nutricional dos escolares, bem como a prestação de contas do Programa (BRASIL, 2009b).

O controle social do Programa é realizado pelos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), instâncias de caráter permanente, fiscalizador, deliberativo e de assessoramento do PNAE, instuídos por meio da Lei nº. 8.913/1994. Os CAEs são compostos por: 01 (um) representante indicado pelo poder executivo, 02 (dois) pais de alunos, 02 (dois) trabalhadores escolares, professores ou alunos, 02 (dois)

representantes da sociedade civil organizada, sendo que cada um dos titulares tem um suplente. Destaca-se que, as Entidades Executoras com mais de 100 (cem) escolas de educação básica podem ampliar em até três vezes o número de conselheiros do CAE, ou seja, até 21 (vinte e um) membros titulares e 21 (vinte e um) suplentes (BRASIL, 2009a).

As atribuições dos Conselheiros são: acompanhar e fiscalizar os recursos destinados ao PNAE; zelar pela qualidade dos alimentos, especialmente quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos; analisar a prestação de contas e emitir o parecer conclusivo sobre a execução do PNAE; informar irregularidades do Programa ao FNDE e órgãos de controle; elaborar relatórios sobre a execução do PNAE; realizar reunião específica para análise da prestação de contas e elaborar o regimento interno (BRASIL, 2009a).

O FNDE demonstra compromisso com a atuação destes Conselhos, visto que desde 2002 realiza ações de formação para este público. Os relatórios de atividades do FNDE, referentes ao período de 2002 a 2007, apontam que 10.877 conselheiros foram formados, ao longo destes seis anos (BRASIL, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006a, 2007)¹. Também observa-se, no período referido, grande oscilação do número de conselheiros formados, sendo que a média anual foi de 1.812. Considerando que o número de conselheiros em todo o país é de aproximadamente 78.302, pode-se inferir o desafio de manter processos de formação e educação continuada para este público.

A partir do ano de 2006, o FNDE iniciou uma estratégia de capacitação dos diferentes setores que atuam no Programa por meio da criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANEs). Os CECANEs são compostos por docentes e pesquisadores de universidades públicas e, segundo a Portaria Interministerial nº 1.010/2006, devem prestar apoio técnico operacional aos estados e municípios na implementação da alimentação saudável nas escolas, incluindo a

¹ Ressalta-se que os relatórios de atividades do FNDE dos anos de 2008 a 2012 não se encontram disponíveis no site desta autarquia.

capacitação de profissionais saúde e educação, merendeiros, cantineiros, conselheiros do CAE e outros profissionais interessados (BRASIL, 2006b).

Observa-se desta forma, que é estratégico o desenvolvimento de iniciativas que possibilitem a formação de maior número de conselheiros em menor espaço de tempo.

3. JUSTIFICATIVA

Apesar da ampliação das oportunidades de formação de conselheiros de alimentação escolar, principalmente devido ao apoio do CECANEs, ainda se mostra necessário a ampliação destas ações. Atualmente, existem aproximadamente 78.320 conselheiros de alimentação escolar no Brasil, considerando que cada um dos 5.566 municípios e 27 estados possuíssem apenas 7 (sete) membros titulares e 7 (sete) suplentes. Esta estimativa pode aumentar ainda mais, considerando-se que o número de conselheiros pode ser até três vezes maior naquelas Entidades Executoras que possuem mais 100 (cem) escolas de educação básica (BRASIL, 2009a).

O total de conselheiros formados pelo FNDE e CECANEs, no período de 2002 a 2008, foi de aproximadamente 13.500; contudo, destaca-se que muitos destes conselheiros já não devem ocupar mais tais cargos no CAE, visto que o mandato neste período era de dois anos (CECANEs, 2009). Frente a esse aspecto e analisando-se que o custo médio por conselheiro formado pelo FNDE, no período de 2002 a 2007, foi de R\$ 635,17, justifica-se o desenvolvimento de um curso a distância para conselheiros de alimentação escolar, já que esta modalidade possibilita a formação de um maior número de conselheiros a um custo inferior (BRASIL, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006a, 2007).

Vale salientar a crescente credibilidade da EAD, que passa a ocupar lugar de destaque nos sistemas educativos, alavancada pela necessidade de se ampliar o número de pessoas formadas em diferentes áreas e introdução de novas tecnologias de comunicação nas diferentes áreas de conhecimento (PRETI, 2000). Sabe-se que a utilização de recursos multimídia tem crescido de forma significativa, principalmente pela possibilidade de acesso simultâneo a muitas pessoas distantes fisicamente (ABBAD et al, 2006).

Além disso, a presente proposta é coerente a uma das metas do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que prevê formar 11.000 conselheiros de alimentação escolar para o efetivo exercício do controle social no período 2012-2015 (CAISAN, 2011).

Diante destes aspectos, foi elaborado, aplicado e avaliado o curso de formação a distância para conselheiros de alimentação escolar, com o intuito de apresentar um desenho que possa ser ofertado em maior escala.

Para tanto, o referencial teórico apresentado a seguir, objetivou detalhar a evolução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, do Conselho de Alimentação Escolar e da educação a distância voltada para aprendizes adultos.

4. REVISÃO TEÓRICA

3.1. O Programa Nacional de Alimentação Escolar

Por volta de 1940, algumas escolas começaram a se organizar, criando então as “caixas escolares”, com o objetivo de arrecadar recursos financeiros para fornecer a alimentação aos estudantes, enquanto permaneciam na escola. Nesse período, o Governo Federal ainda não participava dessas ações (CHAVES & BRITO, 2009).

Na década de 50, Juscelino Kubitschek assinou o Decreto nº 37.106/1955, que incentivava a alimentação escolar em escolas públicas e particulares. Durante esta década, a alimentação escolar contava com doações de alimentos excedentes da grande produção dos Estados Unidos. Eram doados principalmente alimentos industrializados como: leite em pó desnatado, farinha de trigo e soja. Essas doações foram diminuindo e o Brasil viu-se na necessidade de manter a oferta de alimentação escolar com recursos nacionais. A partir de 1960, o Governo Federal iniciou a compra de produtos brasileiros para a alimentação escolar (CHAVES & BRITO, 2009).

Em 1965, foi instituído o Decreto nº 56.886, o qual estabeleceu a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), que previa além da oferta de refeições a educação alimentar às instituições públicas de educação. A partir de 1976 a alimentação

escolar integrou o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN). Esta ação era financiada pelo Ministério da Educação e gerenciada pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar. Somente em 1979 passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar (BRASIL, 2011).

Na década de 80, a alimentação escolar passou a ser um direito garantido pela Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 208, inciso VII, é estabelecido que o dever do Estado com a educação, em seus três entes federados, será efetivado com a garantia de programas suplementares de alimentação, transporte, material didático e assistência à saúde (BRASIL, 1988).

Ainda nesta década ocorreram iniciativas de descentralização financeira do PNAE, fato alcançado somente em 1994, por meio da Lei nº. 8.913/1994. A descentralização dos recursos foi estabelecida com municípios e estados que firmaram convênio com a União, sendo que eram delegadas competências aos entes federados para o desenvolvimento do Programa. Os municípios recebiam o recurso mensalmente conforme o número de alunos matriculados (BRASIL, 1994).

A consolidação da descentralização se deu quatro anos depois da publicação da Lei nº. 8.913/1994, com a Medida Provisória nº 1.784/1998, a qual estabeleceu que a transferência fosse automática, sem a necessidade de celebração de convênios ou quaisquer outros instrumentos similares, permitindo maior agilidade ao processo (BRASIL, 2008). Nesse período, o número de municípios que aderiram à descentralização evoluiu de 1.532, em 1994, para 4.314, em 1998, o que representava mais de 70% dos municípios brasileiros (BRASIL, 2011).

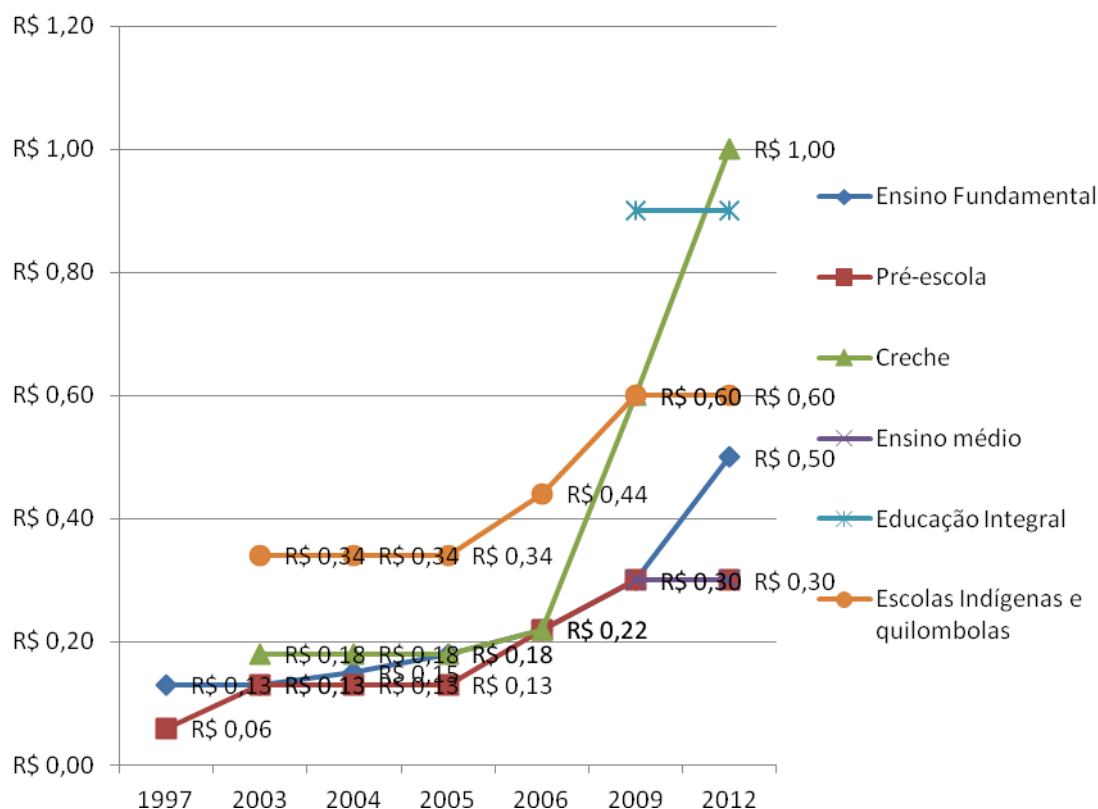
Vale salientar que desde a década de 60 até a descentralização do PNAE ocorrida na década de 90, tantos os cardápios como as compras eram realizadas na esfera federal. Os gêneros eram adquiridos por processo licitatório e laboratórios especializados eram contratados para efetuar o controle de qualidade dos alimentos. Observavam-se distorções, decorrentes desta gestão centralizada, como a inadequação nutricional dos cardápios e a desconsideração dos hábitos alimentares locais. Além disso, havia irregularidades no fornecimento da alimentação, o qual era precário em

regiões mais pobres e apresentava baixa adesão dos escolares (SOBRAL e COSTA, 2008).

Draibe (1998) realizou um estudo após quatro anos da descentralização do PNAE, com 64 escolas de 32 municípios brasileiros abrangendo 08 estados, em que foram entrevistados 700 atores (alunos, pais de alunos, conselheiros, prefeitos, técnicos educacionais) envolvidos com o Programa. Constatou-se que 26,9% dos municípios recebiam alimentos vencidos, que 31,7% não cumpriam o cardápio, 50,9% relatou atraso na entrega dos alimentos e 46,4% falta de alimentos, comprometendo a adequação nutricional dos cardápios. Além disso, em 45% das escolas houve interrupção de pelo menos um dia letivo no fornecimento da alimentação escolar, demonstrando que mesmo após quatro anos o Programa ainda apresentava distorções.

Quanto ao repasse de recursos e público atendido pelo PNAE, conforme apresentado no gráfico 01, observa-se que nos anos 2000 o Programa apresentou rápida expansão. Destaca-se que alunos de creche e de escolas indígenas passaram a ser atendidos pelo PNAE em 2003 e os alunos de escolas quilombolas em 2005. Em 2006, houve aumento do valor de per capita para todos os públicos atendidos, passando de R\$0,34 a R\$0,44 para os alunos de escolas indígenas e quilombolas, de R\$0,18 a R\$0,22 para os alunos do ensino fundamental e creche e de R\$0,15 a R\$0,22 para os alunos da pré-escola. Em 2009, novamente, observou-se aumento dos valores per capita, que passaram de R\$0,44 a R\$0,60 para os alunos de escolas indígenas e quilombolas, de R\$0,22 a R\$0,60 para os alunos de creche e de R\$0,22 a R\$0,30 para os alunos de pré-escola e ensino fundamental. Ainda em 2009, o Programa iniciou o atendimento aos alunos do ensino médio e de escolas integrais pertencentes ao Programa Mais Educação (REBRAE, 2011). E em 2012, houve aumento do per capita para os alunos de creches de R\$0,60 para R\$1,00 e para os alunos de pré-escola, que passou de R\$0,30 para R\$0,50 (BRASIL, 2012).

Gráfico 01 – Evolução do valor per capita, em reais, repassado por aluno às Entidades Executoras para execução do PNAE, segundo público atendido. Brasil, 1997 a 2012.



Fonte: Rede Brasileira de Alimentação e Nutrição do Escolar - REBRAE (2011).

O número de estudantes atendidos pelo PNAE aumentou de 34,6 milhões em 2008 para 45,6 milhões em 2010. Assim como, aumentaram os recursos financeiros repassados pelo FNDE às Entidades Executoras, que passaram de R\$ 1.490,000 (um bilhão quatrocentos e noventa milhões de reais) para R\$ 3.034,000 (três bilhões e trinta e quatro milhões de reais) (BRASIL, 2010).

Outro fato importante é que, também em 2009, foi instituído por meio da Lei nº11.947/2009, que 30% do recurso financeiro do Programa deve obrigatoriamente ser aplicado na compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Tal medida insere-se no processo de aprimoramento do PNAE enquanto uma estratégia para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, que vem contribuindo para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e promovendo o desenvolvimento local (BURLANDY, 2009).

Os dados aqui apresentados evidenciam a expansão do PNAE nos anos 2000. Fato intimamente relacionado ao Programa Fome Zero (PFZ), proposto em 2001 e lançado em 31 de janeiro de 2003, bem como à criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2003. Dentre as três modalidades de intervenção do PFZ (políticas estruturais, específicas e locais), a ampliação do PNAE estava prevista na modalidade políticas específicas (VASCONCELOS, 2005).

3.2. O Conselho de Alimentação Escolar

Apesar de o PNAE ser cinquentenário, os Conselhos de Alimentação Escolar existem há apenas 18 anos. Como já citado, foram criados em 1994, por meio da Lei nº. 8.913/1994, que estabeleceu que o recurso do PNAE somente fosse repassado às Entidades Executoras que tivessem CAE em funcionamento (BRASIL, 1994).

A referida Lei também estabeleceu a composição e as funções do CAE, como sendo: representantes da administração pública local, da área da educação, de professores, de pais de alunos e de trabalhadores rurais, com o papel de fiscalizar e controlar os recursos destinados à merenda escolar, bem como elaborar o regimento interno (BRASIL, 1994).

Seis anos após a publicação da Lei nº 8.913/1994, a Medida Provisória nº 2.178-36/2001 estabeleceu o tempo de mandato de dois anos para os conselheiros e definiu o CAE como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento (BRASIL, 2001).

A Medida Provisória nº 2.178-36/2001 também alterou a composição do CAE para sete membros, ficando: um representante do Poder Executivo, indicado pelo Chefe desse Poder; um representante do Poder Legislativo, indicado pela Mesa Diretora desse Poder; dois representantes dos professores, indicados pelo respectivo órgão de classe; dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares e um representante de outro segmento da sociedade local (BRASIL, 2001). E também ampliou as funções do CAE, ou seja, além de fiscalizar os recursos destinados à alimentação escolar e elaborar o regimento interno, competia ao Conselho as seguintes atribuições, segundo a Medida Provisória nº 2.178-36/2001:

- Zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;
- Receber, analisar e remeter ao FNDE, com parecer conclusivo, as prestações de contas do PNAE encaminhadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, na forma desta Medida Provisória.

Atualmente, a Resolução CD/FNDE nº38/2009 rege o PNAE e define o CAE como um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, com o objetivo de realizar o controle social do PNAE. Entende-se por controle social a prática que supõe a participação de diferentes setores sociais, em todos os níveis de organização da sociedade, sendo que essa participação não se dá de forma difusa, mas institucionalizada (AROUCA, 1987).

A referida Resolução também aumenta o tempo de mandato dos conselheiros para quatro anos, bem como altera a composição do Conselho para: um representante indicado pelo poder executivo; dois representantes dentre as entidades de docentes, discentes (maiores de 18 anos) ou trabalhadores na área de educação, indicados pelo respectivo órgão de classe; dois representantes de pais de alunos, indicados pelos conselhos escolares, associações de pais e mestres ou entidades similares; e dois representantes indicados por entidades civis organizadas.

Quanto às funções do CAE, a atual legislação amplia o leque de atividades do Conselho para, além das já citadas: comunicar ao FNDE e órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros; fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado; realizar reunião específica para apreciação da prestação de contas com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares; fazer sugestões acerca do cardápio, receber o termo de compromisso acerca da inspeção sanitária dos alimentos utilizados no PNAE.

Estas informações demonstram que aumentaram o número de atribuições dos conselheiros, bem como o tempo de mandato destes. Cabe salientar, que são poucos os artigos científicos que investigam a atuação dos CAEs. Um destes foi publicado três

anos após a descentralização do PNAE e contou com a participação de 50% dos municípios paulistas. Foram enviados 312 questionários às prefeituras do estado de São Paulo, 70 foram respondidos e os resultados apontaram que apenas 22,8% destes municípios haviam constituído CAEs. Estes Conselhos não realizavam nenhuma atividade, sendo criados apenas para atender as exigências legais que viabilizavam o recebimento dos recursos federais por parte da administração pública local (PIPITONE, 1997).

A mesma autora investigou, em 1998, a atuação dos CAEs em âmbito nacional por meio de envio de questionários para prefeitos de 4974 municípios, destes 1378 responderam (30% dos municípios brasileiros existentes na época). Os resultados demonstraram que 90% dos municípios possuíam CAE e as atribuições mais frequentemente realizadas pelos conselheiros eram: fiscalização da aplicação dos recursos (79,6%), acompanhamento do Programa na escola (63,4%), participação na elaboração dos cardápios (39%) e colaboração na programação, execução e avaliação do PNAE (23%) (PIPITONE, 2003).

Santos *et. al.* (2007) realizaram uma pesquisa em 44 municípios do Estado da Bahia, com amostra intencional representativa da população mais pobre desse estado, na qual avaliaram o PNAE no período de 1995 a 2002, buscando identificar obstáculos e oportunidades que incidiam sobre a implementação descentralizada do Programa. Encontrou-se que 36 municípios possuíam CAE (82%), destes 14% referiu que os conselheiros nunca se reuniram. Mesmo assim a fiscalização da aplicação dos recursos foi referida como a principal atribuição realizada, 17% referiu que acompanhava a distribuição dos gêneros alimentícios e 15% referiu que o CAE não realizava nenhuma atividade.

Belik & Chain (2009) avaliaram o perfil da gestão pública municipal do PNAE em 670 prefeituras inscritas no Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, entre os anos de 2004 e 2005. Os achados demonstraram que os CAEs realizavam em média 6 a 7 reuniões anuais e a maioria respondeu que a importância do CAE era muito grande. Alguns casos relataram atuação eficiente dos CAEs como o impedimento da terceirização da alimentação escolar e a exigência de contratação de nutricionistas.

Além da escassez de estudos, observa-se que o mais recente foi publicado há quatro anos. Identifica-se, por meio destes estudos, que a atuação do Conselho é centrada na fiscalização da aplicação dos recursos e que os conselheiros possuem muitas atribuições (PIPITONE, 2003; SANTOS *et al.*, 2007).

Segundo Kleba *et al* (2010) esta realidade também é observada para outros Conselhos, como o de Assistência Social, de Direitos da Criança e do Adolescente, de Educação e de Saúde, que possuem grande número de atribuições, especialmente voltadas à aprovação, autorização e fiscalização de ações e serviços, em seus respectivos setores, o que sobrecarrega os atores engajados. Esta sobrecarga praticamente inviabiliza o debate e reflexão sobre a política, bem como a deliberação sobre prioridades e o estabelecimento de metas e prazos.

Além disso, a complexidade inerente a muitas das atribuições conferidas aos conselheiros provoca a reflexão quanto à legitimidade desta designação, considerando as condições concretas e objetivas previstas para sua participação efetiva: o caráter voluntário (não profissional e não remunerado); o tempo restrito previsto para os encontros; a falta de estrutura física e operacional qualificada e autônoma, entre outras (KLEBA *et al*, 2010). Tais constatações reforçam a necessidade de formação contínua dos conselheiros de alimentação escolar para que exerçam o controle social do PNAE.

3.3. Educação a Distância voltada para aprendizes adultos

A educação a distância (EAD) pode ser entendida quando professores e alunos separados fisicamente utilizam diversas formas de comunicação para superar esta limitação. Pode-se citar o exemplo da correspondência postal, eletrônica, telefone, fax, rádio, CD (*Compact Disk*), DVD (*Digital Video Disk*), televisão, entre muitos outros (PALDES, 1999).

Esta modalidade de educação é uma estratégia tanto atual quanto antiga. Segundo relatos de Nunes (2009) a primeira vez que se teve informação sobre EAD foi a partir da publicação na “*Gazette de Boston*”, EUA, em 1728, na qual foram anunciados cursos por correspondências.

Atualmente a rede mundial de computadores é o principal veículo de comunicação utilizado na EAD, cujas possibilidades dependem da tecnologia utilizada e do planejamento da instrução (BELLONI, 1999). A EAD é uma modalidade que tem buscado conciliar o uso das tecnologias ao processo educacional, com o intuito de ampliar a possibilidade de educação (LITWIN, 2001).

O surgimento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) deu um novo impulso à educação a distância, fazendo aparecer, por meio da rede mundial de computadores, formas alternativas de geração e disseminação do conhecimento. Antes esta modalidade era centralizada no texto impresso, agora está cedendo lugar para fontes eletrônicas digitais de informação, trazendo possibilidades quase inesgotáveis de aprendizagem. Neste novo cenário, os papéis tradicionais do professor, aluno e escola precisam ser mais bem compreendidos e investigados para fazerem frente às mudanças que se impõem (MAGGIO, 2001).

Em relação à Educação a Distância no Brasil, questiona-se a capacidade dos *sistemas ensinantes*² inovarem quanto aos conteúdos e às metodologias de ensino, inventarem novas soluções para os problemas antigos e também para os problemas novos gerados pelo avanço técnico nos processos de informação e comunicação, especialmente aqueles relacionados com as novas formas de aprender (PERRIAULT, 1996; CARMO, 1998)

Apesar das experiências brasileiras apresentarem tal perfil, a educação a distância possui grande potencial para a criação de novos modos de formação continuada adequados às atuais necessidades de formação. A formação continuada tende a crescer de modo exponencial na sociedade contemporânea, em virtude da obsolescência acelerada da tecnologia e do conhecimento. As tendências mais fortes

² *Sistemas ensinantes* – São modelos de educação a distância, vigentes no Brasil, que não conseguem romper tendências enraizadas na instituição de ensino, como por exemplo: compartimentar o saber em grandes áreas de conhecimento, enfatizar os conteúdos em detrimento da capacidade de aprender e resistir à integração de novas tecnologias (BELLONI, 1999).

apontam para a “*educação ao longo da vida*”, integrada aos locais de trabalho e às necessidades e expectativas dos indivíduos (BELLONI, 1999).

A educação continuada é centrada na formação de pessoas adultas. Sabe-se que adultos aprendem melhor quando as experiências de aprendizagem se relacionam com necessidades e problemas reais e quando identificam possíveis melhorias na sua vida. A aprendizagem para o adulto é, ao contrário do que se refere na perspectiva pedagógica, um processo intrínseco ao indivíduo e à sua vida, que ocorre como resultado das necessidades identificadas e pelo estabelecimento de objetivos para superá-las. Desta forma, as experiências de vida dos adultos devem ser consideradas e engajadas ao processo educativo (MEZIROW, 1990, FREIRE, 1970).

Alguns investigadores se dedicam ao estudo da educação de adultos, também denominada andragogia. Um destes autores destaca cinco premissas acerca das características dos aprendizes adultos: a) necessitam saber o motivo pelo qual devem realizar certas aprendizagens; b) aprendem melhor experimentalmente; c) concebem a aprendizagem como resolução de problemas; d) aprendem melhor quando o tópico possui valor imediato e os motivadores mais potentes para a aprendizagem são internos (KNOWLES, 1980, 1990a, 1990b).

Damião (1996) desenvolveu o ciclo andragógico para o desenvolvimento de projetos educacionais para adultos. Este ciclo enfatiza os problemas do educando e é constituído por sete fases, que são consideradas em diversos níveis de aplicação, a saber: a) estabelecer um clima conducente à aprendizagem; b) criar mecanismos de esclarecimento mútuo; c) diagnosticar as necessidades de aprendizagem; d) formular objetivos programáticos que satisfaçam as necessidades identificadas; e) elaborar um plano de experiências de aprendizagem; f) conduzir as experiências de aprendizagem com técnicas e materiais adequados; g) avaliar os resultados da aprendizagem e re-diagnosticar as necessidades de aprendizagem.

A partir destes estudos, observa-se que a EAD voltada para o público adulto constitui-se em um desafio. O planejamento instrucional, a metodologia educacional e as tecnologias informação e comunicação empregadas no curso apresentado nesta

dissertação, visaram atender às características do público-alvo e suas necessidades de formação.

5. OBJETIVOS

5.1. Objetivo Geral

Desenvolver e avaliar em curso de formação a distância para conselheiros de alimentação escolar.

5.2. Objetivos específicos

- Identificar as características sociodemográficas e as necessidades de formação dos conselheiros de alimentação escolar;
- Elaborar um curso a distancia a partir das características sociodemográficas e necessidades de formação identificadas;
- Aplicar o curso desenvolvido para conselheiros de alimentação escolar;
- Avaliar a satisfação dos participantes em relação ao curso e ao desempenho do tutor;
- Avaliar a aprendizagem dos participantes do curso.

6. METODOLOGIA

6.1. Planejamento

Características sociodemográficas e necessidades de formação dos conselheiros

Para se planejar adequadamente um curso, é fundamental identificar as características sociodemográficas e as necessidades de formação dos conselheiros acerca de suas atribuições. As características sociodemográficas se referem, por exemplo, ao sexo, a função desempenhada pelo participante ou habilidade em utilizar computador. A identificação destas características permite ao planejador estabelecer condições adequadas aos participantes, de modo que estes possam ser bem sucedidos em determinado evento instrucional, neste caso, o curso de formação para conselheiros de alimentação escolar (ANDRADE, et al 2006).

Já as necessidades de formação ou o repertório de entrada são o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, experiências e expectativas adquiridas pelos participantes antes do processo de aprendizagem. O conhecimento destas necessidades possibilita o planejamento de eventos instrucionais eficazes, bem como evita custos desnecessários com eventos instrucionais que não interessam ao público (ANDRADE, et al 2006).

Neste sentido, elaborou-se um questionário para investigar as características sociodemográficas e as necessidades de formação dos conselheiros. Este instrumento foi autopreenchido, por amostra intencional, durante o Encontro Nacional do Programa Nacional de Alimentação Escolar, ocorrido na cidade de Salvador/BA entre os dias 16 a 19 de novembro de 2010.

No intuito de alcançar maior número de respondentes, foi realizada chamada em plenária e abordagem nos intervalos das atividades do Encontro, que foi eleito para coleta de dados, por possibilitar contato com conselheiros de todo o Brasil. Destaca-se que estavam presentes aproximadamente 250 conselheiros.

As variáveis sociodemográficas coletadas foram: sexo, segmento que representa no Conselho, estado/unidade da federação que pertencia e tempo de atuação no CAE. Questionou-se ainda o interesse dos participantes em realizar um curso à distância para conselheiros, se possuíam acesso diário a um computador com internet, bem como habilidade em navegar na internet e utilizar aplicativos e programas de computador.

As variáveis de necessidades de formação foram investigadas por meio de sete questões fechadas elaboradas a partir das atribuições do CAE, previstas no artigo 27 da Resolução CD/FNDE nº38/2009. As opções de resposta foram: 1) sim, com facilidade; 2) sim, com dificuldade, pois temos dúvidas sobre o assunto; 3) sim, com dificuldade por outros motivos; 4) não, pois não temos conhecimento suficiente sobre o assunto; 5) não, por outros motivos; 6) não sei. Elaborou-se ainda uma questão aberta, a qual permitiu que os conselheiros relatassem três temas mais importantes para serem tratados em um curso de formação para conselheiros de Alimentação Escolar (apêndice 01).

A identificação das características sociodemográficas subsidiou o planejamento e elaboração do curso e a partir das necessidades de formação apontadas pelos conselheiros, foram definidos os temas das unidades do curso.

Modelo de sistematização para elaboração e aplicação do curso

Nesta fase foi selecionado o modelo mais adequado para a sistematização da elaboração e aplicação do curso. Destaca-se que estes modelos são ferramentas que proporcionam distinguir a EAD da educação presencial. Também foram definidos outros itens relevantes para a elaboração de um curso de formação a distância, tais como: o desenho instrucional, o ambiente virtual de aprendizagem e a linguagem a ser utilizada. Estas definições foram fundamentais para que a elaboração fosse conduzida de forma coerente e adequada ao público-alvo e às suas necessidades de formação.

Para identificar o modelo mais adequado, realizou-se uma breve consulta, dentre as opções apresentadas pela literatura. Destacam-se o modelo de Eastmond (1994), de Willis (1994), Learnig Objects (Objetos de Aprendizagem), RIO (Reudable Information Object) e de Moore & Kearsley (1996) (quadro 02), detalhados a seguir.

Quadro 01 – Modelos de sistematização de elaboração e aplicação de cursos de educação a distância.

Modelo	Descrição
Estamond (1994)	Apresenta um modelo para construção de cursos em EAD, o qual considera que a avaliação das necessidades tem o mesmo peso do desenvolvimento e da avaliação do curso. A preocupação maior é com o curso em si.
Willis (1994)	Neste modelo de construção de cursos a distância, há a preocupação principalmente com o design instrucional do curso. Todas as tarefas propostas no modelo se referem ao desenho do curso.
Moore e Kearsley (1996)	Desenvolveram um modelo que propõem uma visão sistêmica do processo de aprendizagem a distância e destacam, como ponto importante, o diagnóstico dos sujeitos. Este modelo caracteriza-se por ser mais abrangente, já que não se refere apenas ao curso e as necessidades dos alunos, mas também ao plano instrucional, as estratégias de avaliação, as Tecnologias de Informação e Comunicação e Ambiente Virtual de Aprendizagem.
RIO (Reudable Information Object)	Este modelo para construção de cursos on-line tem por premissa básica a construção de objetos de informação reutilizáveis,

(WIESELER, 1999)	podendo ser escritos independentemente do meio de entrega e de acesso à base de dados. Este modelo é semelhante ao modelo anterior e possui quatro fases: design, desenvolvimento, implementação e avaliação. A diferença se concentra na ênfase do sistema, as informações serão armazenadas e o caráter dinâmico que elas irão adquirir será baseado no design do curso.
Learning objects ou Objetos de aprendizagem (HANDA e SILVA, 2003)	É uma forma de se desenvolver cursos para a EAD e trata da produção, veiculação e reaproveitamento de materiais on-line. Este modelo apresenta as seguintes características: a) reutilizável: deve permitir seu uso em diversos cursos; b) portátil: deve ser “transportado” ou “executável” por diversas plataformas; c) modular: é sempre parte de um curso completo, podendo conter outros objetos de aprendizagem ou estar contido em um ou mais cursos; d) Metadata: é a descrição completa do Objeto de Aprendizagem, seu conteúdo e utilização.

Este último modelo foi considerado o mais adequado ao planejamento do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar, por apresentar uma visão sistêmica do processo de aprendizagem e considerar as necessidades dos sujeitos. Destaca-se que o objetivo do curso foi aprimorar a atuação dos conselheiros quanto às necessidades de formação identificadas, com vistas a qualificar o processo de controle social do PNAE em seus locais de atuação (município/estado).

Desenho Instrucional

Segundo Filatro (2004), o campo de pesquisa do desenho instrucional é entendido como o planejamento, o desenvolvimento e a utilização sistemática de métodos, técnicas e atividades de ensino para projetos educacionais apoiados por tecnologias. Desta forma, o desenho instrucional consiste no plano geral do curso, que prevê a sequência e estrutura dos módulos e/ou unidades, métodos a serem usados em cada aula, atividades, estruturas e avaliação (comunicação, material didático apropriado, tutoria, acompanhamento e Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA) (COMASSETTO, 2006).

Para esta proposta elegeu-se o Desenho Instrucional Cognitivo, já que este é um modelo dinâmico que assegura ao aluno oportunidades e o estimula a realizar a aprendizagem através de experiências e de informações significativas. Neste desenho, o educando constrói seu conhecimento e a aprendizagem é concebida como uma atividade

orientada por objetivos e processos de autorregulações. Os processos não são dirigidos apenas por estímulos externos e programas de controle de comportamento, mas principalmente pelo autocontrole dos alunos e o ambiente de aprendizagem tem como objetivo intensificar os processos cognitivos através da aprendizagem ativa centrada no aluno e na reflexão (COMASSETTO, 2006). No item 5.3 *Elaboração*, está descrito detalhadamente como foi construído o plano instrucional do curso em questão.

Ambiente Virtual de Aprendizagem

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que apresentou maior afinidade com o proposta foi o *Moodle*, o qual é guiado por uma filosofia de aprendizagem especial, denominada "pedagogia social construcionista". Esta abordagem é baseada em quatro conceitos da pedagogia: o construtivismo, construcionismo, construtivismo social e comportamento conectado e separado, os quais vão de encontro a presente proposta. O construtivismo³ sustenta que as pessoas constroem novos conhecimentos ativamente, na medida em que interagem com seu ambiente. No construcionismo⁴ a aprendizagem é considerada particularmente efetiva quando constrói algo para outros experienciarem. O construtivismo⁵ social estende as ideias anteriores para um grupo social, construindo objetos umas para as outras, criando, de forma colaborativa, uma pequena cultura de objetos compartilhados, com significados compartilhados. Já o conectado e separado é a ideia que observa mais a fundo as motivações das pessoas em uma discussão. Comportamento separado é quando alguém tenta permanecer “objetivo”

³. As teorias construtivistas propostas por Piaget (1990), procuraram mostrar quando o indivíduo interage, por meio de relações sociais, surge a busca por soluções comuns, neste momento emerge o crescimento cognitivo, que seria difícil ou mesmo impossível de se alcançar sozinho.

⁴ Construcionismo propõe uma transformação na concepção do processo de ensino-aprendizagem através do uso do computador como uma ferramenta que propicia ao aluno condições concretas de explorar o seu potencial intelectual, desenvolvendo ideias nas mais diferentes áreas do conhecimento. Esta abordagem foi proposta por Papert (1994), baseada nas teorias de Jean Piaget sobre cognitivismo e epistemologia genética.

⁵ O construtivismo social parte da teoria de Vigotsky (1995) que destaca a importância da interação social para o aprendizado

e “factual”, e tende a defender suas próprias ideias usando a lógica para encontrar brechas nas ideias de seus oponentes (MOODLE, 2010).

Linguagem adotada no AVA

Quanto à linguagem, optou-se por uma linguagem dialógica e adequada didaticamente ao público. Ressalta-se que as aulas foram construídas no formato de *storyboard*. Os recursos empregados, tais como vídeos, atividade práticas, estudos de caso e fóruns possuem como objetivo promover a comunicação multidirecional (professor/aluno/conteúdo/tutor). Além disso, a estrutura de comunicação utilizada é assíncrona, a qual difere dos modelos de educação tradicional, pois proporciona flexibilidade de tempo ao aluno, uma das principais vantagens da EAD e que atende as características do público do curso (COMASSETTO, 2006).

6.2. Elaboração

A elaboração do curso consistiu em: 1) definir e classificar os objetivos educacionais; 2) definir a sequência de conteúdos; 3) definir os procedimentos instrucionais; 4) elaborar os conteúdos de cada unidade; 5) desenvolver o formato da apresentação dos conteúdos no AVA do curso; 6) elaborar os instrumentos de avaliação do processo de aprendizagem; 7) elaborar os instrumentos de avaliação da satisfação dos participantes ao curso e ao desempenho dos tutores; 8) treinar os tutores, que acompanharam todos os passos de elaboração e aplicação do curso. Ressalta-se que em todas estas etapas foram consideradas as necessidades de formação e as características sociodemográficas identificadas previamente.

6.2.1 Definição dos Objetivos Educacionais

Para definir os objetivos educacionais, faz-se necessário: a) Transformar as necessidades de treinamento em objetivos instrucionais com descrições claras dos conhecimentos, habilidades e atitudes que se deseja observar no comportamento dos conselheiros após o curso; b) Especificar os objetivos instrucionais, 4) Especificar os objetivos em diferentes níveis de análise (geral e específicos) (MAGER, 1976). Este autor também destaca que objetivos bem descritos facilitam a escolha de estratégias de

ensino, bem como a avaliação da aprendizagem do curso. Além disso, orienta os participantes em seus processos de aprendizagem e auto-avaliação; o objetivo deve explicitar o que, exatamente, o aprendiz será capaz de dizer ou fazer após a instrução.

Transformação das necessidades de treinamento em objetivos educacionais – Neste momento, os seis temas apontados pelos conselheiros como necessidades de formação foram transformados em objetivos educacionais. Entretanto além destes temas, considerou-se relevante que a primeira unidade apresentasse o objetivo do curso, bem como os recursos disponíveis no AVA e que a segunda unidade proporcionasse uma análise global da execução do PNAE, conforme apresentado na tabela abaixo. Mais detalhes constam no item *Definição da sequência de conteúdos*.

Especificação dos objetivos educacionais – A especificação do objetivo consiste em descrever o desempenho, ou seja, o que o aprendiz será capaz de fazer, geralmente apresentado por um verbo e um objeto de ação, e em descrever a condição em que esta ação será executada, ou seja, o ambiente ou local.

Especificação dos objetivos em diferentes níveis de análise (objetivo geral e específicos): Os objetivos específicos referem-se ao desempenho que se espera do aprendiz a cada passo da instrução e o objetivo geral resume o conjunto de competências que se espera observar nos participantes ao final do curso.

Quadro 02 – Construção dos Objetivos Educacionais do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar, a partir das necessidades de formação identificadas, 2011.

Objetivo do evento instrucional: Aprimorar a atuação dos conselheiros quanto às necessidades de formação identificadas, com vistas a qualificar o processo de controle social do PNAE em seus locais de atuação (município/estado).			
Unidade I – Ambiente Virtual de Aprendizagem			
Necessidade de formação	Objetivo Geral (inicial)	Objetivo Geral (especificado – desempenho e condição)	Objetivos Específicos
Familiarização com o Ambiente Virtual de Aprendizagem	Navegar com facilidade no Ambiente Virtual de Aprendizagem e conhecer os objetivos e informações gerais sobre o curso.	(idem)	<ul style="list-style-type: none"> • Instruções para cadastrar o perfil, participar dos fóruns e do bate-papo, enviar mensagem aos demais participantes, enviar as atividades e participar da videoconferência; • Apresentação do objetivo do curso, das unidades, da data de início e término do curso, da carga horária, do certificado, do papel dos tutores, do termo de consentimento livre e esclarecido, bem como do pré e pós-teste de avaliação do curso.
Unidade II – Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)			
Necessidade de formação	Objetivo Geral (inicial)	Objetivo Geral (especificado – desempenho e condição)	Objetivos Específicos
Aspectos gerais sobre a execução do PNAE	Analisar as etapas da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) passo a passo.	Analisar em seu local de atuação, as etapas da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) passo a passo.	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a execução do PNAE; • Descrever os agentes públicos responsáveis pelas diferentes etapas do PNAE; • Descrever quem deve ser atendido pelo PNAE. • Descrever como deve ser utilizado o recurso financeiro federal e local, destinado ao PNAE. • Consultar na internet a liberação do recurso

			federal, realizada pelo FNDE;
Unidade III – Conselho de Alimentação Escolar (CAE)			
Necessidade de formação	Objetivo Geral (inicial)	Objetivo Geral (especificado – desempenho e condição)	Objetivos Específicos
Papel e postura do CAE	Identificar os objetivos, a composição e as funções do CAE.	Identificar os objetivos, a composição e as funções do CAE em relação ao PNAE.	<ul style="list-style-type: none"> • Descrever o que é o Conselho de Alimentação Escolar (CAE); • Identificar os membros do CAE; • Descrever as funções dos conselheiros
Unidade IV – Formas de gestão do PNAE e modalidades de licitação			
Necessidade de formação	Objetivo Geral (inicial)	Objetivo Geral (especificado – desempenho e condição)	Objetivos Específicos
Acompanhar a licitação de compra de alimentos para o PNAE	Conhecer as diferentes possibilidades de gestão do PNAE, identificar a forma de gestão adotada e se a modalidade de licitação adotada é adequada.	Conhecer as diferentes possibilidades de gestão do PNAE, identificar a forma de gestão adotada pelo município ou estado e avaliar se a modalidade de licitação adotada é adequada ao valor anual repassado pelo FNDE.	<ul style="list-style-type: none"> • Classificar se a gestão adotada pela Secretaria Municipal ou Estadual de Educação é centralizada, descentralizada ou semi-descentralizada. • Identificar se a modalidade de licitação para compra de alimentos adotada pela Secretaria Municipal ou Estadual de Educação é adequada ao valor repassado pelo FNDE.
Unidade V – Compra de alimentos da Agricultura Familiar			
Necessidade de formação	Objetivo Geral (inicial)	Objetivo Geral (especificado – desempenho e condição)	Objetivos Específicos
Acompanhar a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar	Identificar as etapas e processos de compra dos alimentos da agricultura familiar.	Identificar as etapas e processos de compra dos alimentos da agricultura familiar para a alimentação	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a importância da compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar. • Analisar as etapas do processo de compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação

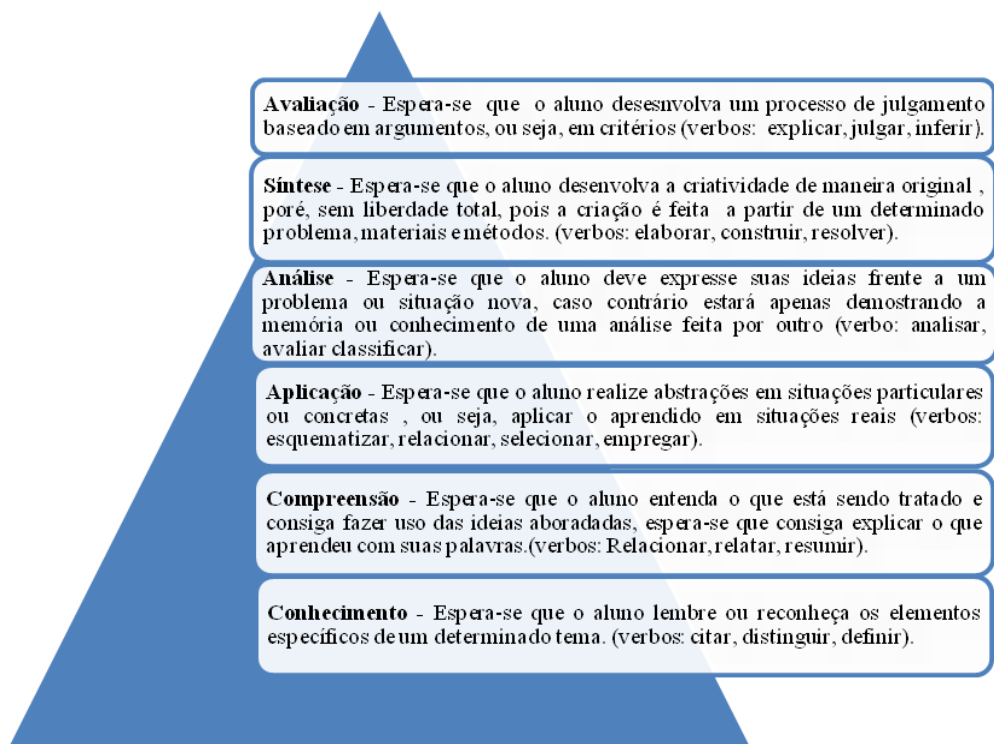
		escolar.	escolar.
Unidade VI – Análise da prestação de contas do PNAE			
Necessidade de formação	Objetivo Geral (inicial)	Objetivo Geral (especificado – desempenho e condição)	Objetivos Específicos
Analisar a prestação de contas do Programa	Analisar a prestação de contas do Programa de Alimentação Escolar.	Analisar a prestação de contas do Programa de Alimentação Escolar executado no município ou estado.	<p>Analisar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico Financeira; • As notas fiscais do programa; • O Relatório Anual de Gestão; • Elaborar o Parecer Conclusivo sobre a execução do PNAE.
Unidade VII – Controle de qualidade da Alimentação Escolar			
Necessidade de formação	Objetivo Geral (inicial)	Objetivo Geral (especificado – desempenho e condição)	Objetivos Específicos
Realizar o controle de qualidade dos alimentos e analisar a adequação do cardápio da alimentação escolar	Realizar o controle de qualidade dos alimentos e analisar a adequação dos cardápios da alimentação escolar.	Realizar o controle de qualidade dos alimentos e analisar a adequação dos cardápios da alimentação escolar no município ou estado.	<ul style="list-style-type: none"> • Descrever as etapas que devem ser monitoradas para garantir a qualidade da alimentação escolar; • Realizar o teste de atributos (amostra); • Realizar o teste de aceitabilidade das preparações; • Descrever os itens que devem ser monitorados no cardápio da alimentação escolar; • Aplicar o roteiro de visita às escolas.

6.2.2. Classificação dos objetivos educacionais

Esta etapa é muito importante porque gera informações que levam o planejador a refletir sobre meios e estratégias educacionais mais adequados a cada resultado de aprendizagem esperado (ABBAD et al, 2006). As taxonomias ou sistemas de classificação dos objetivos educacionais/competências foram desenvolvidos por pesquisadores da área de psicologia instrucional com o intuito de facilitar o planejamento de eventos instrucionais para cada tipo de ação humana (BLOOM, 1972; GAGNÉ, 1988; AUSUBEL, 1968; ANDERSON, 1983; MERRIL, 1983; REIGELUTH, 1999). Abbad e Borges-Andrade (2004) consideram as taxonomias de objetivos educacionais como ótimos exemplos de conhecimentos técnicos que facilitam o planejamento, a execução e a avaliação de eventos instrucionais.

Para classificar os objetivos educacionais do curso em questão (quadro 03), adotou-se a taxonomia proposta por Bloom (1972), conforme apresentado na figura 01 a seguir.

Figura 01 – Hierarquia da Taxonomia dos Objetivos Educacionais definidas por Bloom (1972).



Quadro 03 – Classificação dos Objetivos Educacionais do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar, Brasil 2011.

Objetivo Educacional	Hierarquia na taxonomia de Bloom
Navegar com facilidade no Ambiente Virtual de Aprendizagem e conhecer os objetivos e informações gerais sobre o curso.	Aplicação
Analisar em seu local de atuação, as etapas da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) passo a passo.	Análise
Identificar os objetivos, a composição e as funções do CAE em relação ao PNAE.	Compreensão
Conhecer as diferentes possibilidades de gestão do PNAE, identificar a forma de gestão adotada pelo município ou estado e avaliar se a modalidade de licitação adotada é adequada ao valor anual repassado pelo FNDE.	Avaliação
Identificar as etapas e processos de compra dos alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar.	Compreensão
Analisar a prestação de contas do Programa de Alimentação Escolar executado no município ou estado.	Síntese
Realizar o controle de qualidade dos alimentos e analisar a adequação dos cardápios da alimentação escolar no município ou estado.	Síntese

6.2.3. Definição da sequência de conteúdos

Considerou-se imprescindível que o conteúdo abordado na primeira unidade do curso, independente de sua relação com os demais, tratasse da utilização das ferramentas do AVA, que consiste em um pré-requisito para que o aluno possa ter um bom desempenho nas atividades e a apresentação do curso (tempo de duração, temas abordados), possibilitando aos participantes avaliarem o respectivo interesse pelo evento.

As outras seis unidades seguiram o esquema de Posner e Strike (1976), que considera o relacionamento entre os conteúdos para organizá-los em sequência. Desta forma, a primeira unidade tratou do passo a passo da execução do Programa e na segunda unidade o conteúdo abordado foi o CAE e a sua relação com o PNAE. Ou seja, a primeira unidade trata do Programa de forma geral, a segunda foca na atuação do CAE e a relação desta instância com o PNAE.

As três unidades subsequentes trataram respectivamente, da gestão e das modalidades de licitação do Programa, da compra de alimentos oriundos da agricultura familiar e da prestação de contas do PNAE. Entende-se que estes conteúdos se relacionam, já que todos tratam de processos administrativos do Programa. A última unidade abordou o controle de qualidade de alimentos e o cardápio da alimentação escolar. Não foram identificadas relações próximas destes conteúdos com os demais, por este motivo fizeram parte da última unidade do curso.

6.2.4. Definição dos procedimentos instrucionais

Para identificar os procedimentos/eventos instrucionais mais adequados, considerou-se: 1) o tipo de aprendizagem desejada, segundo a hierarquia na taxonomia de Bloom (1972) e condições; 2) quem conduzirá a aprendizagem e 3) como os participantes irão interagir (aprendiz/professor, aprendiz/aprendiz, aprendiz/ferramenta) (BORGES-ANDRADE, ABBAD, MOURÃO et al, 2006).

Os procedimentos/eventos instrucionais são situações de aprendizagem definidas no desenho da instrução para facilitar a aquisição das competências descritas nos objetivos educacionais. Existem diferentes estratégias, procedimentos, técnicas ou eventos instrucionais utilizados para que o aprendiz adquira tais competências, entre elas: exposição oral/palestra, discussão em grupo orientada, estudo de caso, *brainstorm*, pesquisa bibliográfica, dentre outros (BORGES-ANDRADE, 1982; REIGELUTH, 1999).

Para Gagné (1985, 1988) existem dez eventos instrucionais a serem contemplados no planejamento de ensino de conhecimentos, habilidades e atitudes: 1) criar expectativas de sucesso ou de confirmação de desempenho, 2) informar os objetivos ao aprendiz, 3) dirigir a atenção do aprendiz, 4) provocar a lembrança de pré-requisitos, 5) apresentar o material de estímulo, 6) prover orientação da aprendizagem, 7) ampliar o contexto da aprendizagem, 8) programar ocasião de prática, visando repetir o desempenho, 9) provocar o desempenho e 10) prover retroalimentação, confirmando ou corrigindo o desempenho. No quadro 04 apresenta-se o plano instrucional do curso.

Quadro 04 – Plano instrucional do Curso de Formação a distância para Conselheiros de Alimentação Escolar, 2011.

Unidade I – Ambiente Virtual de Aprendizagem						
Procedimentos/ eventos instrucionais	Aprendizagem esperada (hierarquia/condições)	Quem conduzirá a aprendizagem	Interação	Grau de suporte	Carga horária	Materiais de apoio/ Referências bibliográficas/ Outras fontes de informação
Aula em formato de <i>storyboard</i>	Aplicação AVA	Aprendiz	Aprendiz/ ferramenta Aprendiz/ tutor Aprendiz/ aprendiz	Tutoria ativa (24h - tempo máximo de resposta 24h)	7h	-
Vídeos tutoriais						
Arquivos tutoriais						
Unidade II – Programa Nacional de Alimentação Escolar						
Aula em formato de <i>storyboard</i>	Análise Local de atuação (município ou estado)	Aprendiz	Aprendiz/ ferramenta Aprendiz/ tutor Aprendiz/ aprendiz	Tutoria ativa (24h - tempo máximo de resposta)	12h	Aula em arquivo pdf Referências bibliográficas Biblioteca
Vídeo institucional sobre o PNAE						
Fórum		Tutor			6h	
Vídeoconferência (Skype)						
Unidade III – Conselho de Alimentação Escolar						
Aula em formato de <i>storyboard</i>	Compreensão Local de atuação (município ou estado)	Aprendiz	Aprendiz/ ferramenta Aprendiz/ tutor Aprendiz/ aprendiz	Tutoria ativa (24h - tempo máximo de resposta)	10h	Aula em arquivo pdf Referências bibliográficas Biblioteca
Fórum		Tutor			7h	
Unidade IV - Formas de gestão do PNAE e modalidades de licitação						
Aula em formato	Avaliação	Aprendiz	Aprendiz/ ferramenta	Tutoria ativa	10h	Aula em arquivo pdf

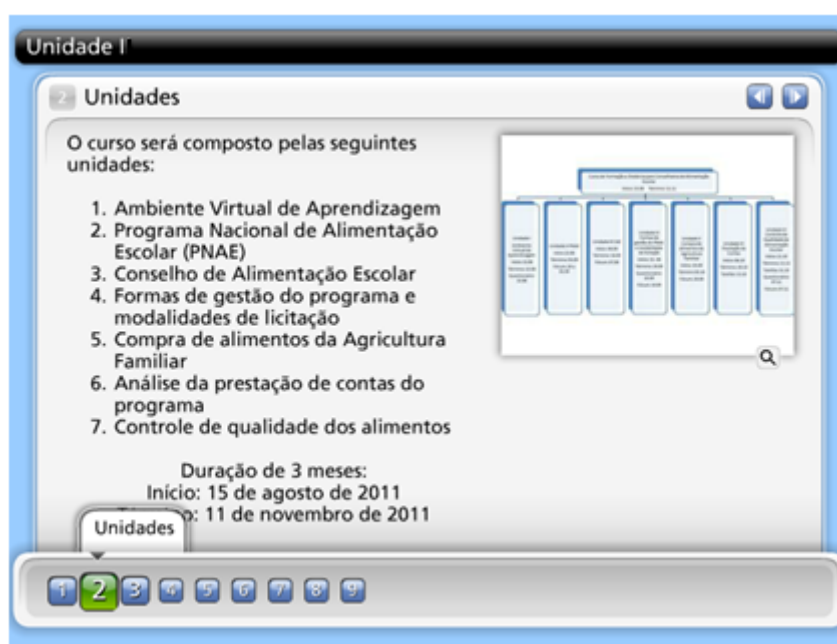
de <i>storyboard</i>	Local de atuação (município ou estado)		Aprendiz/ tutor	(24h - tempo máximo de resposta)		Referências bibliográficas Biblioteca
Fórum		Tutor	Aprendiz/ aprendiz		5h	
Unidade V – Compra de alimentos da Agricultura Familiar						
Aula em formato de <i>storyboard</i>	Compreensão Local de atuação (município ou estado)	Aprendiz	Aprendiz/ ferramenta	Tutoria ativa (24h - tempo máximo de resposta)	11h	Aula em arquivo pdf Referências bibliográficas Biblioteca
Fórum		Tutor	Aprendiz/ aprendiz		7h	
Unidade VI - Análise da prestação de contas do PNAE						
Aula em formato de <i>storyboard</i>	Síntese Local de atuação (município ou estado)	Aprendiz	Aprendiz/ ferramenta Aprendiz/ tutor	Tutoria ativa (24h - tempo máximo de resposta)	15h	Aula em arquivo pdf Referências bibliográficas Biblioteca
Análise de documentos					8h	
Estudo de caso					5h	
Unidade VII – Controle de qualidade da Alimentação Escolar						
Aula em formato de <i>storyboard</i>	Síntese Local de atuação (município ou estado)	Aprendiz	Aprendiz/ ferramenta Aprendiz/ tutor	Tutoria ativa (tempo de resposta no máximo 24h)	22h	Aula em arquivo pdf Referências bibliográficas Biblioteca
Atividade Prática					16h	
CARGA HORÁRIA DO CURSO					141h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL					10h a 12h	

6.2.5. Elaboração dos conteúdos de cada unidade do curso

O cuidado com a elaboração de textos instrucionais deve ser adotado em todas as modalidades de ensino, entretanto a modalidade de EAD exige maior cuidado. Esta etapa, em qualquer evento instrucional, deve ser posterior à definição dos objetivos educacionais e dos procedimentos instrucionais. (ABBAD, 2006).

Segundo Morrison, et al (2001) a mensagem pré-instrucional dos textos deve conter os objetivos comportamentais, que servem para guiar a aprendizagem do aluno e o resumo do conteúdo e organizadores avançados, que tem como objetivo despertar a atenção do aprendiz. A segunda unidade do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar apresentou o objetivo geral deste, bem como um organizador com os temas abordados em cada unidade, conforme apresentado na figura abaixo.

Figura 02 – Conteúdo da Unidade I do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar - apresentação dos temas abordados em cada unidade por meio de um organizador, 2011.



Estes autores recomendam ainda a utilização de figuras com função transformacional, facilitando a memorização de fatos ou eventos. Neste caso, a figura combina imagens concretas que ajudam o aprendiz a recordar e a memorizar. Os

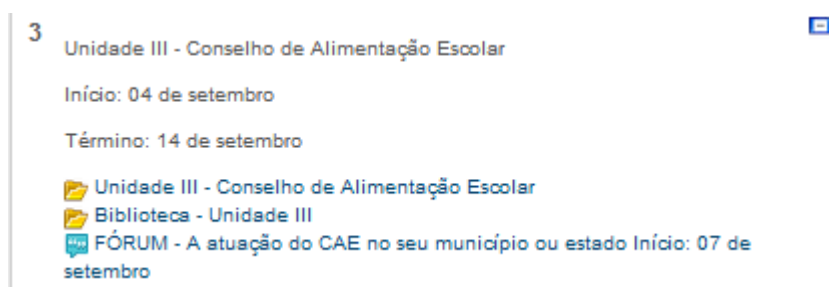
materiais de ensino do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar foram construídos em formato de *storyboard*; para isso, trabalhou-se com o *software Articulate Engage 09*. Este *software* permitiu a utilização de recursos tais como figuras, vídeos, cartazes, lembretes, bem como navegação orientada, já que os slides possuíam abas numeradas com breve descrição do conteúdo, conforme exposto a seguir.

Figura 03 – Imagem inicial do vídeo apresentado no formato de *storyboard* no Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar, 2011 - recurso empregado por meio do *software Articulate Engage 09*.



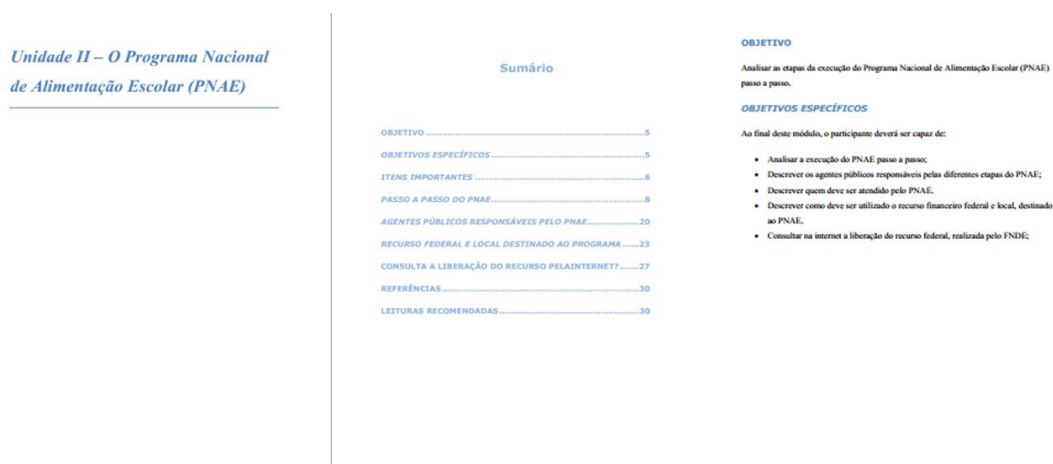
Destaca-se que para facilitar a organização, ao acessar o Ambiente Virtual de Aprendizagem o participante pode visualizar o tema, a data de início e término da respectiva Unidade, além da data de início das atividades ou exercícios propostos.

Figura 04 – Apresentação de um fragmento do Ambiente Virtual de Aprendizagem do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar, 2011.



O conteúdo também foi disponibilizado em formato de texto, na biblioteca de cada unidade do curso. Desta forma os participantes puderam imprimir o conteúdo e estudar sem o auxílio do computador conectado à internet. Os textos apresentaram, logo no início, a estrutura do conteúdo, ou seja, um sumário; também constava a descrição do conteúdo abordado na unidade, incluindo o objetivo geral e objetivos específicos. Estes materiais foram elaborados considerando três aspectos principais, preconizados por Morrisson, Ross, e Kemp (2001): 1) estrutura, 2) coerência na estrutura e 3) adequação do conteúdo ao repertório de conhecimentos do aprendiz.

Figura 05 – Formato dos textos com os conteúdos de cada unidade do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar.



6.2.6. Elaboração dos instrumentos de avaliação da satisfação dos participantes ao curso e ao desempenho do tutor

A avaliação da satisfação⁶ dos participantes foi realizada por meio de duas escalas disponibilizadas após o encerramento das atividades do curso. A primeira visou avaliar a opinião dos participantes sobre o curso e a segunda, sobre o desempenho dos tutores. As respostas dos dois blocos foram obtidas por meio de uma escala adaptada do tipo Likert (1967) com 3 pontos, sendo: 1) não, 2) razoavelmente e 3) sim.

A escala de avaliação da satisfação dos participantes ao curso contemplou cinco itens, a saber: 1) o cumprimento do programa do curso, entregue pelo professor; 2) a qualidade do material didático fornecido; 3) a quantidade e qualidade dos recursos audiovisuais utilizados; 4) o processo de inscrição no curso; e 5) a carga horária do curso.

Já a escala de avaliação do desempenho dos tutores contemplou nove itens, a saber: 1) Demonstrou completo domínio do conteúdo? 2) Abordou adequadamente os assuntos do programa? 3) Criou clima favorável à participação dos alunos? 4) Foi objetivo em suas explicações? 5) Empregou técnicas didáticas favoráveis à fixação do conteúdo? 6) Esclareceu as dúvidas dos alunos? 7) Considerou as solicitações dos alunos? 8) Cumpriu os horários estabelecidos? 9) Compareceu nos dias programados?

Para mensurar a satisfação dos participantes, somou-se a pontuação dos itens da escala e depois se calculou a média da pontuação da escala entre os participantes. Com o objetivo de facilitar a análise dos dados, calculou-se o percentual de satisfação dos participantes para cada escala, ou seja, o percentual equivalente a média das pontuações dos participantes em relação à pontuação máxima de cada escala.

⁶ Neste estudo adotou-se o termo *satisfação* em substituição ao termo *reação*, que segundo Hamblin, (1978) é o nível de avaliação em que se identifica a opinião ou satisfação dos participantes sobre diversos aspectos do treinamento.

6.2.7. Elaboração dos instrumentos de avaliação do processo de aprendizagem

As modalidades de avaliação do processo ensino-aprendizagem⁷ adotadas no curso em questão foram: 1) diagnóstica - realizada por meio de um pré-teste aplicado antes do início do curso, com o objetivo de estabelecer uma linha-base de conhecimentos, habilidades e atitudes (CHAs) que seriam trabalhados durante o curso; 2) formativa – atividades desenvolvidas pelos participantes ao final de cada uma das unidades do curso, tendo como objetivo verificar o domínio do aluno em relação ao conhecimento trabalhado em determinada Unidade; 3) somativa – realizada por meio de um pós-teste aplicado ao término das atividades do curso, com o objetivo de mensurar diferenças de conhecimentos, habilidades e atitudes em relação ao momento imediatamente anterior ao início do curso (BLOOM, 1983). Tanto a avaliação da aprendizagem, quanto a avaliação do curso, foram planejadas de maneira integrada, ou seja, após a concepção dos objetivos educacionais e do conteúdo do curso.

Avaliação diagnóstica pré-teste

A avaliação diagnóstica foi realizada por meio de um pré-teste aplicado ao início do curso com o objetivo de avaliar conhecimentos, habilidades e atitudes (CHAs) que seriam trabalhados durante o curso. Para isso, o teste composto por 23 questões de múltipla escolha, que possuíam o mesmo peso e juntas somavam 10 pontos, foi desenvolvido utilizando-se os recursos do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) *Moodle*. Desta forma, o participante pode visualizar uma questão por página, havendo a possibilidade de navegar pelas 23 que compunham o questionário, porém o questionário só poderia ser submetido à avaliação se o participante respondesse todas as perguntas.

O questionário pré-teste (apêndice 02) foi dividido em blocos, sendo um para cada uma das seis unidades do curso, considerando-se que a primeira Unidade

⁷*Aprendizagem* – nível de avaliação em que se verifica se ocorreram diferenças entre o que os participantes sabiam antes e depois do treinamento ou se os objetivos instrucionais foram alcançados. (HAMBLIM, 1978).

(Ambiente Virtual de Aprendizagem) não foi avaliada, já que visou apresentar os recursos do AVA e o curso propriamente dito.

Avaliação somativa pós-teste

A avaliação somativa foi realizada por meio de um pós-teste (apêndice 03) aplicado após o término das atividades do curso para avaliar, habilidades, atitudes e conhecimentos desenvolvidos pelos participantes. O questionário pós-teste foi planejado em consonância e no mesmo formato do de pré-teste (múltipla escolha), sendo composto por 25 questões, também divididas em blocos de acordo com as unidades do curso.

Destaca-se que foram planejadas mais de uma questão com o mesmo nível de complexidade para o mesmo objetivo educacional, visando a equivalência do pré e pós-teste; além disso, algumas questões constituíram-se em breves estudos de caso.

Avaliação formativa

A avaliação formativa aplicada ao final de cada unidade do curso, excetuando-se a primeira a qual versava sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem, visou avaliar o domínio do aluno em relação aos conhecimentos, habilidades e atitudes trabalhados em cada unidade. Esta avaliação permitiu verificar o sucesso ou insucesso dos objetivos educacionais. Conforme já citado, os participantes tiveram acesso, no início de cada unidade do curso, ao objetivo educacional e às competências a serem trabalhadas.

Para Bloom (1983), a avaliação formativa deve ser aplicada durante o processo de formação do conhecimento, em períodos curtos de tempo, garantindo maior precisão e não somente quando este processo chega ao fim. Ela indica as áreas que devem ser recuperadas, de forma que o ensino subsequente possa ser mais eficiente.

O fórum foi a atividade de avaliação formativa adotada nas Unidades II, III, IV e V (quadro 05).

Quadro 05 – Plano instrucional dos procedimentos instrucionais de avaliação formativa das Unidades II, III, IV e V do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar, 2011.

Unidade II – Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)				
Objetivo Geral	Atividade de avaliação	Objetivo	Carga horária	Instrumento de avaliação
Analisar em seu local de atuação, as etapas da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Passo a passo.	Fórum: O PNAE na sua realidade.	Promover a troca de experiência entre os participantes sobre o passo a passo do PNAE, os agentes públicos envolvidos e o recurso financeiro destinado ao Programa.	6h	Escala
Unidade III – Conselho de Alimentação Escolar (CAE)				
Objetivo Geral	Atividade de avaliação	Objetivo	Carga horária	Instrumento de avaliação
Identificar os objetivos, a composição e as funções do CAE em relação ao PNAE.	Fórum: A atuação do CAE no seu município ou estado	Promover o debate entre os participantes sobre a realidade dos CAEs em diferentes localidades, por meio do relato de experiências exitosas e dificuldades enfrentadas pelos conselheiros.	7h	Escala
Unidade IV – Compra de alimentos da Agricultura Familiar				
Objetivo Geral	Atividades	Objetivo	Carga horária	Instrumento de avaliação
Conhecer as diferentes possibilidades de gestão do PNAE, identificar a forma de gestão adotada pelo município ou estado e avaliar se a modalidade de licitação adotada é adequada ao valor anual repassado pelo FNDE.	Fórum: Gestão e licitação	Promover o debate entre os conselheiros sobre a forma de gestão e de licitação adotada pelo município ou estado.	5h	Escala

Unidade V - Formas de gestão do PNAE e modalidades de licitação				
Objetivo Geral	Atividades	Objetivo	Carga horária	Instrumento de avaliação
Analisar as etapas e processos de compra dos alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar.	Fórum: A compra da agricultura familiar	Possibilitar a troca de experiências sobre o processo de compra de alimentos da agricultura familiar entre os conselheiros.	7h	Escala

Instrumentos de avaliação formativa dos fóruns (escala)

Para avaliar as contribuições de cada participante, nos quatro fóruns citados, foi elaborada uma escala a partir dos seguintes critérios: manteve o foco da discussão, agregou informações e realizou contribuições fundamentadas (ZAINA, 2002). Considerou-se que o participante: manteve foco da discussão, quando suas contribuições não fugiram do tema discutido naquele fórum e às perguntas colocadas pelo tutor; agregou informações, quando trouxe para o fórum de discussão o tema contextualizado em sua realidade local e compartilhou os entraves que enfrentava; realizou contribuições fundamentadas, quando argumentou de forma consistente suas colocações, indicando o porquê de sua posição.

Estes critérios foram pontuados por meio de uma escala do tipo Likert de 3 pontos (1. discordo; 1. não concordo, nem discordo; e 3. concordo). A pontuação foi conduzida pela pesquisadora, que utilizou-se de uma planilha, conforme demonstrado no quadro 06. Para atribuir esta pontuação, primeiramente, leu-se todo o conteúdo discutido no fórum, feito isso, pontuou-se as contribuições de cada participante.

Quadro 06 – Ferramenta de avaliação dos Fóruns do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar, 2011.

Objetivo geral da unidade:						
Título do Fórum:						
Objetivo do Fórum:						
Participante	Manteve o foco da discussão.		Agregou informações.		Realizou contribuições fundamentadas.	Pontuação Total
	1.Discordo 2.Não concordo, nem discordo 3.Concordo					
1						
2						
3						
4						

Quadro 07 - Plano instrucional dos procedimentos de avaliação formativa das Unidades VI e VII do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar.

Unidade VI – Análise da prestação de contas do PNAE				
Objetivo Geral	Atividades	Objetivo	Carga horária	Instrumento de avaliação
Analisar a prestação de contas do Programa de Alimentação Escolar executado no município ou estado.	Análise do Relatório Anual de Gestão (RAG). Foi entregue um modelo hipotético de RAG e os participantes identificaram quais as informações que NÃO constavam naquele documento (múltipla escolha).	Analisar o Relatório Anual de Gestão do seu município ou estado.	2h	Múltipla escolha
	Análise do Parecer Conclusivo sobre a execução do PNAE. Da mesma forma que a atividade anterior, foi entregue um modelo hipotético de Parecer Conclusivo e os participantes identificaram as informações que NÃO foram contempladas naquele exemplo (múltipla escolha).	Elaborar o Parecer Conclusivo sobre a execução do PNAE no seu município ou estado.	2h	Múltipla escolha
	Estudo de caso: preencher o Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico Financeira. Para isso, foi elaborado um estudo de caso com informações que subsidiaram a atividade.	Analisar o Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico Financeira do seu município ou estado.	4h	Estudo de caso
Unidade VII – Controle de qualidade da Alimentação Escolar				
Objetivo Geral	Atividades	Objetivo	Carga horária	Instrumento de avaliação
Realizar o controle de qualidade dos alimentos e analisar a adequação dos cardápios da	Atividade prática de aplicação do teste de atributo. Para realizar esta atividade, os participantes foram orientados a escolher um alimento e aplicar o teste com cinco pessoas, as quais avaliaram os seguintes atributos deste alimento: aparência, aroma, sabor e textura. Foram disponibilizadas as fichas individuais de avaliação (arquivo word) a serem entregues à estas 5 pessoas, bem como o modelo de relatório do teste a ser enviado para avaliação da aprendizagem do participante	Realizar o teste de atributo na escolha dos alimentos para a alimentação escolar do seu município ou estado.	5h	Escala

alimentação escolar no seu município ou estado.	(arquivo word).			
	Atividade prática de aplicação do teste de aceitabilidade de uma preparação. Para realizar esta atividade, disponibilizou-se (arquivo em word) a escala hedônica (facial e verbal) a ser entregue às seis pessoas que avaliaram a aceitabilidade de uma preparação escolhida pelo participante, bem como o modelo de tabulação destes dados (arquivo word), que foi entregue pelo participante para avaliação de sua aprendizagem.	Realizar o teste de aceitabilidade das preparações do cardápio da alimentação escolar no seu município ou estado.	5h	Escala
	Atividade prática de aplicação do roteiro de visita a escola. Para desenvolvê-la os participantes receberam um modelo de roteiro de visita a escola (arquivo em word) o qual deveria ser preenchido durante a visita a uma unidade escolar do seu município ou estado.	Aplicar o roteiro nas visitas de monitoramento do controle de qualidade da alimentação escolar nas escolas do seu município ou estado.	6h	Escala

Instrumento de avaliação formativa das atividades de análise de documentos (múltipla escolha)

A Unidade VI contemplou duas atividades de análise de documentos importantes que fazem parte da prestação de contas do PNAE. Estas atividades eram de múltipla escolha e cada uma das quatro alternativas de resposta tinha peso de 2,5, sendo que duas alternativas deveriam ser marcadas e duas não; os participantes que marcaram corretamente as quatro alternativas receberam nota 10.

Instrumento de avaliação formativa do estudo de caso (escala)

A terceira e última atividade da Unidade VI consistiu em um estudo de caso, em que se utilizou um município hipotético para o qual foram atribuídas informações sobre a execução física e financeira do Programa. Com base nestas informações, os participantes preencheram o modelo Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira do PNAE (o modelo foi disponibilizado em arquivo word) e submeteram tal arquivo para avaliação.

Para este estudo de caso o instrumento de avaliação formativa adotado também consistiu em uma escala, os critérios adotados foram: preencheu os dados sobre a execução financeira de forma correta; preencheu os dados sobre a execução física de forma correta; preencheu os dados sobre a participação da entidade executora de forma correta. Tais critérios foram pontuados por meio de uma escala do tipo Likert de 3 pontos (1.insatisfatoriamente, 2.razoavelmente ou 3.satisfatoriamente); com o mesmo formato apresentado no quadro 06.

Instrumentos de avaliação formativa das atividades práticas (escalas)

A Unidade VII foi composta por três atividades, a primeira consistiu na realização do teste de atributos de um alimento. Os participantes enviaram o relatório do teste de atributo e a avaliação desta atividade foi conduzida com base nos seguintes critérios: relatou o grau de satisfação para cada atributo sensorial; informou o parecer final do alimento analisado, o relatório foi datado e assinado pelos cinco participantes. Estes critérios foram pontuados por meio de uma escala do tipo Likert de três pontos

(1.insatisfatoriamente, 2.razoavelmente ou 3.satisfatoriamente), semelhante à do quadro 06.

A segunda atividade da Unidade VII consistiu na realização do teste de aceitabilidade de uma preparação escolhida pelo participante. A avaliação desta atividade foi realizada por meio da análise do arquivo enviado pelo participante, que continha a tabulação dos dados. Avaliou-se este arquivo por meio dos seguintes itens: o participante realizou a tarefa (1.insatisfatoriamente, 2.razoavelmente ou 3.satisfatoriamente), adotando-se novamente uma escala do tipo Likert de 3 pontos.

A terceira atividade desta Unidade consistiu na aplicação de um roteiro de visita a uma escola, com o objetivo de monitorar o controle de qualidade da alimentação escolar. A avaliação foi efetuada por meio da análise do arquivo contendo as informações coletadas na escola pelo participante e o critério utilizado foi: o participante realizou a tarefa (1.insatisfatoriamente, 2.razoavelmente ou 3.satisfatoriamente), adotando-se novamente uma escala do tipo Likert de 3 pontos.

Ressalta-se que a avaliação formativa não tem como objetivo classificar os alunos e não é indicado que se atribua notas a estas atividades; neste sentido, os participantes não receberam notas pelas atividades realizadas. Porém, recomenda-se a utilização de escala para verificar o desempenho dos alunos diante dos objetivos educacionais propostos, por este motivo avaliaram-se todas as atividades por meio de escala de mensuração com critérios (ZAINA, 2002).

Para determinar o desempenho de cada aluno no curso, somou-se a pontuação das 10 atividades realizadas ao longo das seis unidades (a pontuação máxima totalizou 80 pontos); desta forma, a pontuação individual final foi convertida em percentual de desempenho.

6.2.8. Atividades dos tutores na fase de elaboração do curso

Ressalta-se que os quatro tutores, estudantes do curso de graduação de Nutrição da Universidade de Brasília, participaram ativamente das etapas de elaboração e aplicação do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar.

Na etapa de elaboração os tutores participaram de um curso de 16h, conduzido pela pesquisadora, com o objetivo de apresentar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (objetivo, formas de gestão, execução, modalidades de licitação, atribuições do nutricionista, atribuições do CAE), o objetivo do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar e as competências dos tutores.

Ainda, participaram do curso básico sobre o software *Articulate Engage '09* ministrado por técnico especializado, que teve 24h de duração. Desta forma, tiveram papel importante no desenvolvimento do conteúdo do curso em formato de *storybord*, elaborando tutoriais (vídeos que orientaram os participantes a utilizar os recursos do AVA), revisando o conteúdo e testando os recursos empregados.

7. Aplicação do curso

O curso teve carga horária de 140h distribuídas em três meses de duração (agosto a novembro de 2011), o que representa aos participantes, aproximadamente, 10 a 12h de estudo por semana. Os participantes puderam acessá-lo por meio do link <http://fs.unb.br/nutricao/login/index.php> hospedado no site do curso de Nutrição da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB).

A equipe de organização foi formada por dois doutores integrantes do corpo docente do Programa de Pós Graduação em Nutrição Humana do Departamento de Nutrição da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB, uma mestranda deste Programa e quatro alunos bolsistas, graduandos em nutrição.

7.1. Convite aos participantes

Os tutores realizaram o contato telefônico com os 145 conselheiros que preencheram o questionário de diagnóstico das necessidades de formação. Neste momento foram feitas três perguntas: O Sr.(a) tem interesse em realizar o curso? O Sr. (a) tem acesso diário a computador com internet? O Sr.(a) tem habilidade no uso de computador (visualizar vídeo, arquivos em pdf e word, navegar na internet)?

Aqueles conselheiros que responderam sim para as três questões foram convidados a participar do curso, entretanto, não se atingiu o quantitativo desejado (120

conselheiros). Este quantitativo foi estipulado a partir do número máximo de 30 alunos por tutor (4 tutores), visando garantir o bom andamento das atividades, a adesão dos participantes, além de levar em consideração o plano instrucional do curso.

Para alcançar maior número de conselheiros, utilizou-se a lista de contatos do CECANE/UnB, que realiza ações nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, na qual constava o telefone e e-mail de 114 conselheiros. Contou-se ainda com o apoio do CECANE/SC, que divulgou o curso por e-mail aos conselheiros do estado de Santa Catarina. A partir destes contatos, alcançou-se o quantitativo de 107 participantes que iniciaram o Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar.

Destaca-se que o conteúdo do curso foi planejado para conselheiros, porém outros profissionais envolvidos com o tema alimentação escolar, tais como técnicos que atuam nas Secretarias de Educação e auxiliam as atividades do CAE, além de nutricionistas, solicitaram a participação no curso o que foi concedido pela equipe de organização. Tal decisão foi considerada estratégica diante do objetivo do curso, qual seja aprimorar a atuação dos conselheiros quanto às necessidades de formação identificadas, com vistas a qualificar o processo de controle social do PNAE em seus locais de atuação (município/estado). Entendeu-se que a participação de outros profissionais envolvidos com o tema alimentação escolar enriqueceria os momentos de interação entre os aprendizes.

A inserção destes participantes não prejudicou o objetivo deste projeto, qual seja elaborar, aplicar e avaliar um curso de formação a distância para conselheiros de alimentação escolar. Além disso, tal interesse indica que o conteúdo abordado contempla necessidades de formação de outros profissionais envolvidos com o tema alimentação escolar.

7.2. Atividades dos tutores na aplicação do curso

Os participantes foram estreitamente acompanhados pelos tutores. Semanalmente eram realizadas reuniões com a pesquisadora onde se discutiram dúvidas e demandas dos participantes. Cabe destacar que nestas reuniões, o conteúdo de cada unidade era revisado antes do seu início, prática que permitiu que os tutores focassem a

atenção para o tema estudado naquela unidade. Desta forma, a tutoria foi cuidadosamente acompanhada pela pesquisadora.

8. Aspectos éticos

O desenvolvimento do projeto esteve de acordo com as diretrizes e normas que regulamentam as pesquisas envolvendo seres humanos, previstos na Resolução n°. 196 de 10 de outubro de 1996 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências da Saúde – UnB, FR – sob o registro n° 122/10 (anexo 01). Todos os participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido tal qual foi aprovado pelo Comitê de Ética (apêndice 04).

9. Análise dos dados

Analisou-se a frequência dos dados sociodemográficos e de necessidades de formação dos conselheiros. A questão aberta do questionário de necessidades de formação (apêndice 01), que visava identificar os temas mais importantes para compor um curso de formação, foi analisada por meio da técnica análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Após esta fase, foi atribuído um número para cada categoria (1 a 36) e foi realizada a análise de frequência (apêndice 05)

Também foi empregado o teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov e o teste não paramétrico de Wilcoxon para identificar a diferença estatística entre as notas do pré e pós-teste. Por fim, aplicou-se o teste de correlação de Pearson para identificar a associação entre as notas do pós-teste e o percentual médio de desempenho dos participantes no curso. Realizou-se análise descritiva de dados, por meio do Pacote Estatístico SPSS – (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 19 (apêndice 06).

Os dados foram analisados com o Pacote Estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 19 e considerou-se o nível de significância de 5% (apêndices 05 e 06).

10. RESULTADOS

Como resultados são apresentados dois artigos: o primeiro, intitulado “*Características Sociodemográficas e Necessidades de Formação de Conselheiros de Alimentação Escolar*”, que subsidiou o planejamento e elaboração do curso, por meio da identificação do conteúdo a ser abordado nas unidades, bem como das principais características do público-alvo.

E o segundo, denominado “*Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar: Avaliação da Aprendizagem e da Satisfação dos Participantes em relação ao Curso e ao Desempenho do Tutor*” teve por objetivo avaliar a aprendizagem e a satisfação dos participantes ao curso e o desempenho do tutor.

Artigo que será submetido à Revista de Nutrição, sob a categoria original e área temática políticas de alimentação.

10.1. Artigo 1: Características sociodemográficas e necessidades de formação de conselheiros de alimentação escolar

Short title: Conselheiros de alimentação escolar

RESUMO

Objetivo: Neste estudo investigaram-se as características sociodemográficas e as necessidades de formação dos conselheiros de alimentação escolar acerca de suas atribuições. **Métodos:** Trata-se de um estudo transversal com amostra intencional composta por conselheiros participantes do Encontro Nacional do Programa Nacional de Alimentação Escolar, realizado em Salvador-BA, 2010. Identificaram-se as características sociodemográficas e as necessidades de formação dos conselheiros acerca de suas atribuições, por meio de questionário de auto-preenchimento. **Resultados:** Responderam ao questionário 145 conselheiros, sendo 71% (n=103) mulheres e 48,3% (n=70) do segmento de trabalhadores da educação, professores ou alunos. Verificou-se que 89% (n=129) demonstraram interesse em participar de curso de formação e 81,4% (n=118) possuía acesso diário a internet e 79,3% (n=115) referiu ter habilidade com computadores. Os conselheiros apontaram que os principais temas a serem abordados em um curso de formação são: procedimento licitatório (37,2%) (n=54), prestação de contas (32,4%) (n=47), controle de qualidade dos alimentos (23,4%) (n=34), papel/postura dos conselheiros (22,8%) (n=33) e compra de alimentos da agricultura familiar (19,3%) (n=28). **Conclusão:** Os achados apontam que os conteúdos abordados no curso devem ser bem estruturados, já que os conselheiros são pessoas envolvidas com o tema alimentação escolar. Além disso, reforçam a viabilidade de um curso on-line para este público e identificam os temas de maior importância, segundo os conselheiros, para compor um curso de formação. Por fim, os resultados encontrados possibilitam o adequado planejamento de ações voltadas aos conselheiros de alimentação escolar.

Palavras-chave: Programas e políticas de nutrição e alimentação, alimentação escolar, conselheiros, educação em saúde, educação a distância.

ABSTRACT

Objective: This study investigated the sociodemographic characteristics and training needs of school feeding counselors about their duties. **Methods:** This is a cross sectional study with purposive sample consisting of counselors participating in the National Meeting of the National School Feeding Program, held in Salvador-BA, 2010. It was Identified the sociodemographic characteristics and training needs of directors about their duties, through questionnaire self-completion. **Results:** The survey was answered by 145 counselors, 71% (n=103) was women and 48,3% (n=70) of the segment was composed by education workers, teachers or students. It was found that 89% (n=129) showed interest in participating in the training course and 81,4% had daily access to internet and computer skills. The counselors indicated out that the main themes to be addressed in a training course were 1) competitive bidding procedure (37,2%) (n=54), 2) accountability (32,4%) (n=47), 3) quality control of food (23.4%) (n=34), 4) the role/position of counselors (22,8%) (n=33) and 5) buying food from family farms (19,3%) (n=28). **Conclusion:** These findings indicate that the content covered in the course should be well structured, since the counselors are people involved with the school food theme. In addition, they reinforce the viability of an online course for this audience and the identification of the themes with greater importance, according to counselors, to compose a training course. At last, the results allow adequate planning of actions to school feeding counselors.

Key-words: Nutrition programs and policies, school feeding, health education education, distance.

INTRODUÇÃO

Os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) foram criados em 1994 com a descentralização dos recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)¹. Estes conselhos são instâncias de caráter permanente, fiscalizador, deliberativo e de assessoramento com o objetivo de realizar o controle social do PNAE. A composição do CAE consiste em: 01 (um) representante indicado pelo poder executivo, 02 (dois) de pais de alunos, 02 (dois) de trabalhadores escolares, professores ou alunos, 02 (dois) da sociedade civil organizada, sendo que cada um destes sete membros titulares possui um suplente².

As atribuições dos CAEs são: acompanhar e fiscalizar os recursos destinados ao PNAE; zelar pela qualidade dos alimentos especialmente quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos; analisar a prestação de contas e emitir o parecer conclusivo sobre a execução do PNAE; informar irregularidades do Programa ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e órgãos de controle; elaborar relatórios sobre a execução do PNAE; realizar reunião específica para análise da prestação de contas e elaborar o regimento interno¹.

Atualmente, existem aproximadamente 78.320 conselheiros de alimentação escolar no Brasil, considerando que cada um dos 5.566 municípios e 27 estados possuem 7 (sete) membros titulares e 7 (sete) suplentes. Entretanto, o total de conselheiros formados pelo FNDE e Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANEs), no período de 2002 a 2008, é de aproximadamente 13.500 e o custo médio por conselheiro formado foi de R\$ 635,173^{3,4}.

Destaca-se ainda, que uma das metas do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, no período de 2012 a 2015 é formar 11.000 conselheiros de alimentação escolar para o efetivo exercício do controle social do PNAE⁵. Observa-se que o Governo Federal vem envidando esforços para realizar o treinamento deste público, diante desta demanda, foi proposta a elaboração, aplicação e avaliação de um curso de formação a distância para Conselheiros de Alimentação Escolar, com o intuito de propor um desenho para ofertá-lo em maior escala.

Para planejar e elaborar este curso, é fundamental identificar as características sociodemográficas e as necessidades de formação dos conselheiros acerca de suas atribuições. As características sociodemográficas se referem, por exemplo, ao sexo, a função desempenhada pelo participante ou habilidade em utilizar computador. A identificação destas características permite ao planejador estabelecer condições adequadas os participantes, de modo que estes possam ser bem sucedidos em determinado evento instrucional, neste caso, o curso de formação para conselheiros de alimentação escolar⁶.

Já as necessidades de formação ou o repertório de entrada são o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, experiências e expectativas adquiridas pelos participantes antes do processo de aprendizagem. O conhecimento destas necessidades possibilita o planejamento de eventos instrucionais eficazes, bem como evita custos desnecessários com eventos instrucionais que não interessam ao público⁶.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo investigar as características sociodemográficas e as necessidades de formação dos conselheiros de alimentação escolar acerca de suas atribuições, para a posterior elaboração, aplicação e avaliação de um curso de educação a distância para Conselheiros de Alimentação Escolar.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal realizado com amostra intencional composta por 145 conselheiros de alimentação escolar que participaram do Encontro Nacional do PNAE, ocorrido em Salvador-BA, em novembro de 2010. Durante o encontro, realizou-se chamada em plenária e também houve abordagem aos conselheiros nos intervalos das atividades. Tal evento foi escolhido por ser um dos principais sobre alimentação escolar do Brasil e, portanto, um momento único para o contato direto com conselheiros de todo o país. Estima-se que estavam presentes no Encontro, aproximadamente 250 conselheiros.

Por meio de questionário de auto-preenchimento foram coletadas informações sobre as características sociodemográficas e necessidades de formação dos conselheiros. As características sociodemográficas investigadas foram: sexo, segmento que representa

no Conselho, estado/unidade da federação que pertencia e tempo de atuação no CAE. Questionou-se ainda o interesse dos participantes em realizar um curso à distância para conselheiros, se possuíam acesso diário a um computador conectado à rede, bem como habilidade em navegar na internet e utilizar aplicativos e programas de computador.

As variáveis de necessidades de formação foram investigadas por meio de sete questões fechadas elaboradas a partir das atribuições do CAE, previstas no artigo 27 da Resolução CD/FNDE nº38/2009⁷. Estas questões visaram investigar as atribuições em que os conselheiros possuíam dúvidas ou falta de conhecimento e julgavam relevante para compor um curso de formação. As opções de resposta foram: 1) sim, com facilidade; 2) sim, com dificuldade, pois temos dúvidas sobre o assunto; 3) sim, com dificuldade por outros motivos; 4) não, pois não temos conhecimento suficiente sobre o assunto; 5) não, por outros motivos; 6) não sei (apêndice 01). Elaborou-se ainda uma questão aberta, a qual permitiu que os conselheiros relatassem três temas mais importantes para serem tratados em um curso de formação para conselheiros de Alimentação Escolar

Consentimento

Este estudo esteve de acordo com as diretrizes e normas que regulamentam as pesquisas envolvendo seres humanos, previstos na Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996 do CNS⁸. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências da Saúde – UnB, sob o registro nº 122/10, e todos os conselheiros participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Análise dos dados

Realizou-se análise descritiva de dados, por meio do Pacote Estatístico SPSS – (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 19. A questão aberta foi analisada por meio da técnica análise de conteúdo, que consiste em procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, permitindo a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens, sendo descobertos os núcleos de sentido que compõe a comunicação, cuja frequência possibilita a obtenção dos resultados⁹. Emergiram 36 categorias a partir dos 579 temas

mencionados pelos conselheiros. Tais categorias foram primeiramente sugeridas pela própria pesquisadora e posteriormente avaliadas por outros dois juízes. Após esta fase, foi atribuído um número para cada categoria (1 a 36) e analisou-se a frequência destas no Pacote Estatístico SPSS.

RESULTADOS

Características sociodemográficas

Do total de conselheiros que responderam ao questionário, a maioria era do sexo feminino (71%) (n=103) e o segmento predominante foi o de trabalhadores da educação, professores ou alunos (48,3%) (n=70), conforme demonstra a Tabela 01.

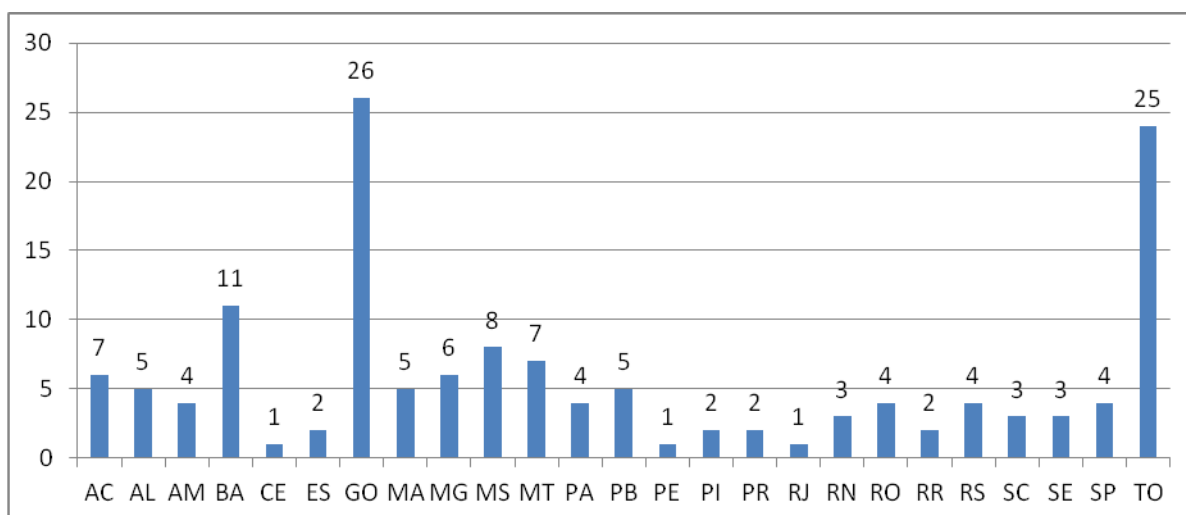
Tabela 01 – Relato dos conselheiros a respeito do segmento ao qual representam no Conselho de Alimentação Escolar.

Segmento representado pelos conselheiros	N	%
Trabalhadores da educação, professores ou alunos	70	48,3
Entidades civis organizadas	32	22,1
Pais de alunos	23	15,9
Executivo	17	11,7
Não respondeu	3	2,1
Total	145	100

Os conselheiros entrevistados eram originários de 25 estados brasileiros, principalmente Goiás e Tocantins (Gráfico 02). Não houveram conselheiros respondentes do Distrito Federal e do estado de Alagoas.

Gráfico 02 – Número de conselheiros entrevistados no Encontro Nacional do PNAE, segundo o estado brasileiro a que pertenciam, Brasil

2010.



Quanto ao tempo de mandato no CAE, 40% (n=58) dos conselheiros possuíam até um ano, seguido de 26,9% (n=39) que possuíam até quatro anos de mandato, 17,9% (n=26) até dois anos, 3,4% (n=5) até três anos, 1,4% (n=2) até seis anos, 0,7% (n=1) até cinco anos e 9,7 (n=14) não souberam informar. A maioria (89%) demonstrou interesse em participar de um curso de formação para conselheiros. Além disso, verificou-se que 81,4% (n=118) tinham acesso diário à internet e 79,3% (n=115) referiu ter habilidade na utilização dos principais programas aplicativos usados em computadores, bem como na navegação na internet.

A Tabela 02 apresenta as sete primeiras questões sobre necessidades de formação, respondidas pelos conselheiros. Observa-se que a atividade que apresentou maior frequência de dificuldade na execução, devido a presença de dúvidas, foi acompanhar o procedimento licitatório (24,1%) (n=35), seguida de analisar a prestação de contas (22,8%) (n=33) e avaliar a adequação do cardápio (15,2%) (n=22). Os conselheiros mencionaram ainda, com maior frequência, a falta de conhecimento em: acompanhar o procedimento licitatório (22,8%) (n=33), avaliar a adequação do cardápio (21,4%) (n=31) e participar da compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar (AF) (16,6%) (n=24).

Tabela 02 – Distribuição percentual das respostas dos Conselheiros de Alimentação Escolar sobre o grau de facilidade e conhecimento das funções técnicas do CAE, obtidas por meio de questionário de autoquestionário de avaliação das necessidades de formação, respondido durante o Encontro Nacional do PNAE, Brasil 2010.

Sete questões autopreenchidas pelos conselheiros	Acompanha o procedimento licitatório		Avalia a adequação do cardápio		Acompanha a aplicação do teste de aceitabilidade		Participa do controle de qualidade		Participa da compra de alimentos produzidos pela AF		Analisa a prestação de contas		Acompanha o controle de estoque	
	N	%	N	%	N	%	N	%	n	%	N	%	n	%
Opções de resposta	N	%	N	%	N	%	N	%	n	%	N	%	n	%
SIM, com facilidade	32	22,1	60	41,4	50	34,5	55	37,9	27	18,6	59	40,7	66	45,5
SIM, com dificuldade pois temos dúvidas sobre o assunto	35	24,1	22	15,2	17	11,7	17	11,7	16	11	33	22,8	7	4,8
SIM, com dificuldade por outros motivos	11	7,6	11	7,6	13	9	27	18,6	20	13,8	20	13,8	20	13,8
NÃO, pois não temos conhecimento suficiente sobre o assunto	33	22,8	31	21,4	22	15,2	13	9	24	16,6	8	5,5	14	9,7
NÃO, por outros motivos	30	20,7	19	13,1	40	27,6	30	20,7	54	37,2	19	13,1	36	24,8
Não sei	4	2,8	2	1,4	3	2,1	3	2,1	4	2,8	6	4,1	2	1,4
TOTAL	145	100	145	100	145	100	145	100	145	100	145	100	145	100

Quanto aos temas que os conselheiros mencionaram serem importantes para compor o curso, esses foram classificados em 36 categorias após a leitura de todos os 579 temas sugeridos. Os resultados estão apresentados na Tabela 03, em que se observa que os mais frequentes foram: acompanhar a licitação (37,2%) e analisar da prestação de contas (32,4%). Outros temas foram relatados com frequência inferior a 7% e não constam na Tabela.

Tabela 03 – Frequência de citação de temas considerados importantes para compor cursos de formação, na opinião dos conselheiros de alimentação escolar. Brasil, 2010.

Temas	n	%
Acompanhar a licitação	54	37,2
Analisar da prestação de contas	47	32,4
Acompanhar o controle de qualidade	34	23,4
Papel / postura do conselheiro	33	22,8
Acompanhar a compra de alimentos da AF	28	19,3

DISCUSSÃO

Os dados sociodemográficos apontaram que os conselheiros são pessoas envolvidas com o tema alimentação escolar, previamente à participação destes no CAE, já que aproximadamente 50% dos respondentes representa o segmento de trabalhadores da educação, professores ou alunos. Além disso, quase 40% exerciam mandato há um ano no CAE e 27% há quatro anos. Esta informação sugere que estes conselheiros conheciam minimamente o funcionamento do Conselho e suas atribuições. Além disso, os achados reforçam a viabilidade de um curso a distância para este público, pois aproximadamente 90% dos conselheiros referiram interesse por um curso de formação a distância, bem como a maioria (78%) têm acesso diário a computador com internet e habilidade em navegar (79%).

Os resultados encontrados, referentes à necessidade de formação dos conselheiros, apontam a prioridade em relação às atribuições de: acompanhar o processo licitatório e analisar a prestação de contas. Tais achados são condizentes aos escassos artigos^{10,11,12,13} publicados ao longo de doze anos (1997-2009), os quais apontam que, apesar de os CAEs terem 18 anos de história, a atuação destes ainda é centrada na fiscalização do repasse de recursos do governo federal.

Segundo Kleba *et al*¹⁴, esta realidade também é observada para outros Conselhos, como o de Assistência Social, de Direitos da Criança e do Adolescente, de Educação e de Saúde. Estes Conselhos possuem grande número de atribuições, especialmente voltadas à aprovação, autorização e fiscalização de ações e serviços, em seus respectivos setores, o que sobrecarrega os atores engajados. Esta sobrecarga praticamente inviabiliza o debate e reflexão sobre a política, bem como a deliberação sobre prioridades e o estabelecimento de metas e prazos. Além disso, a complexidade inerente a muitas das atribuições conferidas aos conselheiros provoca a reflexão quanto à legitimidade desta designação, considerando as condições concretas e objetivas previstas para sua participação efetiva: o caráter voluntário (não profissional e não remunerado); o tempo restrito previsto para os encontros; a falta de estrutura física e operacional qualificada e autônoma, entre outras. Tais constatações reforçam a necessidade de formação contínua destes conselheiros para que realizem o efetivo controle social do PNAE.

Destaca-se que o efetivo controle social do PNAE envolve outras dimensões para além da fiscalização, quais sejam: a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, do desenvolvimento local e a garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada no Brasil¹⁵. Neste sentido, estes achados reforçam a necessidade de que as outras atribuições do Conselho, relevantes para o exercício do efetivo controle social do PNAE, sejam valorizadas e executadas efetivamente pelos conselheiros.

CONCLUSÃO

Os dados sociodemográficos evidenciam que um curso de formação para conselheiros deve apresentar conteúdos bem estruturados, pois os conselheiros conhecem minimamente suas funções e o funcionamento do PNAE. Os achados também indicam a viabilidade de um curso online para este público, pois a maioria possui acesso diário a computador com internet, habilidade em utilizá-lo e interesse em realizar um curso de formação. Os achados sobre as necessidades de formação permitiram identificar os seguintes temas: 1) procedimento licitatório (37,2%) (n=54), 2) prestação de contas (32,4%) (n=47), 3) controle de qualidade dos alimentos (23,4%) (n=34), 4) quanto ao papel/postura do CAE (22,8%) (n=33) e 5) compra de alimentos da

agricultura familiar (19,3%) (n=28), como de maior importância, segundo os conselheiros, para compor um curso de formação.

Destaca-se que apesar das limitações deste artigo, principalmente com relação a sua representatividade, trata-se de uma investigação inédita em relação a sua execução e metodologia, que apresenta resultados relevantes para o planejamento de ações que envolvam conselheiros de alimentação escolar.

Limitações

De maneira a ter informações mais detalhadas sobre as necessidades de formação dos conselheiros poderia ter sido utilizada uma escala do tipo Likert¹⁵, conforme encontrado em estudos na literatura^{16,17,18,19}. A maneira como este tema foi abordado no estudo resultou na investigação do cumprimento das atribuições e pode ter interferido na identificação mais detalhada das necessidades de formação. Esta limitação foi de alguma maneira, relativizada com as alternativas: “sim, por outros motivos” ou “não, por outros motivos”, que possibilitaram ao conselheiro expressar sua dificuldade também por outros motivos, além de dúvida ou falta de conhecimento. Destaca-se ainda que o estudo não possui representatividade nacional, já que a amostra foi escolhida por conveniência.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Lei nº. 8.913, de 12 de julho de 1994. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar [acesso 2012 agosto 03]. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>.
2. Brasil. Lei nº 11.947, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica [acesso 2012 agosto 03]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>
3. Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Relatório de Atividades, 2007 [acesso 2012 junho 03]. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fnde/relatorio_atividades_fnde_2006.pdf>
4. Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição do Escolar. Histórico e produção dos Centros Colaboradores. In: Formação de Monitores da Alimentação Escolar, 1, [2009], Brasília/DF. Apresentação... Brasília: UnB, [2009]. Apresentação Power Point.
5. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011. [acesso 2012 agosto 03]. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sesan/livros/plano-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-2012-2015/LIVRO_PLANO_NACIONAL_CAISAN_revisado%20SEM%20ISBN.pdf>.
6. Andrade JEB; Abbad GS; Mourão L, Acileide CEC. Medidas de características da clientela em avaliação de T&D. In: Borges-Andrade JE; Abbad GS; Mourão L. et al. Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações do trabalho: fundamentos para gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed, 2006.
7. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução/CD/FNDE nº. 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE [acesso 2012 junho 22]. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>>.
8. Conselho Nacional de Saúde, Resolução 196 de 10 de outubro de 1996 - Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos [acesso 2012 junho 22]. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/conselho/resol96/RES19696.htm>>.
9. Bardin, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
10. Pipitone MAP. Programa de Alimentação Escolar: Um estudo sobre a descentralização, escola e educadores. [tese doutorado] Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1997.
11. Pipitone MAP, Ometto AMH, Silva M V, Sturion GL, Furtuoso MCO, Oetterer M. Atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar na gestão do programa nacional de alimentação escolar. Rev. Nutr.[periódico na Internet]. 2003. [acesso 2012 junho 22], 16(2): 143-154. Disponível em:

- http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732003000200001&lng=en. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732003000200001>.
12. Santos LMP, Santos SMC, Santana LAA, Henrique FCS, Mazza RPD, Santos LAS et al . Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002: 4 - Programa Nacional de Alimentação Escolar. Cad. Saúde Pública [periódico na Internet]. 2007 [acesso 2012 junho 22]; 23(11): 2681-2693. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007001100016&lng=pt. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007001100016>.
 13. Belik W, Chaim NA. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. Rev. Nutr. [periódico na Internet]. 2009 [acesso 2012 junho 22]; 22(5): 595-607. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732009000500001&lng=en. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732009000500001>.
 14. Kleba ME; Matielo A; Cormelatto D, Renk E; Colliselli L. O Papel dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas: um debate a partir das práticas dos conselhos Municipais de Chapecó (SC). Ciência saúde coletiva [periódico na Internet]. 2010 [acesso 2012 agosto 22],15(3): 793-802, 2010. Disponível em: <
<http://www.scielosp.org/pdf/csc/v15n3/v15n3a22.pdf>>
 15. Burlandy L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. Ciênc Saúde Coletiva [periódico na Internet]. 2009 [acesso 2012 junho 22] 14(3): 851-60. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732009000500001&lng=en. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732009000500001>.
 16. Ateudjieu J, Williams J, Hirtle M, Baume C, Ikingura J, Niaré A, et al. Training needs assessment in research ethics evaluation among research ethics committee members in three African countries: Cameroon, Mali and Tanzania. Developing World Bioethics [periódico na Internet]. 2010 [acesso 2012 junho 22], 10(2): 88–98. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1471-8847.2009.00266.x/abstract;jsessionid=40361CC9330EAB7A2CE21E7AFE92A03A.d02t02>.
 17. Koc, M & Bakira, N. Needs assessment survey to investigate pre-service teachers' knowledge, experiences and perceptions about preparation to using educational technologies. TOJET: The Turkish Online Journal of Educational Technology [periódico na internet]. 2010 [acesso 2012 junho 22], 9(1): 13-22. Disponível em: <http://www.tojet.net/articles/v9i1/912.pdf>
 18. Likert R. Novos padrões de Administração. São Paulo: Pioneira. 1967.
 19. Santos S, MesquitaIi, Graça A, Rosado A. Coaches' perceptions of competence and acknowledgement of training needs related to professional competences. Journal of

Sports Science and Medicine [Periódico na Internet]. 2010 [2012 junho 22] 9: p. 62-70. Disponível em: <http://www.jssm.org/vol9/n1/9/v9n1-9pdf.pdf>

20. Jacobson He, Masoto F, Edhsu C, Turley JP, Miller J. Self-Assessed Emergency Readiness and Training Needs of Nurses in Rural Texas. Public Health Nursing [periódico na Internet]. 2010 [acesso 2012 junho 22] 27(1): 41–48. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20055967?referer=http%3A%2F%2Fworks.bepress.com%2Fedhsu%2F15%2F>

Este artigo será submetido à Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP), sob a categoria original e área temática políticas de alimentação

10.2. Artigo 2: Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar: Avaliação da Aprendizagem e da Satisfação dos Participantes em relação ao Curso e ao Desempenho do Tutor.

RESUMO

Objetivo: Este artigo tem como objetivo avaliar a satisfação e a aprendizagem dos participantes do curso de formação a distância para conselheiros de alimentação escolar.

Métodos: Destaca-se que este artigo faz parte do projeto intitulado “Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar”, que foi elaborado, aplicado e avaliado com o intuito de propor um desenho de curso a ser ofertado em maior escala. Na etapa de *avaliação* foram considerados os dois primeiros níveis de avaliação de treinamento propostos por Hamblim: reação/satisfação e aprendizagem. Para o primeiro nível, mensurou-se a satisfação dos participantes quanto ao curso e o desempenho do tutor; e, para o segundo, mensurou-se a aprendizagem dos participantes por meio da avaliação diagnóstica, formativa e somativa. O curso foi planejado com base nas necessidades de formação dos conselheiros e teve duração de três meses (140 horas).

Resultados: O curso contou inicialmente com 107 participantes, destes, 72 concluíram o curso, ou seja, o percentual de evasão foi 32,8%. 47 participantes tiveram participação suficiente e enviaram o pré e pós-teste (61%). Desta forma, 47 pessoas participaram da avaliação do curso. Tanto a *satisfação dos participantes* ao curso (79%) quanto *ao desempenho do tutor* (70,3%) foram satisfatórias. Em relação à aprendizagem, apesar de não haver diferença estatística significativa entre as notas dos participantes no pré (9,0) e pós-teste (8,7), estes tiveram bom desempenho na avaliação formativa (média 68,6%), realizada ao final de cada unidade. **Conclusão:** O percentual de evasão foi satisfatório e os participantes demonstraram satisfação em relação ao curso e ao desempenho do tutor. Quanto ao processo de inscrição, os resultados apontaram que deve ser realizado com maior antecedência (as inscrições ocorreram com antecedência entre 60 e 16 dias antes do curso) e a carga horária do curso pode ter sido elevada (10 a 12 de estudo/semana). Quanto ao desempenho do tutor, o item melhor pontuado pelos participantes foi:

apresentou domínio completo do conteúdo. Infere-se que a participação dos tutores no processo de elaboração do curso contribuiu de forma significativa no desempenho destes. Os dados obtidos por meio da avaliação formativa indicam que o processo de ensino-aprendizagem adotado no curso foi positivo e que o desempenho dos participantes foi melhor nas atividades práticas, legitimando as premissas acerca das características dos aprendizes adultos. Entretanto, identificou-se que o planejamento e execução dos fóruns devem ser revistos, já que se observou menor desempenho dos participantes para esta atividade. Diante dos resultados, recomenda-se a replicação do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar em maior escala.

Palavras-chave: Avaliação de treinamento, conselheiros, alimentação escolar, educação a distância.

ABSTRACT

Objective: This article aims to evaluate the satisfaction and the learning process of the participants in the distance learning course for school feeding counselors. **Methods:** This study is part of the project entitled "Distance Training Course for School Feeding Counselors" which was elaborated, implemented and evaluated in order to propose a design of course to be offered on a larger scale. In the evaluation phase were considered the first two levels of training evaluation proposed by Hamblim: reaction/satisfaction and learning. For the first level, was measured the satisfaction of the participants to the course and to the performance of the tutor, and for the second phase, was measured the participant's learning through diagnostic, formative and summative evaluation. The course was planned based on the training needs of the counselors and lasted three months (140 hours). **Results:** The course initially had 107 participants, of whom 72 completed the course, the percentage drop was 32,8%. 47 participants had a sufficient interest and sent the pre-and post-test (61%). Thus, 47 people attended the course evaluation. Both the satisfaction of participants to the course (79%) and for the performance of the tutor (70,3%) were satisfactory. In relation to learning, although there was no significant difference between the scores of participants in the pretest (9,0) and post-test (8,7), they performed well in formative assessment (mean 68,6%), held at the end of each unit. **Conclusion:** The percentage of avoidance was satisfactory and the participants expressed satisfaction about the course and performance of the tutor. The results showed that enrollment process must be done in advance (the enrollment occurred between 60 and 16 days before the course) and the course load may have been high (10 to 12 study / week). In relation of the performance of the tutor, the item that they were best scored was: showed complete mastery of the content. It is inferred that the participation of the tutors in the preparation of the course was contributed significantly in the performance of these. The data obtained through formative evaluation indicate that the process of teaching and learning adopted in the course was positive and the participants performance was best in practical activities, validating the assumptions about the characteristics of adult learners. However, was identified that the planning and execution of the forums should be reviewed, since was observed lower performance of participants for this activity. From the results, we recommend the

replication of the Distance Training Course for School Feeding Counselors on a larger scale;

Key words: Evaluation of training, counselors, nutrition programs and polices school feeding, education, distance.

INTRODUÇÃO

Os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) são instâncias de caráter permanente, fiscalizador, deliberativo e de assessoramento com o objetivo de realizar o controle social do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Estas instâncias são compostas por: 01 (um) representante indicado pelo poder executivo, 02 (dois) pais de alunos, 02 (dois) trabalhadores escolares, professores ou alunos, 02 (dois) representantes da sociedade civil organizada, sendo que cada um destes sete membros titulares possui um suplente (BRASIL, 2009). Os conselheiros são eleitos por assembleia específica, realizada pelo segmento/entidade que representam para exercer o mandato de 04 (quatro) anos no CAE.

As atribuições dos conselheiros são: acompanhar e fiscalizar os recursos destinados ao PNAE; zelar pela qualidade dos alimentos especialmente quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos; analisar a prestação de contas e emitir o parecer conclusivo sobre a execução do PNAE; informar irregularidades do Programa ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)⁸ e órgãos de controle; elaborar relatórios sobre a execução do PNAE; realizar reunião específica para análise da prestação de contas e elaborar o regimento interno (BRASIL, 2009).

Atualmente, existem aproximadamente 78.320 conselheiros de alimentação escolar no Brasil, considerando que cada um dos 5.566 municípios e 27 estados possuem 07 (sete) membros titulares e 07 (sete) suplentes. Entretanto, o total de conselheiros treinados pelo FNDE e Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANEs)⁹, no período de 2002 a 2009, é de aproximadamente 13.500 e o

⁸Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE): Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) responsável por realizar a transferência automática de recursos financeiros exclusiva para a compra de gêneros alimentícios para o PNAE. Também é responsável pela coordenação do Programa, estabelecendo as normas gerais de planejamento, execução, controle, monitoramento e avaliação (BRASIL, 2009).

⁹Os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANEs) devem prestar apoio técnico operacional aos estados e municípios na implementação da alimentação saudável nas

custo médio por conselheiro formado foi de R\$ 635,17 (BRASIL, 2007; CECANE, 2009).

Uma das metas do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para o período de 2012 a 2015 é formar 11.000 Conselheiros de Alimentação Escolar para o efetivo exercício do controle social (CAISAN, 2011). Observa-se que o Governo Federal vem envidando esforços para formar estes conselheiros, que são os responsáveis por realizar o controle social do PNAE.

Considerando esta necessidade, desenvolveu-se um curso de educação a distância para Conselheiros de Alimentação Escolar, com o intuito de testar uma alternativa de formação possível de ser ofertada em maior escala. As etapas de desenvolvimento do curso foram: elaboração, aplicação e avaliação. Este artigo se propõe a apresentar a etapa de avaliação do referido curso, ou seja, tem como objetivo avaliar satisfação dos participantes ao curso e ao desempenho do tutor, bem como o processo de aprendizagem empregado.

Para delinear a avaliação do curso, foram considerados dois níveis de avaliação propostos por Hamblim (1978), a saber: *reação/satisfação* identifica as opiniões ou satisfação dos treinados sobre diversos aspectos do treinamento; e *aprendizagem* - verifica se ocorreram diferenças entre o que os treinados sabiam antes e depois do treinamento, ou se os objetivos instrucionais foram alcançados.

MÉTODOS

Planejamento - Primeiramente realizou-se o levantamento (questionário autopreenchido) das características sociodemográficas e das necessidades de formação dos conselheiros de alimentação escolar. A partir desse levantamento constou-se a viabilidade de um curso online para este público e os temas de cada unidade. Desta forma o conteúdo do curso foi organizado em sete unidades, a saber: I - Ambiente Virtual de Aprendizagem, II - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); III -

escolas, incluindo a capacitação de profissionais saúde e educação, merendeiros, cantineiros, conselheiros do CAE e outros profissionais interessados (BRASIL, 2006).

Conselho de Alimentação Escolar; IV - Formas de gestão do Programa e modalidades de licitação; V - Compra de alimentos da Agricultura Familiar; VI - Análise da prestação de contas do Programa, VII - Controle de qualidade dos alimentos. Já o modelo de sistematização selecionado foi proposto por Moore & Kearsley (1996), o desenho instrucional adotado foi o Desenho Instrucional Cognitivo e o ambiente virtual de aprendizagem avaliado com o mais adequado foi o AVA Moodle (MOODLE, 2010).

Elaboração - Nesta etapa foram estabelecidos os objetivos educacionais, os conteúdos, os procedimentos instrucionais, as escalas de avaliação da satisfação dos participantes ao curso e ao desempenho dos tutores e os instrumentos de avaliação da aprendizagem (diagnóstica – pré-teste, somativa – pós-teste e formativa – diferentes instrumentos). Os procedimentos instrucionais selecionados foram: aula em formato de *storybord*, vídeo, tutorial, videoconferência, fórum, estudo de caso, análise de documento e atividade prática. Para avaliar a satisfação dos participantes ao curso e ao desempenho do tutor foram construídas duas escalas. Para a avaliação diagnóstica e somativa da aprendizagem, construiu-se o pré e pós-teste, já para a avaliação formativa da aprendizagem foram elaboradas escalas para avaliar: os fóruns, o estudo de caso e as atividades práticas, bem como a pontuação das atividades de análise de documento (múltipla escolha).

Aplicação – O curso foi aplicado entre os meses de agosto a novembro de 2011, tendo duração de três meses (140h) e contou com quatro tutores, que atuaram desde o convite até o acompanhamento de cada participante nas atividades do curso. Os participantes puderam acessá-lo por meio do link <http://fs.unb.br/nutricao/login/index.php>, hospedado no site do curso de Nutrição da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB).

Participantes - Considerando o plano instrucional do curso e visando garantir o bom andamento das atividades, bem como a adesão dos participantes, determinou-se o número máximo de 30 alunos por tutor, totalizando 120 participantes. Realizou-se o contato telefônico com os 145 conselheiros que preencheram o questionário de diagnóstico das necessidades de formação. Neste contato consultou-se o interesse em realizar o curso, possibilidade de acesso diário a computador com internet e habilidades

específicas no uso de computador como: visualização de vídeo, arquivos em pdf e word e navegação na internet.

Aqueles conselheiros que responderam afirmativamente para todos os aspectos foram convidados a participar do curso; entretanto, não se atingiu o quantitativo desejado (120 participantes). Para alcançar maior número de conselheiros, utilizou-se a lista de contatos do CECANE/UnB, que realiza ações nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, na qual constava o telefone e e-mail de 114 conselheiros. Contou-se ainda com o apoio do CECANE/SC, que divulgou o curso por e-mail aos conselheiros do estado de Santa Catarina. A partir destes contatos, alcançou-se o quantitativo de 107 conselheiros que iniciaram o Curso de formação a distância para Conselheiros de Alimentação Escolar. Buscou-se o apoio destes CECANEs devido ao curto período de tempo que restava para mobilizar os participantes.

Cabe destacar que, somente os participantes que visualizaram pelo menos 03 das 06 aulas do curso e realizaram pelo menos 05 das 10 atividades propostas integraram a amostra dos resultados analisados neste artigo. E apesar do curso ter sido planejado para conselheiros, outros profissionais, envolvidos com o tema alimentação escolar, solicitaram a participação no curso, tais como técnicos que atuam na Secretaria de Educação e auxiliam as atividades do CAE e nutricionistas, o que foi concedido pela equipe de organização.

Avaliação da satisfação dos participantes ao curso e desempenho do tutor - Borges-Andrade (2002) sugere que avaliações no nível de reação/satisfação devem considerar múltiplas variáveis para conferir maior confiabilidade aos resultados, tais como: insumos, procedimentos, processos e resultados. Pilati e Borges-Andrade (2006) relatam que muitos avanços metodológicos ocorreram no processo da construção de medidas de reações, embora as soluções desenvolvidas tenham, elas próprias, produzido outros desafios, como é o caso das medidas específicas para ações educacionais a distância.

A avaliação da satisfação dos participantes foi realizada por meio de duas escalas disponibilizadas após o encerramento das atividades do curso. A primeira visou

avaliar a opinião dos participantes sobre o curso e a segunda, sobre o desempenho dos tutores. As respostas dos dois blocos foram obtidas por meio de uma escala adaptada do tipo Likert (1967) com 03 pontos, sendo: 1) não, 2) razoavelmente e 3) sim.

A escala de avaliação da satisfação dos participantes ao curso contemplou cinco itens, a saber: 1) o cumprimento do programa do curso, entregue pelo professor; 2) a qualidade do material didático fornecido; 3) a quantidade e qualidade dos recursos audiovisuais utilizados; 4) o processo de inscrição no curso; e 5) a carga horária do curso.

Já a escala de avaliação do desempenho do tutor contemplou nove itens, a saber: 1) Demonstrou completo domínio do conteúdo? 2) Abordou adequadamente os assuntos do Programa? 3) Criou clima favorável à participação dos alunos? 4) Foi objetivo em suas explicações? 5) Empregou técnicas didáticas favoráveis à fixação do conteúdo? 6) Esclareceu as dúvidas dos alunos? 7) Considerou as solicitações dos alunos? 8) Cumpriu os horários estabelecidos? 9) Compareceu nos dias programados?

Para mensurar a satisfação dos participantes, somou-se a pontuação dos itens da escala e depois calculou-se a média da pontuação da escala entre os participantes. Com o objetivo de facilitar a análise dos dados, calculou-se o percentual de satisfação dos participantes para cada escala, ou seja, o percentual equivalente a média das pontuações dos participantes em relação à pontuação máxima de cada escala.

Avaliação do processo de aprendizagem - Em relação à avaliação do processo de aprendizagem, alguns autores consideram que a literatura ainda se encontra dispersa e fragmentada (ABBAD, 2003; DOGDSON, 1993; GUIMARÃES et al., 2002; HUBER, 1991; KIM, 1993; LOIOLA et al., 2002). Não há concordância sobre os tipos de procedimentos de coleta e análise de dados, além de grande diversidade de vertentes teóricas metodológicas relacionadas ao conceito de aprendizagem. Falta sistematização acerca de conteúdos, agentes e processos de aprendizagem nas organizações, a fim de garantir unicidade na teoria e os achados empíricos da área.

Cabe destacar que, no contexto de ensino à distância via *web*, existem muitos recursos tecnológicos disponíveis para a avaliação e acompanhamento do desempenho

dos participantes. Porém, é fundamental ressaltar a insuficiência de elementos e critérios que apoiem a escolha dos melhores recursos para uma situação específica, isto é, que apoiem a escolha das ferramentas como meio de verificação do desempenho do participante no processo de ensino-aprendizagem, principalmente no que se refere às atividades interativas (ZAINA, 2002).

Avaliação diagnóstica pré-teste e somativa pós teste - A avaliação diagnóstica foi realizada por meio de um pré-teste aplicado ao início do curso com o objetivo de avaliar conhecimentos, habilidades e atitudes (CHAs) que seriam trabalhados durante o curso. Para isso, o teste foi composto por 23 questões de múltipla escolha que abrangiam os conteúdos técnicos das seis unidades do curso. As questões possuíam o mesmo peso e juntas somavam 10 pontos.

A avaliação somativa foi realizada por meio de um pós-teste aplicado após o término das atividades do curso para avaliar, habilidades, atitudes e conhecimentos desenvolvidos pelos participantes. O questionário pós-teste foi planejado em consonância e com o mesmo formato do pré-teste (múltipla escolha), sendo composto por 25 questões, também divididas em blocos de acordo com as unidades do curso.

Destaca-se que foram planejadas mais de uma questão com o mesmo nível de complexidade para o mesmo objetivo educacional, visando a equivalência do pré e pós-teste; além disso, algumas questões constituíram-se em breves estudos de caso.

Avaliação formativa - Aplicada ao final de cada unidade do curso, excetuando-se a primeira a qual versava sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem, a avaliação formativa visou avaliar o domínio do aluno em relação aos conhecimentos, habilidades e atitudes trabalhados em cada unidade. Esta avaliação permitiu verificar o sucesso ou insucesso dos objetivos educacionais. Conforme já citado, os participantes tiveram acesso, no início de cada unidade do curso, ao objetivo educacional e às competências a serem trabalhadas.

Para Bloom (1983), a avaliação formativa deve ser aplicada durante o processo de formação do conhecimento, em períodos curtos de tempo, garantindo maior precisão

e não somente quando este processo chega ao fim. Ela indica as áreas que devem ser recuperadas, de forma que o ensino subsequente possa ser mais eficiente.

O fórum foi a atividade de avaliação formativa adotada nas Unidades II, III, IV e V. E para avaliar as contribuições de cada participante, nos quatro fóruns citados, foi elaborada uma escala a partir dos seguintes critérios: manteve o foco da discussão, agregou informações e realizou contribuições fundamentadas (ZAINA, 2002). Considerou-se que o participante: manteve foco da discussão, quando suas contribuições não fugiram do tema discutido naquele fórum e às perguntas colocadas pelo tutor; agregou informações, quando trouxe para o fórum de discussão o tema contextualizado em sua realidade local e compartilhou os entraves que enfrentava; realizou contribuições fundamentadas, quando argumentou de forma consistente suas colocações, indicando o porquê de sua posição.

Estes critérios foram pontuados por meio de uma escala do tipo Likert de 3 pontos (1. discordo; 2. não concordo, nem concordo; e 3. concordo). A pontuação foi conduzida pela pesquisadora, para tanto utilizou-se uma planilha, conforme demonstrado no 11. Para atribuir esta pontuação, primeiramente, leu-se todo o conteúdo discutido no fórum, feito isso, pontuou-se as contribuições de cada participante.

A Unidade VI contemplou duas atividades de análise de documentos importantes que fazem parte da prestação de contas do PNAE. Estas atividades eram de múltipla escolha e cada uma das quatro alternativas de resposta tinha peso de 2,5, totalizando 10 pontos.

A terceira e última atividade da Unidade VI consistiu em um estudo de caso, em que se utilizou um município hipotético para o qual foram atribuídas informações sobre a execução física e financeira do Programa. Com base nestas informações, os participantes preencheram o modelo Demonstrativo Sintético Anual da Execução Física Financeira do PNAE (o modelo foi disponibilizado em arquivo word) e submeteram tal arquivo para avaliação.

Para este estudo de caso o instrumento de avaliação formativa adotado também consistiu em uma escala, os critérios adotados foram: preencheu os dados sobre a

execução financeira de forma correta; preencheu os dados sobre a execução física de forma correta; preencheu os dados sobre a participação da entidade executora de forma correta. Tais critérios foram pontuados por meio de uma escala do tipo Likert de 3 pontos (1.insatisfatoriamente, 2.razoavelmente ou 3.satisfatoriamente).

A Unidade VII foi composta por três atividades, a primeira consistiu na realização do teste de atributos de um alimento. Os participantes enviaram o relatório do teste de atributo e a avaliação desta atividade foi conduzida com base nos seguintes critérios: relatou uma o grau de satisfação para cada atributo sensorial; informou o parecer final do alimento analisado, o relatório foi datado e assinado pelos cinco participantes. Estes critérios foram pontuados por meio de uma escala do tipo Likert de três pontos (1.insatisfatoriamente, 2.razoavelmente ou 3.satisfatoriamente).

A segunda atividade da Unidade VII consistiu na realização do teste de aceitabilidade de uma preparação escolhida pelo participante. A avaliação desta atividade foi realizada por meio da análise do arquivo enviado pelo participante, que continha a tabulação dos dados. Avaliou-se este arquivo por meio dos seguintes itens: o participante realizou a tarefa (1.insatisfatoriamente, 2.razoavelmente ou 3.satisfatoriamente), adotando-se novamente uma escala do tipo Likert de 3 pontos.

A terceira atividade desta Unidade consistiu na aplicação de um roteiro de visita a uma escola, com o objetivo de monitorar o controle de qualidade da alimentação escolar. A avaliação foi efetuada por meio da análise do arquivo contendo as informações coletadas na escola pelo participante e o critério utilizado foi: o participante realizou a tarefa (1.insatisfatoriamente, 2.razoavelmente ou 3.satisfatoriamente), adotando-se novamente uma escala do tipo Likert de 3 pontos.

Ressalta-se que a avaliação formativa não tem como objetivo classificar os alunos e não é indicado que se atribua notas a estas atividades; neste sentido, durante o curso, os participantes não foram avaliados. Porém, recomenda-se a utilização de escala para verificar o desempenho dos alunos diante dos objetivos educacionais propostos, por este motivo avaliaram-se todas as atividades por meio de escala de mensuração com critérios (ZAINA, 2002).

Para determinar o desempenho de cada aluno no curso, somou-se a pontuação das 10 atividades realizadas ao longo das seis unidades (a pontuação máxima totalizou 80 pontos); desta forma, a pontuação individual final foi convertida em percentual de desempenho.

10.2.4.6. Análise dos resultados

Realizou-se a análise descritiva de todas as variáveis e empregou-se o teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov e o teste não paramétrico de Wilcoxon para identificar a diferença estatística entre as notas do pré e pós-teste. Para identificar a associação entre as notas do pós-teste e o percentual médio de desempenho dos participantes no curso, aplicou-se o teste de correlação de Pearson. Os dados foram analisados com o Pacote Estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) versão 19 e considerou-se o nível de significância de 05%.

RESULTADOS

O grupo inicial foi composto por 107 participantes (77 eram conselheiros), destes, 72 concluíram o curso, ou seja, o percentual de evasão foi 32,8%. 54 participantes tiveram participação suficiente (70%) e 47 enviaram o pré e pós-teste (61%). Desta forma, 47 pessoas participaram da avaliação do curso, dos quais 37 eram conselheiros de alimentação escolar.

Dos 47 participantes, 38,3% (n=18) representavam o segmento dos trabalhadores da educação, professores ou alunos, 14,9% (n=7) de pais de alunos, 12,8% (n=6) da sociedade civil, 12,8% (n=6) do executivo e 21,3% (n=10) não forneceram esta informação. Esses dados são condizentes às características sociodemográficas encontradas no planejamento deste estudo.

A maioria dos participantes (74,5%) (n=35) possuía nível superior completo, 6,4% (n=3) ensino médio completo, 2,1% (n=1) ensino fundamental completo, 2,1% (n=1) título de especialista e 14,9% (n=7) não informou a escolaridade. 23,4% (n=11) dos participantes eram professores, 17% (n=8) técnicos administrativos, 8,5% (n=4) nutricionistas, 2,1% (n=1) empresários e 46,8% (n=22) não informaram a profissão.

A pontuação média da satisfação dos participantes em relação ao curso foi 12,4, considerando que a pontuação máxima era 15, o percentual de satisfação foi de 80,2%. Além disso, observou-se pouca variação entre as opiniões dos participantes em cada um dos cinco itens avaliados (desvio padrão entre 0,61 e 1,3).

Em relação ao desempenho do tutor, a média da pontuação entre os participantes foi igual a 19,04, ou seja, o percentual de satisfação foi igual a 70,5%, considerando que a pontuação máxima era igual a 27. Houve maior variação da satisfação dos participantes em relação ao desempenho do tutor em cada um dos nove itens avaliados (desvio padrão entre 1,24 e 1,37) (Tabela 04).

Tabela 04- Média e desvio padrão das respostas dos Conselheiros Alimentação Escolar. Avaliação para as escalas de avaliação de satisfação quanto ao curso e ao desempenho do tutor.

		Média da satisfação dos participantes	Desvio Padrão
Ao curso	O programa do curso entregue pelo professor foi cumprido?	2,8	0,61
	O material didático fornecido foi satisfatório quanto à qualidade?	2,7	0,76
	Os recursos audiovisuais utilizados foram satisfatórios quanto à quantidade e à qualidade?	2,4	0,99
	O processo de inscrição foi satisfatório?	1,95	1,3
	A carga horária foi satisfatória?	2,02	1,3
Desempenho do tutor	Demonstrou completo domínio do conteúdo?	2,23	1,27
	Abordou adequadamente os assuntos do programa?	2,19	1,3
	Criou clima favorável à participação dos alunos?	2,12	1,24
	Foi objetivo em suas explicações?	2,21	1,26
	Empregou técnicas didáticas favoráveis à fixação do conteúdo?	2	1,3
	Esclareceu as dúvidas dos alunos?	2,08	1,33
	Considerou as solicitações dos alunos?	2,10	1,28
	Cumpriu os horários estabelecidos?	2,02	1,35
	Compareceu nos dias programados?	2,06	1,37

Avaliação diagnóstica (pré-teste) e somativa (pós-teste) - A média das notas de pré-teste foi igual a 9,0 (dp=1,03) e pós-teste igual a 8,7 (dp=1,89) e não houve diferença estatística significativa entre estas (p=0,650).

Entretanto, encontrou-se correlação significativa entre a nota de pós-teste e o percentual médio de desempenho dos alunos nas atividades do curso (p=0,004 e r=0,411), ou seja, o desempenho dos participantes foi condizente com a nota de pós-teste, sugerindo que estes instrumentos possuem validade.

Avaliação formativa - A pontuação média dos participantes nas atividades de avaliação formativa foi igual a 54,9, ou seja, o percentual médio de desempenho foi igual a 68,6%, já que a pontuação máxima das atividades era 80. Observa-se na tabela abaixo, o desempenho médio dos alunos nas dez atividades realizadas durante o curso e o

percentual de participantes que realizou cada atividade. O desempenho dos participantes apresentou maior variação ($dp = 2,86$) na atividade de aplicação prática do teste de atributos e menor ($dp = 1,09$) para a atividade de análise do RAG.

Observou-se também maior percentual de rendimento para a atividade prática de envio de roteiro após visita de monitoramento a uma escola e menor para as atividades de Fórum das Unidades I e II. Em relação ao percentual de alunos que realizou as atividades, observa-se que todos os participantes realizaram o preenchimento do DSA e a aplicação prática do teste de atributos e que a análise do RAG foi realizada por apenas 87,2%.

Tabela 05 – Média, desvio padrão, pontuação máxima, percentual médio de desempenho e percentual de participantes que realizaram as atividades do curso.

Atividade	Média	Desvio Padrão	Pontuação Máxima	Percentual médio de desempenho dos participantes (%)	Percentual de alunos que realizou a atividade (%)
Fórum Unidade II	4,3	2,65	9	47,8	91,5
Fórum Unidade III	4,2	2,14	9	46,7	89,3
Fórum Unidade IV	5,5	2,31	9	61,1	93,6
Fórum Unidade V	5,3	1,61	9	58,9	97,8
Análise do RAG	8,5	3,44	10	85,0	87,2
Análise do Parecer conclusivo sobre a execução do PNAE	8,1	3,3	10	81,0	89,3
Preenchimento do DAS	6,6	2,37	9	73,3	100
Aplicação prática do teste de atributos	7,2	2,86	9	80,0	100
Aplicação prática do teste de atributos	2,1	1,23	3	70,0	82,9
Envio do Roteiro após visita de monitoramento a uma escola	2,74	0,84	3	91,3	91,5

DISCUSSÃO

Analisando-se os cinco itens que compõe a escala de avaliação da satisfação dos participantes ao curso, identifica-se menor satisfação quanto ao *processo de inscrição*. Este resultado evidencia que o contato com os conselheiros pode ter sido realizado com pouca antecedência. Destaca-se que a antecedência variou entre 60 a 16 dias antes da aplicação do curso.

O item *carga horária* foi o segundo que apresentou menor satisfação. Não é possível inferir se tal insatisfação seria com o excesso ou insuficiência da carga horária do curso, entretanto, o comprometimento de 10 a 12h semanais pode ser elevado, considerando que o público do curso possui outras atividades, além do controle social do PNAE.

Com relação aos nove itens da escala de avaliação da satisfação ao desempenho do tutor, constata-se menor satisfação dos participantes quanto ao *emprego de técnicas didáticas favoráveis à fixação do conteúdo*. Desta forma, entende-se que os participantes identificam que o tutor deve colaborar no processo de fixação do conteúdo. Contudo, os objetivos educacionais do curso, segundo a taxonomia proposta por Bloom (1972), foram classificados entre os níveis compreensão (segundo nível) e avaliação (quinto e último nível). Desta forma, nenhum dos objetivos educacionais do curso encontrava-se no nível de conhecimento (primeiro nível da taxonomia), para o qual se prevê apenas a fixação do conteúdo.

Observou-se maior satisfação dos participantes para o item *demonstrou completo domínio do conteúdo*, ressaltando que os tutores exerceram seu papel de forma efetiva, ou seja, desempenharam de forma satisfatória a função de tirar dúvidas e apoiar os participantes no processo individual de aprendizagem e construção do conhecimento.

Ressalta-se que as escalas utilizadas neste estudo assemelham-se ao fator “reação à programação e ao apoio ao desenvolvimento do curso”, o qual possui dez itens e compõe a escala de reação ao curso, proposta por Abbad, Gama e Borges-Andrade (2000). Estes dez itens medem a satisfação do participante com a qualidade do programa, recursos de apoio à instrução e instalações da sala de aula.

As escalas adotadas também possuem características próximas ao fator denominado procedimentos tradicionais que compõe a escala de reação aos procedimentos instrucionais de um curso via *internet* proposta por Zerbini e Abbad (2009a). Tal fator é composto por 12 itens que avaliam a satisfação dos participantes às características presentes em qualquer tipo de evento instrucional, presencial ou não.

Em relação à escala de satisfação ao desempenho do tutor, foi encontrado um único estudo que propõe uma escala de reação ao desempenho do tutor em um curso à distância, o qual apresenta um instrumento composto por 27 itens, sendo que muitos destes não estão contemplados nos nove itens da escala utilizada no presente estudo (ZERBINI e ABBAD, 2009b)

Os resultados encontrados não apresentaram diferença estatística entre o pré e pós-teste, sugerindo que os participantes possuíam conhecimento sobre os temas abordados no curso ou o instrumento não foi adequado para captar possíveis diferenças entre os dois momentos.

Entretanto, encontrou-se correlação positiva entre o pós-teste (avaliação somativa) e o rendimento dos participantes (avaliação formativa), sugerindo que apesar de não haver diferença estatística significativa entre o pré e pós-teste, o processo de ensino-aprendizagem foi positivo, ou seja, os participantes tiveram bom desempenho em outra modalidade de avaliação.

Este resultado reforça a hipótese de que os participantes possuíam elevado conhecimento prévio sobre os temas abordados, ou seja, antes do início do curso. Porém, mesmo nesta condição, interessaram-se pelo curso, o que fica mais evidente diante ao baixo percentual de evasão do curso (32,8%). Destaca-se que esse percentual foi aceitável, considerando que os percentuais de evasão encontrados em cursos a distância na Ásia chegam a 50% e na Europa variam entre 20% e 30% (XENOS et al, 2002; SHIN e KIM, 1999).

Os participantes apresentaram menor rendimento (entre 52,2% e 60%) nas Unidades II, III, IV e V, exatamente nas unidades em que a avaliação foi realizada por meio de fóruns e maior rendimento nas Unidades VI e VII (entre 80 a 100%), nas quais

os instrumentos de avaliação formativa adotados foram: análise de documento, estudo de caso (preenchimento do DSA) e atividade prática (aplicação teste de atributo, aceitabilidade e roteiro de visita à escola).

Também se observou que 100% dos participantes realizaram a atividade de estudo de caso de preenchimento do DSA e a prática do teste de atributo. Entretanto encontrou-se o menor percentual de participação para a atividade análise do RAG (múltipla escolha), indicando o menor interesse dos participantes pelas atividades de múltipla escolha e maior, pelas atividades práticas.

O maior interesse dos participantes pelas atividades práticas corrobora com as premissas acerca das características dos aprendizes adultos, delineadas por Knowles (1980), a partir do estudo da educação de adultos, também denominado andragogia. Apresentam-se aqui as cinco premissas: a) necessitam saber o motivo pelo qual devem realizar certas aprendizagens; b) aprendem melhor experimentalmente; c) concebem a aprendizagem como resolução de problemas; d) aprendem melhor quando o tópico possui valor imediato e os motivadores mais potentes para a aprendizagem são internos (KNOWLES, 1980, 1990a, 1990b).

Além disso, a presente proposta de avaliação formativa assemelha-se à experiência do curso “*Earth Systems Science Approach to Physical Geograph*”, em que foram usados métodos de avaliação autêntica, ou seja, avaliação baseada no desempenho caracterizado pelo emprego de tarefas significativas no contexto da vida real do aprendiz (NELSON, 1998).

CONCLUSÃO

A satisfação dos participantes ao curso foi satisfatória, entretanto, o processo de inscrição foi o item menor pontuado, demonstrando que este processo deve ser realizado com maior antecedência. O segundo item menor pontuado foi a carga horária do curso, sugerindo que esta pode ter sido elevada (10 a 12 de estudo/semana). Os participantes também demonstraram satisfação ao desempenho do tutor, e o item maior pontuado foi o *apresentou completo domínio do conteúdo*. Estes resultados reforçam que os tutores desempenharam bem suas funções e que o envolvimento destes no processo de elaboração do curso pode ter contribuído para este desfecho.

Apesar de não haver diferença estatística significativa entre o pré (avaliação diagnóstica) e pós-teste (avaliação somativa), o processo de ensino-aprendizagem adotado no curso foi positivo, ou seja, os participantes tiveram bom desempenho na avaliação formativa (média 68,6%), que foi realizada ao final de cada unidade. Os resultados evidenciam o maior interesse dos participantes pelas atividades práticas, legitimando as premissas acerca das características dos aprendizes adultos. Entretanto, os resultados da avaliação formativa indicaram que o planejamento e execução dos fóruns devem ser revistos, já que o percentual médio de desempenho dos participantes foi menor para esta atividade.

Diante dos resultados, recomenda-se a replicação do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar em maior escala, após a adaptação dos itens pontuados.

Limitações do estudo

As medidas psicométricas, ou seja, as escalas de avaliação da satisfação dos participantes ao curso e ao desempenho do tutor adotadas neste estudo, não foram validadas. Entretanto, segundo Pasquali (1997), a validade “de constructo” indica a legitimidade das representações comportamentais para aferirem o traço latente ou atributo latente. Esta validade permite concluir se um conjunto de perguntas efetivamente mede a satisfação dos participantes com um evento instrucional. Segundo Pilati e Borges-Andrade (2006), o ideal seria a utilização de escalas já validadas.

Todavia, Zerbini e Abbad (2009a) consideram que esta decisão pode acarretar perda de especificidade quanto às características dos diferentes sistemas de formação à distância. No presente estudo, optou-se pelo desenvolvimento de escalas de satisfação não validadas, que considerassem a especificidade do curso.

Pontua-se ainda que, segundo Abbad, Ferreira e Nogueira (2006), o desenho de avaliação mais válido e tecnicamente mais aceitável é aquele que além de mensurar a aprendizagem por meio de pré e pós-teste, possibilita a comparação do grupo estudado com um grupo-controle, que não tenha participado do evento instrucional. Na presente pesquisa, por motivos éticos e operacionais não foi possível executar tal desenho.

REFERÊNCIAS

ABBAD, G., FERREIRA, M. F. B., NOGUEIRA, R. Medidas de aprendizagem em avaliação de TD&E. In J. E. Borges-Andrade, G. Abbad & L. Mourão (Orgs.), **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho: fundamentos para a gestão de pessoas** (pp.469-487). Porto Alegre: Artmed, 2006.

ABBAD, G., GAMA, A. L. G., & BORGES-ANDRADE, J. E. **Treinamento: análise do relacionamento da avaliação nos níveis de reação, aprendizagem e impacto do treinamento no trabalho**. Revista de Administração Contemporânea- RAC, 4 (3), 25-45, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v4n3/v4n3a03.pdf>>. Acesso em: 01 de abril de 2012.

ABBAD, G. **Aprendizagem em ambientes organizacionais: Uma análise dos problemas conceituais, teóricos e metodológicos [CD-ROM]**. In Anais do Congresso Norte-Nordeste de Psicologia, 3, 2003.

BLOOM, B.S. et al. **Taxonomia de objetivos educacionais – Domínio cognitivo**. Rio Grande do Sul: Editora Globo, 1983.

BORGES-ANDRADE, J. E. **Desenvolvimento de medidas em avaliação de treinamento**. Estudos de Psicologia, 2002 (Natal), 7 (Número Especial), 31-43. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v7nspe/a05v7esp.pdf>>. Acesso em: 01 de maio de 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso em: 30 de maio de 2012.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Relatório de Atividades, 2007**. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fnde/relatorio_atividades_fnde_2006.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2012.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. Brasília, DF: CAISAN, 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sesan/livros/plano-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-2012->

2015/LIVRO_PLANO_NACIONAL_CAISAN_revisado%20SEM%20ISBN.pdf>.
Acesso em: 24 de março de 2012.

CENTROS COLABORADORES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR. **Histórico e produção dos Centros Colaboradores.** In: Formação de Monitores da Alimentação Escolar, 1, [2009], Brasília/DF. Apresentação... Brasília: UnB, [2009]. Apresentação Power Point.

DODGSON, M. **Organizational learning: A review of some literatures.** Organization Studies, 14, 375-394, 1993. Disponível em:
<http://oss.sagepub.com/content/14/3/375.full.pdf+html>. Acesso em: 01 de abril de 2012.

GUIMARÃES, T. A., ANGELIM, G. P., BARBOSA, R. J. C., ALVES, J. F. R., & MAGALHÃES, R. G. **Aprendizagem nas organizações: A produção científica brasileira do período 1998 a 2001, na área de administração, controvérsias conceituais e metodológicas (Rel. No. 1).** Brasília: Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade de Brasília, 2002.

HAMBLIN, A.C. **Avaliação e controle do treinamento.** São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1978.

HUBER, G. P. **Organizational learning: The contributing processes and the literature.** Organization Science, 2, 88-115, 1991. Disponível em:
http://mgmt.iisc.ernet.in/~piyer/Knowledge_Management/Organizational%20Learning%20Contributing%20Processes%202%201%20Organization%20Science%201991.pdf.
Acesso em: 01 de abril de

KIM, D. H. **The link between individual and organizational learning.** Sloan Management Review, 35, 37-50, 1993. Disponível em:
http://www.iwp.jku.at/born/mpwfst/03/0312_IVkim.pdf. Acesso em: 01 de abril de 2012.

KNOWLES, M. **The modern practice of adult education: from pedagogy to Andragogy.** Englewood Cliffs: Cambridge, 1980.

KNOWLES, M. **The adult learner: A neglected species.** 4. ed. Houston: Gulf, 1990a.

KNOWLES, M. **Andragogy in action.** San Francisco: Jossey-Bass, 1990b

LIKERT, R. **Novos padrões de Administração.** São Paulo: Pioneira. 1967.

LOIOLA, E., BASTOS, A. V. B., AQUINO, J. C. T., PEIXOTO, A. L. A., SILVA, T. D., NERIS, J., & CASTRO, L. **O estado da arte em aprendizagem organizacional no Brasil.** Anais do Congresso Latino Americano de Escolas de Administração, 37, 1-10, 2002.

MOODLE. **Guia de funcionalidades Moodle.** Disponível em:
<<http://moodle.org/course/view.php?id=47>>. Acesso em: 06 de maio de 2010.

MOORE, M G.; & KEARSLEY, G. **Distance Education: As systems view**. Belmont, CA: Wadsworth, 1996.

NELSON, G. E. On-Line Evaluation: Multiple Choice, Discussion Questions, Essay, and Authentic Projects. In: **Third Teaching in the Community Colleges Online Conference**, Kapiolani Community College, Hawaii, 1998.

PASQUALI, L.A. Instrumentação no estudo das organizações: a utilização de esclaas psicométricas. In: TAMAYO, A; BORGES ANDRADE, J. E. CODO, W. (Orgs.). **Trabalho, organizações e cultura**. São Paulo: Cooperativa de Autores Associados, 1997. p. 75-82.

PILATI, R., BORGES-ANDRADE, J. E. *Construção de medidas e delineamentos em avaliação de TD&E*. In J. E.Borges-Andrade, G. Abbad& L. Mourão (Orgs.), **Treinamento,desenvolvimento e educação em organizações etrabalho: fundamentos para a gestão de pessoas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SHIN, N.; KIM, J. **An exploratory of learner progress and drop-out in Korea National Open University**. Distance Education, v. 20, n. 3, p. 81-95, 1999. Disponível em: < http://www.ouhk.edu.hk/cridal/gdenet/Teaching/Design/shin_and_kim.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2012.

XENOS, M.; PIERRAKEAS, C.; PINTELAS, P. **A survey on student drop-out rates and drop-out causes concerning the students in the Course of Informatics of the Hellenic Open University**. Computers & Education, v. 39, n. 4, p. 361-377,2002.

ZERBINI, T; ABBAD, G. **Reação aos procedimentos instrucionais de um curso via internet: validação de uma escala**. Estud. psicol. (Campinas), Campinas, v. 26, n. 3, Sept. 2009a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2009000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 de março de2012.

ZERBINI, T; ABBAD, G. **Reação ao desempenho do tutor em um curso a distância: Validação de uma Escala**. Estudos e Pesquisas em Psicologia (UERJ), Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2009b. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a12.pdf>. Acesso em: 01 de abril de 2012.

ZAINA, L.A.M. **Acompanhamento do aprendizado do aluno em cursos a distância através da Web: metodologias e ferramenta**. 169 f. Tese (Mestrado) – Escola Politénica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002. Disponível em:<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0CEoQFjAD&url=http%3A%2F%2Fwww.teses.usp.br%2Fteses%2Fdis>. Acesso em: 18 maio 2012.

11. CONCLUSÕES

Os dados sociodemográficos evidenciam que um curso de formação para conselheiros deve apresentar conteúdos bem estruturados, pois os conselheiros conhecem minimamente suas funções do CAE e o funcionamento do PNAE. Os achados também indicam a viabilidade de um curso online para este público, pois a maioria possui acesso diário a computador com internet, habilidade em utilizá-lo e interesse em realizar um curso de formação. Os achados sobre as necessidades de formação permitiram identificar os temas de maior importância, segundo os conselheiros, para compor cursos de formação.

O percentual de satisfação dos participantes ao curso foi elevado, entretanto, o processo de inscrição foi o item menor pontuado, demonstrando que este processo deve ser realizado com maior antecedência. O segundo item menor pontuado foi a carga horária do curso, sugerindo que pode ter sido elevada (10 a 12 de estudo/semana). Os participantes também demonstraram satisfação ao desempenho do tutor, e o item maior pontuado foi o *apresentou completo domínio do conteúdo*. Estes resultados reforçam que os tutores desempenharam bem suas funções e que o envolvimento destes no processo de elaboração do curso pode ter contribuído para este desfecho.

Apesar de não haver diferença estatística significativa entre o pré (avaliação diagnóstica) e pós-teste (avaliação somativa), o processo de ensino-aprendizagem adotado no curso foi positivo, ou seja, os participantes tiveram bom desempenho na avaliação formativa (média 68,6%), que foi realizada ao final de cada unidade. Os resultados evidenciam o maior interesse dos participantes pelas atividades práticas, legitimando as premissas acerca das características dos aprendizes adultos entretanto, os resultados da avaliação formativa indicaram que o planejamento e execução dos fóruns devem ser revistos, já que o percentual médio de desempenho dos participantes foi menor para esta atividade.

Diante dos resultados, recomenda-se a replicação do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar em maior escala, após a adaptação dos itens pontuados.

12. RECOMENDAÇÕES

De maneira a ter informações mais detalhadas sobre as necessidades de formação dos conselheiros poderia ter sido utilizada uma escala do tipo Likert. A maneira como este tema foi abordado no estudo resultou na investigação do cumprimento das atribuições e pode ter interferido na identificação mais detalhada das necessidades de formação. Esta limitação foi de alguma maneira, relativizada com as alternativas: “sim, por outros motivos” ou “não, por outros motivos”, que possibilitaram ao conselheiro expressar sua dificuldade também por outros motivos, além de dúvida ou falta de conhecimento. Destaca-se ainda que o estudo não possui representatividade nacional, já que a amostra foi escolhida por conveniência.

As medidas psicométricas, ou seja, as escalas de avaliação da satisfação dos participantes ao curso e ao desempenho do tutor adotadas neste estudo, não foram validadas, pois se optou pelo desenvolvimento de escalas de satisfação não validadas, que considerassem a especificidade do curso. Além disso, na presente pesquisa, por motivos técnicos e operacionais, não foi possível comparar o grupo estudado com um grupo-controle, que não tivesse participado do curso.

Apesar das limitações da pesquisa, os resultados identificam pontos a serem adaptados na aplicação do curso, quais sejam: maior tempo disponível para inscrição dos participantes, revisão dos fóruns, utilização de escalas validadas de avaliação de satisfação e o emprego de um grupo-controle. Desta forma, considera-se que o desenho proposto pode ser replicado em maior escala, após as referidas adaptações.

13. REFERÊNCIAS

ABBAD, G.S; BORGES-ANDRADE, J.E. **Aprendizagem humana em organizações de trabalho**. In: ZANELLI, J.C.; BORGES-ANDRADE, J.E.; BASTOS, A.V.B. (Org.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed: 2004. p. 237-275.

ABBAD G.S; ZERBINI T; CARVALHO R.S; MENEZES P.P.M. Planejamento instrucional em TD&E. In: BORGES-ANDRADE, J.E.; ABBAD, G. S.; MOURÃO, L. et al. **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações do trabalho: fundamentos para gestão de pessoas**. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 282 -321.

ANDERSON, J.R. The architecture of cognition. Cambridge: Havard University, 1983.

ANDRADE, J.E.B; ABBAD, G.S; MOURÃO, L, ACILEIDE, C.E.C. Medidas de características da clientela em avaliação de T&D. In: Borges-Andrade JE; Abbad GS; Mourão L. et al. **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações do trabalho: fundamentos para gestão de pessoas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

AROUCA, A. S. S. **O planejamento de saúde em uma sociedade em transição**. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 11, p. 15-18, 1987.

AUSUBEL, D.P. **Educational psychology: a cognitive view**. New York: Holt, Rinehat and Winston, 1968.

BELIK, W. & CHAIM, N.A. **O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local**. Rev. Nutr., Campinas, v. 22, n. 5, Oct. 2009

BELLONI, M.L. **Educação à Distância**. Campinas: Ed. Associados, 2001.

_____. **Educação à distância**. Campinas: Autores Associados, 1999.

BLOOM, B.S. et al. **Taxonomia de objetivos educacionais: compêndio primeiro: domínio cognitivo**. Porto Alegre: Globo, 1972.

BLOOM, B.S. et al. **Taxonomia de objetivos educacionais – Domínio cognitivo**. Rio Grande do Sul: Editora Globo, 1983.

BRASIL. **Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955**. Institui a campanha da merenda escolar. Disponível em: < <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 19 de novembro de 2011.

_____. **Decreto nº 56.886, de 20 de setembro de 1965**. Modifica denominação de Instituição do Departamento Nacional de Educação. Disponível em: <

<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56886-20-setembro-1965-397151-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 de novembro de 2011.

_____. Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.html>. Acesso em: 19 de novembro de 2011.

_____. **Lei nº. 8.913 de 12 de julho de 1994.** Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109225/lei-de-municipalizacao-da-merenda-escolar-lei-8913-94>>. Acesso em: 19 de novembro de 2011.

_____. **Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104551/medida-provisoria-1784-98>>. Acesso em: 19 de novembro de 2011.

_____. **Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001.** Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2178-36.htm>. Acesso em: 16 de julho de 2011.

_____. **Medida Provisória 2.100/31, de 24 de abril de 2001.** Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2001/mep210031_24042001.pdf>. Acesso em: 22 de out. de 2011.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Relatório de Atividades, 2002.** Disponível em: < ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fnde/relatorio_atividades_fnde_2002.pdf >. Acesso em: 22 de out. de 2011.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Relatório de Atividades, 2003.** Disponível em: < ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fnde/relatorio_atividades_fnde_2003.pdf >. Acesso em: 22 de out. de 2011.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Relatório de Atividades, 2004**. Disponível em: < ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fnde/relatorio_atividades_fnde_2004.pdf >. Acesso em: 22 de out. de 2011.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Relatório de Atividades, 2005**. Disponível em: < ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fnde/relatorio_atividades_fnde_2005.pdf >. Acesso em: 22 de out. de 2011.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Relatório de Atividades, 2006a**. Disponível em: < ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fnde/relatorio_atividades_fnde_2005.pdf >. Acesso em: 22 de out. de 2011.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Interministerial 1.010 de 8 de maio de 2006b**. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Disponível em: < <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-1010.htm>>. Acesso em: 19 de out. de 2011.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Relatório de Atividades, 2007**. Disponível em: < ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fnde/relatorio_atividades_fnde_2006.pdf >. Acesso em: 22 de out. de 2011.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso em: 06 de novembro de 2011.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO DELIBERATIVO. **Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009b**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/RES38_FNDE.pdf>. Acesso em: 06 de novembro de 2011.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Site oficial: Alimentação Escolar –**

Dados Estatísticos, 2010. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-dados-estatisticos> >. Acesso em: 19 de novembro de 2011.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Site oficial: Alimentação Escolar – Histórico, 2011.** Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-historico> >. Acesso em: 19 de novembro de 2011.

_____. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO DELIBERATIVO. **Resolução nº8 de 14 de maio de 2012.** Altera os valores per capita da educação infantil no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

BORGES-ANDRADE, J. E. **Eventos da instrução: uma proposta derivada das teorias de processamento de informação.** In: Teoria Educacional, v. 49, p.27-34, 1982.

BURLANDY L. **A construção da política de segurança alimentar e nutricional no brasil: estratégias e desafios para promoção da intersectorialidade no nível federal de governo.** Ciênc Saúde Coletiva. v.14, n.3, p:851-60. 2009.

CARMO, H. *Ensino superior à distância.* Lisboa: Universidade Aberta, 1998.

CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **PLANSAN - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015.** Brasília, DF: CAISAN, 2011. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sesan/livros/plano-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-2012-2015/LIVRO_PLANO_NACIONAL_CAISAN_revisado%20SEM%20ISBN.pdf >. Acesso em: 24 de março de 2012.

CENTROS COLABORADORES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR. Histórico e produção dos Centros Colaboradores. **In: Formação de Monitores da Alimentação Escolar, 1, [2009], Brasília/DF.** Apresentação... Brasília: UnB, [2009]. Apresentação Power Point.

CHAVES L. G. C. & BRITTO R. R. **Políticas de Alimentação Escolar.** Centro de Educação a Distância – CEAD, Universidade de Brasília – Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1315>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2011.

COMASSETTO, L.S. **Novos espaços virtuais para o ensino e a aprendizagem a distância: estudo da aplicabilidade dos desenhos pedagógicos.** 2006. 152f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção – Mídia e Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DAMIÃO, H. **Pré, inter e pós-ação: planificação e avaliação em pedagogia.** Coimbra: Minerva, 1996.

DRAIBE, S.M. **Descentralização das políticas sociais: o que ensinam as experiências recentes da merenda escolar, do dinheiro na escola e da TV Escola.** Campinas: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, Universidade Estadual de Campinas; 1998. **Cadernos de Pesquisa**, 36.

FILATRO, Andrea. **Design instrucional contextualizado: educação e tecnologia.** São Paulo: Editora SENAC, São Paulo, 2004

FREIRE, P. **Pedagogy of the oppressed.** New York: Seabury, 1970.

GAGNÉ, R. M. **The conditions of learning and theory of instruction.** 4. Ed. New York: Rinehart and Winston, 1985.

_____. **Essentials of learning for instruction.** 2. ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1988.

HAMBLIN, A.C. **Avaliação e controle do treinamento.** São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1978.

KLEBA, M. E; MATIELO, A.; COMERLATTO, D; RENK, E; COLLISELLI, L. **O Papel dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas: um debate a partir das práticas dos conselhos Municipais de Chapecó (SC).** *Ciência saúde coletiva*, v.15, n.3, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.org/pdf/csc/v15n3/v15n3a22.pdf>> Acesso em: 19 de agosto de 2012.

KNOWLES, M. **The modern practice of adult education: from pedagogy to Andragogy.** Englewood Cliffs: Cambridge, 1980.

_____. **The adult learner: A neglected species.** 4. ed. Houston: Gulf, 1990a.

_____. **Andragogy in action.** San Francisco: Jossey-Bass, 1990b

LITWIN, E. (Org.). **Educação à distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

MAGER, R. F. **A formulação de objetivos de ensino.** Porto Alegre: Globo, 1976.

MAGGIO, M. O tutor na Educação a distância, In: **Educação a Distância: Temas para o debate de uma nova agenda Educativa**, Edith Litwin, Organizadora, Porto Alegre, Artmed Editora, 2001.

MERRIL, M. D. Component display theory. In: REIGELUTH, C. H. (Ed.) **Instrucional –design theories and models: an overview of their current status.** Englewood Cliffs: Erlbaum, 1983.

- MEZIROW, J. How Critical Reflection Triggers Transformative learning?. In:MEZIROW, J. Fostering. **Critical reflection in adulthood: A guide to transformative and emancipatory learning**. San Francisco: Jossey Bass, 1990.
- MOODLE. Guia de funcionalidades Moodle. Disponível em: <<http://moodle.org/course/view.php?id=47>>. Acesso em: 06 de maio de 2010.
- MORRISSON, G.R.; ROSS, S.M.; KEMP, J.E. **Designing effective instruction**. John Wiley & Sons, 2001.
- NUNES, I.B. A História da EAD no Mundo. In: **Educação a Distância: O estado da Arte**. São Paulo: Person, 2009.
- PALDES, R. **O uso da internet na educação superior de graduado: estudo de caso de uma universidade pública brasileira**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Brasília, abril de 1999. Disponível em: <http://www.geocities.com/CapeCanavera/Launchpad/5606/doc1.html>. Acesso em: 10 de junho de 2012.
- PAPERT, S. (1994). **A máquina das crianças; repensando a escola na era da informática**. Porto Alegre: Artes Médicas.
- PERRIAULT, J. **La communication du savior à distance**. Paris: Hachette, 1996.
- PIAGET, Jean. **Epistemologia Genética**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- PIPITONE, M.A.P. **Programa de Alimentação Escolar: um estudo sobre descentralização, escola e educadores**. Doutorado em Educação. Campinas: Faculdade de Educação, Unicamp, 1997.
- PIPITONE M.A.P. et al. **Atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar na gestão do programa nacional de alimentação escolar**. Revista de Nutrição, Campinas, v. 16, n. 2, June 2003.
- POSNER, G.J. & STRIKE, K.A. *Review of Educational Research*. v.46, p.665-690, 1976.
- PRETI, O. **Educação a distância: construindo significados**. Cuiabá: NEAD/IE-UFMT, 2000.
- REDE BRASILEIRA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR – REBRAE. **Alimentação Escolar**. Disponível em: <<http://www.rebrae.com.br/alimentacao.html>>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2011.
- REIGELUTH, C. H. **Instrucional-design theories and models: a new paradigm of instrucional theory**. London: LEA, 1999

SANTOS, L.M.P; SANTOS, S.M.C; SANTANA, L.A. A; HENRIQUE, F.C.S; MAZZA, R.P.D.M; SANTOS, L.A.S.S; et al. **Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002: 4 - Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, 2007.

SOBRAL, F; COSTA, V.M H.M. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: sistematização e importância.** Alim. e Nut., v.19, n.1, p.73-81, 2008.

VASCONCELOS, F. de A. G. **Combate à Fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula.** Revista de Nutrição. Campinas, v.18, n.4, p 439-457, 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000400001>. Acesso em: 19 de agosto de 2012.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** Tradução por Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995.135p. Tradução de: Thought and language.

ZAINA, L.A.M. Acompanhamento do aprendizado do aluno em cursos a distância através da Web: metodologias e ferramenta. 169 f. Tese (Mestrado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002. Disponível em:<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0CEoQFjAD&url=http%3A%2F%2Fwww.teses.usp.br%2Fteses%2Fdis>. Acesso em: 18 maio 2012.

ZERBINI, T; ABBAD, G. Reação aos procedimentos instrucionais de um curso via internet: validação de uma escala. Estud. psicol. (Campinas), Campinas, v. 26, n. 3, Sept. 2009a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2009000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 de março de 2012.

ZERBINI, T; ABBAD, G. Reação ao desempenho do tutor em um curso a distância: Validação de uma Escala. Estudos e Pesquisas em Psicologia (UERJ), Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2009b. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a12.pdf>. Acesso em: 01 de abril de 2012.

14. APÊNDICES

Apêndice 01 – Questionário de identificação das necessidades de formação dos conselheiros de alimentação escolar, autopreenchido durante o Encontro Nacional do PNAE. Salvador/BA, 2010.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO HUMANA

Pesquisa: “Análise do Processo Formação de Educação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar”

Aos Conselheiros de Alimentação Escolar,

Conforme esclarecido no Termo de Consentimento que você acaba de assinar, este estudo pretende conhecer as atividades dos Conselhos de Alimentação Escolar. O objetivo é identificar a necessidade de ações de formação (cursos) para os conselheiros, de forma a contribuir para o exercício de suas funções. Se o Sr.(a) atua no Conselho de Alimentação Escolar e assinou o Termo de Consentimento, solicita-se que responda às questões abaixo. Obrigado por sua colaboração!

CONHECIMENTO DO CONSELHO SOBRE AS SEGUINTE ATIVIDADES

1. O conselho **acompanha o procedimento licitatório para a compra de alimentos** e avalia se a modalidade utilizada está adequada ao valor recebido anualmente pelo FNDE?

- SIM, com facilidade
- SIM, com dificuldade pois temos dúvidas sobre o assunto
- SIM, com dificuldade por outros motivos
- NÃO, pois não temos conhecimento suficiente sobre o assunto
- NÃO, por outros motivos
- Não sei

2. O conselho **avalia a adequação do cardápio da alimentação escolar** às recomendações previstas na Resolução CD/FNDE nº 38/ 2009 em relação ao valor energético, macro e micronutrientes, gordura, sódio e per capita de frutas?

- SIM, com facilidade
- SIM, com dificuldade pois não temos todo o conhecimento sobre o assunto
- SIM, com dificuldade por outros motivos
- NÃO, pois não temos conhecimento suficiente sobre o assunto
- NÃO, por outros motivos
- Não sei

3. O conselho **acompanha a aplicação do teste de aceitabilidade das preparações e alimentos oferecidos na alimentação escolar**, segundo as metodologias previstas na CD/FNDE nº 38/ 2009?

- SIM, com facilidade
- SIM, com dificuldade pois não temos todo o conhecimento necessário sobre o assunto
- SIM, com dificuldade por outros motivos
- NÃO, pois não temos conhecimento suficiente sobre o assunto
- NÃO, por outros motivos
- Não sei

4. O conselho **participa do processo de controle de qualidade** dos gêneros alimentícios adquiridos para a alimentação escolar (aquisição dos gêneros, armazenamento, transporte, manipulação, distribuição das refeições aos alunos)?

- SIM, com facilidade
- SIM, com dificuldade pois não temos todo o conhecimento necessário sobre o assunto
- SIM, com dificuldade por outros motivos

- NÃO, pois não temos conhecimento suficiente sobre o assunto
- NÃO, por outros motivos
- Não sei

5. O conselho **participa do processo de compra dos alimentos produzidos pela agricultura familiar** para serem oferecidos na alimentação escolar (elaboração da chamada pública, reunião com os agricultores familiares, análise do projeto de venda)?

- SIM, com facilidade
- SIM, com dificuldade pois não temos todo o conhecimento necessário sobre o assunto
- SIM, com dificuldade por outros motivos
- NÃO, pois não temos conhecimento suficiente sobre o assunto
- NÃO, por outros motivos
- Não sei

6. O conselho **analisa a prestação de contas da alimentação escolar periodicamente** por meio de extratos bancários, notas fiscais, guias de remessa?

- SIM, com facilidade
- SIM, com dificuldade pois não temos todo o conhecimento necessário sobre o assunto
- SIM, com dificuldade por outros motivos
- NÃO, pois não temos conhecimento suficiente sobre o assunto
- NÃO, por outros motivos
- Não sei

7. O conselho **acompanha o controle de estoque** dos gêneros alimentícios oferecidos na alimentação escolar (confere a quantidade no depósito central, quantidade entregue nas escolas, quantidade consumida nas escolas)?

- SIM, com facilidade
- SIM, com dificuldade pois não temos todo o conhecimento necessário sobre o assunto
- SIM, com dificuldade por outros motivos
- NÃO, pois não temos conhecimento suficiente sobre o assunto
- NÃO, por outros motivos
- Não sei

8. O CAE tem um **Regimento Interno** aprovado?

- SIM
- NÃO e desconhecemos se este está sendo elaborado, discutido ou em vias de aprovação.
- NÃO, mas está sendo elaborado ou em processo de discussão e aprovação.
- Não sei

9. O conselho **informa as irregularidades** na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar aos órgãos de controle (Ministério Público, Tribunal de Contas da União)?

- SIM, sempre
- SIM, mas nem sempre pois procuramos resolver os problemas com a prefeitura/secretaria de educação.
- SIM, mas nem sempre pois temos dificuldade de contato/acesso aos órgãos de controle.
- NÃO, pois não temos conhecimento sobre como fazer este procedimento.
- NÃO, por outros motivos
- Não sei

10. Escreva os 3 assuntos ou temas que, na sua opinião, são os mais importantes de serem tratados em um curso para Conselheiros de Alimentação Escolar:

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

Nome completo:	
Sexo: M () F () E-mail:	
Município: Estado:	
Telefones para contato: DDD ()	
Atua como Conselheiro representante de qual segmento?	() Executivo () Trabalhadores da educação, professores e alunos () Pais de alunos () Entidades civis organizadas () Não sei
Data de início de mandato do conselho: ___/___/___ () Não sei	Qual o seu tempo de mandato como conselheiro? _____ _____ Não sei ()
Você tem interesse e tempo para participar de um curso a distância para conselheiros de alimentação escolar em 2011 com duração de 4 meses (aproximadamente 8 horas semanais, início previsto para março de 2011)?	() SIM () NÃO
Você tem acesso diário a um computador com internet?	() SIM () NÃO
Você tem habilidade no uso de computador utilizar o Word, arquivos em pdf, visualizar vídeos, navegar na Internet)?	() SIM () NÃO

Apêndice 02 – Questionário pré-teste aplicado antes do início do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar.

	Questão	Unidade/Assunto
1.	<p>O município de Vila Azul contratou um nutricionista para coordenar o Programa de Alimentação Escolar. O primeiro passo que este profissional adotou foi planejar o cardápio, por meio das seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visitou todas as escolas do município, solicitando a lista de alunos e a idade • Realizou treinamento com os professores de educação física para que eles verificassem o estado nutricional dos alunos por meio da coleta de peso e altura; • Visitou os agricultores locais para conhecer os alimentos produzidos por eles; • Realizou uma pesquisa com moradores mais antigos, investigando as preparações que faziam parte dos hábitos alimentares deles. <p>Em sua opinião, este profissional realizou o planejamento do cardápio de forma adequada: Marque a alternativa correta. Escolher uma resposta.</p> <p><input type="radio"/> Não, pois não considerou a vocação agrícola da região</p> <p><input checked="" type="radio"/> Sim, pois considerou o estado nutricional dos alunos e a idade, a vocação agrícola e a cultura alimentar local ✓</p> <p><input type="radio"/> Sim, mas dificilmente o nutricionista realiza estas ações, visto que não são atribuições deste profissional</p> <p><input type="radio"/> Não, pois não considerou que os alunos geralmente preferem doces e lanches rápidos na alimentação escolar</p>	<p>Unidade II (1 a 8) Passo a Passo PNAE</p>
2.	<p>O nutricionista do município de Vila Azul tomou as seguintes medidas para garantir o adequado armazenamento e inspeção dos alimentos que serão oferecidos aos alunos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Treinou todos os merendeiros e estoquista para que realizassem a inspeção no momento 	<p>Unidade II Passo a Passo PNAE</p>

	<p>da entrega dos alimentos, observando o atendimento aos critérios estabelecidos no edital e contrato;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organizou um cronograma de entrega garantindo que os merendeiros tivessem tempo para realizar a inspeção, o recebimento e a estocagem dos alimentos. <p>Em sua opinião, o nutricionista adotou as principais medidas para garantir o adequado armazenamento e inspeção dos alimentos? Marque a alternativa correta. Escolher uma resposta.</p> <p><input type="radio"/> Sim, pois ele organizou um cronograma de entrega e treinou os profissionais para realizar a inspeção e estas medidas são suficientes para garantir o adequado armazenamento</p> <p><input type="radio"/> Sim, pois apenas com o treinamento dos merendeiros é possível garantir o adequado armazenamento e inspeção dos alimentos</p> <p><input checked="" type="radio"/> Não, pois não foi mencionada a adoção de medidas para garantir que a estrutura de armazenamento fosse adequada, dispondo de estrados, freezers, geladeiras, além de ser um ambiente limpo ✓</p> <p><input type="radio"/> Não, pois nenhuma das medidas citadas pode garantir a adequada inspeção e armazenamento dos alimentos</p>	
3.	<p>As ações que foram tomadas pelo nutricionista do município de Vila Azul para garantir o adequado preparo dos alimentos, foram: Marque as alternativas corretas. Escolha pelo menos uma resposta.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Realizou treinamento com os merendeiros sobre o tema higiene</p> <p><input type="checkbox"/> Fez uma pesquisa com os alunos para saber se gostam da alimentação oferecida na escola.</p>	<p>Unidade II Passo a Passo PNAE</p>

	<input checked="" type="checkbox"/> Orientou os profissionais para fazerem uso de sapato fechado, touca, jaleco e não utilizarem adornos, bijuterias ou unhas pintadas <input type="checkbox"/> Conversou com os pais dos alunos para saber se seus filhos consomem a Alimentação Escolar;	
4.	<p>No município de Vila Azul, existe uma escola que não dispõe de local adequado para o armazenamento dos alimentos, estes são mantidos em contato direto com o chão, existem roedores e insetos no local e o freezer não comporta os alimentos que devem ser mantidos congelados. O Conselho de Alimentação Escolar, ao realizar visita às escolas, elaborou um relatório sobre as condições de armazenamento observadas e entregou a Secretaria de Educação. Também apresentou este relatório ao nutricionista, que relatou já ter solicitado providências duas vezes, porém não obteve retorno. Neste caso, qual agente público do PNAE que não está exercendo suas responsabilidades? Marque a alternativa correta. Escolher uma resposta.</p> <p><input type="radio"/> Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)</p> <p><input type="radio"/> Conselho de Alimentação Escolar (CAE)</p> <p><input type="radio"/> Nutricionista</p> <p><input checked="" type="radio"/> Entidade Executora (EE) ✓</p>	<p>Unidade II Passo a Passo PNAE</p>
5.	<p>Quem deve ser atendido pelo PNAE? Marque a alternativa correta. Escolher uma resposta.</p> <p><input type="radio"/> Somente os alunos do ensino médio e da educação de jovens e adultos de escolas públicas</p> <p><input type="radio"/> Pais de alunos, professores e os alunos da educação básica de escolas públicas</p>	<p>Unidade II Agentes públicos responsáveis pelo PNAE</p>

	<input type="radio"/> Professores e alunos da educação básica de escolas públicas, filantrópicas e comunitárias <input checked="" type="radio"/> Alunos da educação básica de escolas públicas, filantrópicas e comunitárias. ✓	
6.	<p>No município de Vila Azul, o Secretário de Educação conseguiu pleitear o aumento do investimento de recursos próprios do município (contrapartida) para compra de alimentos para a Alimentação Escolar. Em seguida, solicitou que a prefeitura depositasse na conta específica do PNAE, aberta pelo FNDE, os recursos próprios do município. Em sua opinião, essa movimentação da conta bancária do PNAE foi: Marque a alternativa correta. Escolher uma resposta.</p> <input checked="" type="radio"/> Incorreta, pois não podem ser realizados depósitos na conta específica do PNAE, esta conta é exclusiva para os recursos repassados pelo FNDE ✓ <input type="radio"/> Correta, pois pode ser realizado depósito na conta específica do PNAE; <input type="radio"/> Incorreta, pois não se recomenda o uso de recurso municipal para a compra de alimentos, apenas para remuneração de pessoal e compra de equipamentos <input type="radio"/> Indiferente, pois o município pode decidir se mantém contas específicas para os recursos federais e locais a serem utilizados para o programa de alimentação escolar	<p>Unidade II Recurso financeiro do PNAE</p>
7.	<p>Para o pagamento de uma nota referente a alimentos entregues pelo fornecedor, foi realizado um saque em dinheiro da conta específica do PNAE e este foi entregue em mãos ao fornecedor. Neste caso: Marque a alternativa correta. Escolher uma resposta.</p> <input type="radio"/> A movimentação foi realizada de forma correta, pois mesmo que não fique identificada a destinação do recurso, o governo federal tem que confiar na	<p>Unidade II Agentes públicos responsáveis pelo PNAE</p>

	<p>administração pública local.</p> <p><input type="radio"/> A movimentação é correta, pois a entrega direta do pagamento garante que o mesmo seja realizado ao fornecedor e não a terceiros;</p> <p><input checked="" type="radio"/> A movimentação foi realizada de forma inadequada, pois o pagamento de fornecedor só pode ser realizado por meio de transferência nominativa, cheque nominal ou outra modalidade de saque autorizada pelo Banco Central do Brasil onde fique identificada a sua destinação; ✓</p> <p><input type="radio"/> A movimentação é inadequada, pois os pagamentos têm que ser realizados por meio de depósito bancário a uma central de abastecimento que posteriormente irá destinar os valores específicos a cada fornecedor.</p>	
8.	<p>No município de Vila Azul foram adquiridos alguns utensílios que estavam faltando nas escolas, sendo estes: panelas, liquidificador industrial, batedeiras, copos, pratos e talheres. O pagamento desta compra foi efetuado com o recurso repassado pelo FNDE. Em sua opinião esta ação foi:</p> <p>Marque a alternativa correta. Escolher uma resposta.</p> <p><input type="radio"/> Correta, pois o município pode decidir sobre a utilização dos recursos repassados pelo FNDE</p> <p><input type="radio"/> Correta, pois o município tem direito a destinar até 30% dos recursos federais para compra de utensílios e melhoria na infra estrutura</p> <p><input checked="" type="radio"/> Incorreta, pois o recurso repassado pelo FNDE é exclusivamente destinado para a compra de alimentos, sendo esta ação passível de punição pelos órgãos de controle (Ministério Público, Tribunal de Contas da União) ✓</p> <p><input type="radio"/> Correta, pois sem estes utensílios a alimentação dos alunos fica comprometida e o dinheiro repassado pelo FNDE pode ser utilizado para este</p>	<p>Unidade II Agentes públicos responsáveis pelo PNAE</p>

	fim	
9.	<p>O Conselho pode tomar conhecimento do recurso repassado pelo FNDE, mensalmente ao seu município ou estado: Marque as alternativas corretas. Escolha pelo menos uma resposta.</p> <p><input type="checkbox"/> O Conselho não tem acesso a esta informação</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Acessando o site do FNDE ✓</p> <p><input type="checkbox"/> Por meio de contato direto com o FNDE</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Conferindo mensalmente o extrato bancário da conta específica do Programa ✓</p>	<p>Unidade II Agentes públicos responsáveis pelo PNAE</p>
10.	<p>O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é: Marque a alternativa correta. Escolher uma resposta.</p> <p><input checked="" type="radio"/> a. A instância de controle social do PNAE ✓</p> <p><input type="radio"/> b. Uma instância colegiada com poder para decidir o que é melhor para a Alimentação Escolar, sem levar em consideração os segmentos nele representados</p> <p><input type="radio"/> c. Um grupo de professores que podem ajudar na melhoria da qualidade da Alimentação Escolar</p> <p><input type="radio"/> d. Um grupo de pessoas nomeado pelo prefeito</p>	<p>Unidade III (10 a 13) Conselho de Alimentação Escolar</p>
11.	<p>O conselheiro João Manuel observou que havia alimentos nos armários de uma escola que não haviam sido adquiridos por meio da licitação e todos eram de qualidade inferior aos que haviam sido licitados. Neste momento, chamou a atenção do merendeiro e do diretor escolar. Quando saiu da escola, foi à</p>	<p>Unidade III Conselho de Alimentação Escolar</p>

	<p>Secretaria de Educação e teve uma conversa informal com o Secretário de Educação, alertando para que o fato não se repetisse. Em sua opinião: Marque as alternativas corretas. Escolha pelo menos uma resposta.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Depois da visita, deveria ter redigido um ofício para a escola e para a secretaria de educação informando a inadequação encontrada na visita, pois a conversa informal não registra a atuação do Conselho ✓</p> <p><input type="checkbox"/> O conselheiro agiu de forma correta e foi ágil nas ações que tomou</p> <p><input type="checkbox"/> O conselheiro não deveria ter se preocupado com este tipo de situação, pois sua função é acompanhamento financeiro do programa</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> O conselheiro deveria ter perguntado se o responsável pelo recebimento foi treinado para inspecionar os alimentos e, alertar que aqueles alimentos não deveriam ter sido recebidos ✓</p>	
12.	<p>Identifique a alternativa correta em relação aos segmentos representados no Conselho e o número de representantes titulares: Marque a alternativa correta Escolher uma resposta.</p> <p><input type="radio"/> a. representante do poder legislativo, 2 de pais de alunos, 2 de trabalhadores da educação, professores ou alunos, 2 da sociedade civil organizada</p> <p><input type="radio"/> b. 2 representantes do poder executivo, 2 do legislativo, 2 de pais de alunos e 2 de professores</p> <p><input checked="" type="radio"/> c. 1 representante do poder executivo, 2 de pais de alunos, 2 da sociedade civil organizada, 2 de trabalhadores da educação, professores ou alunos ✓</p> <p><input type="radio"/> d. Cada município e estado tem autonomia para definir o número de</p>	<p>Unidade III Conselho de Alimentação Escolar</p>

	representantes e setores a serem representados no CAE	
13.	<p>O Conselho de Vila Azul acompanha o processo de licitação, reúne-se mensalmente para acompanhar as notas fiscais emitidas, os extratos bancários e ao final do ano, analisa o demonstrativo sintético anual, o relatório anual de gestão e emite o parecer conclusivo sobre a execução do Programa. Em sua opinião, as atribuições realizadas por este Conselho são:</p> <p>Marque as alternativas corretas. Escolha pelo menos uma resposta.</p> <p><input type="checkbox"/> Realizar visita às escolas;</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Analisar o relatório anual de gestão e elaborar o parecer conclusivo sobre a execução do PNAE; ✓</p> <p><input type="checkbox"/> Zelar pela qualidade dos alimentos, em especial pelas condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios;</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos da alimentação escolar ✓</p>	<p>Unidade III Conselho de Alimentação Escolar</p>
14.	<p>Os motivos que levaram o governo federal a estabelecer que 30% do recurso repassado pelo FNDE aos estados e municípios brasileiros, seriam investidos na compra de alimentos da Agricultura Familiar, são:</p> <p>Marque a alternativa incorreta. Escolher uma resposta.</p> <p><input type="radio"/> Concorrência leal garantida pela chamada pública, já que é realizada somente entre agricultores familiares</p> <p><input type="radio"/> O aumento significativo da compra de alimentos da agricultura familiar</p> <p><input checked="" type="radio"/> Garantia de oferta de alimentos de origem animal na Alimentação Escolar ✓</p>	<p>Unidade V (14 a 17) Compra de alimentos da Agricultura Familiar</p>

	<p><input type="radio"/> Melhor qualidade dos alimentos oferecidos aos alunos</p>	
15.	<p>Para que a compra de alimentos da agricultura familiar contribua para a saúde dos escolares, é importante planejar o cardápio com base nos alimentos que são produzidos no local, ou seja, de acordo com a vocação agrícola da região. Para que isso seja possível, as seguintes ações são importantes: Marque as alternativas corretas. Escolha pelo menos uma resposta.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Que o Conselho converse com o nutricionista sobre o cardápio, para saber os alimentos que estão sendo adquiridos da agricultura familiar; ✓</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Que o nutricionista conheça os alimentos produzidos no local, por meio de reuniões e visitas aos agricultores familiares. ✓</p> <p><input type="checkbox"/> Que os agricultores produzam o que o nutricionista costuma utilizar no cardápio das escolas,</p> <p><input type="checkbox"/> Que o nutricionista espere os agricultores demonstrarem interesse em fornecer os alimentos que produzem para a Alimentação Escolar</p>	<p>Unidade V Compra de alimentos da Agricultura Familiar</p>
16.	<p>Assim como no caso da compra de alimentos por licitação, a chamada pública, que é a dispensa de licitação, deve respeitar as seguintes etapas: Marque as alternativas corretas. Escolha pelo menos uma resposta.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Descrição técnica dos alimentos, buscando melhor qualidade</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Descrição do valor total a ser gasto com alimentos da agricultura familiar</p> <p><input type="checkbox"/> Descrição do nome dos agricultores que podem participar da chamada pública</p>	<p>Unidade V Compra de alimentos da Agricultura Familiar</p>

	<input type="checkbox"/> Definição do preço dos alimentos sem utilizar a pesquisa de preço como referência	
17.	<p>Para participar da chamada pública os agricultores precisam ter a Declaração de Aptidão ao PRONAF, e o valor máximo da venda de alimentos para a alimentação escolar por DAP/ano é de: Marque a alternativa correta. Escolher uma resposta.</p> <p><input type="radio"/> R\$ 10mil reais</p> <p><input type="radio"/> É variável segundo o número de estudantes do município</p> <p><input type="radio"/> Não há limite</p> <p><input checked="" type="radio"/> R\$ 9mil reais ✓</p>	<p>Unidade V Compra de alimentos da Agricultura Familiar</p>
18.	<p>Em relação às notas fiscais, o conselheiro deve observar: Marque a alternativa incorreta. Escolher uma resposta.</p> <p><input type="radio"/> Se o valor das notas equivale ao valor dos débitos efetuados na conta específica do Programa;</p> <p><input checked="" type="radio"/> Se o valor está dentro do limite máximo para pagamento de nota fiscal ✓</p> <p><input type="radio"/> Se a especificação técnica dos alimentos está correta</p> <p><input type="radio"/> Se há descrição da fonte pagadora, ou seja, do Programa ao qual se destinam os alimentos</p>	<p>Unidade VI (18 a 20) Análise da prestação de contas</p>
19.	<p>As guias de remessa devem: Marque a alternativa correta. Escolher uma resposta.</p>	<p>Unidade VI Análise da prestação de contas</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <input type="radio"/> Conter a assinatura do recebedor (estoquista) e do fornecedor <input type="radio"/> Conter a quantidade de apenas um item/alimento que saiu do depósito central e não de vários itens/alimentos; <input checked="" type="radio"/> Ser emitidas pelo estoquista toda vez que um alimento sai do depósito ✓ <input type="radio"/> Somente devem ser emitidas se a quantidade de alimentos retirado do depósito for maior que 50 quilos ou unidade equivalente 	
20.	<p>As guias de recebimento devem conter: Marque as alternativas corretas. Escolha pelo menos uma resposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> <input checked="" type="checkbox"/> A quantidade correspondente a soma das guias de remessa ✓ <input checked="" type="checkbox"/> A assinatura do recebedor (estoquista) e do fornecedor ✓ <input type="checkbox"/> Ser emitidas pelos fornecedores ✗ <input type="checkbox"/> A quantidade de alimento que saiu do depósito ✗ 	<p>Unidade VI Análise da prestação de contas</p>
21.	<p>Dentre as atribuições do Conselho está: zelar pela qualidade dos alimentos e das refeições oferecidas nas escolas. Identifique os passos que auxiliam a garantir a qualidade dos alimentos: Marque a alternativa correta. Escolher uma resposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="radio"/> Realizar o transporte dos alimentos em automóvel destinado para outras atividades, como por exemplo o transporte de materiais de limpeza, para fins de economia. <input type="radio"/> Existir somente uma pessoa treinada para realizar controle de qualidade dos alimentos, para evitar problemas de comunicação; 	<p>Unidade VII (21 a 23) Controle de qualidade dos alimentos</p>

	<input type="radio"/> Manter todos os alimentos do depósito no momento da dedetização, para fins de higiene; <input checked="" type="radio"/> Especificar adequadamente os alimentos que serão adquiridos no momento da licitação. ✓	
22.	<p>Existem ferramentas que auxiliam o conselheiro a monitorar a qualidade da alimentação escolar. Estas ferramentas são: Marque as alternativas corretas. Escolha pelo menos uma resposta.</p> <input type="checkbox"/> Teste de cor dos alimentos, o qual indica se os alunos aprovam as cores dos alimentos que estão sendo servidos na Alimentação Escolar. <input type="checkbox"/> Teste de apresentação dos alimentos, no qual os conselheiros avaliam se a apresentação dos alimentos prontos que estão sendo servidos aos alunos é agradável. <input checked="" type="checkbox"/> Roteiro de visita às escolas, que facilita os conselheiros a observarem pontos importantes para garantir o adequado armazenamento e preparo dos alimentos <input checked="" type="checkbox"/> Teste de atributos ou teste de amostra, o qual tem por objetivo selecionar alimentos de qualidade, sendo realizado no momento da licitação. Afinal nem tudo que é barato tem boa qualidade!	<p>Unidade VII Controle de qualidade dos alimentos</p>
23.	<p>Em relação ao cardápio, o conselheiro deve analisar os seguintes itens, com o objetivo de garantir a qualidade da alimentação escolar: Marque as alternativas corretas. Escolha pelo menos uma resposta.</p> <input checked="" type="checkbox"/> Se há alimentos saborosos, como doces ✗	<p>Unidade VII Controle de qualidade dos alimentos</p>

	<input checked="" type="checkbox"/> Se há a oferta de 200g de frutas e hortaliças por semana por aluno ✓	
	<input checked="" type="checkbox"/> Se o planejamento do cardápio respeitou a faixa etária dos alunos ✓	
	<input checked="" type="checkbox"/> Se existem alimentos como arroz, feijão, batata e carne ✗	

Apêndice 03 – Questionário pós-teste aplicado antes do início do Curso de Formação a Distância para Conselheiros de Alimentação Escolar.

	Questão	Unidade/Assunto
1.	<p>O município de Vila Azul contratou um nutricionista para coordenar o Programa de Alimentação Escolar. Para este profissional planejar o cardápio é importante que considere: Escolha a alternativa correta. Escolher uma resposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> A rapidez no preparo dos alimentos, dando preferência aos alimentos pré preparados e industrializados O estado nutricional e a idade dos alunos O valor nutricional dos alimentos independente da cultura alimentar local As preferências dos estudantes, privilegiando preparações doces e frituras 	<p>Unidade II (1 a 8) Passo a Passo PNAE</p>
2.	<p>As ações que o nutricionista do município de Vila Azul deve tomar para garantir o adequado armazenamento dos alimentos que serão oferecidos aos alunos, são: Escolha as alternativas corretas. Escolha pelo menos uma resposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> Organizar um cronograma de entrega e treinar os merendeiros e o estoquista do depósito central para realizar a inspeção dos alimentos Oferecer um treinamento sobre armazenamento aos merendeiros, estoquista, diretores escolares e conselheiros de alimentação escolar Observar se alguns alimentos são entregues diretamente nas escolas, nesse caso é não necessário realizar a inspeção desses alimentos Verificar a estrutura de armazenamento, ou seja, a existência de estrados, freezers, geladeiras, além da limpeza deste ambiente nas escolas e no depósito central. 	<p>Unidade II Passo a Passo PNAE</p>

3.	<p>Em relação ao preparo dos alimentos, o nutricionista do município de Vila Azul deve realizar as seguintes ações:</p> <p>Escolha as alternativas corretas.</p> <p>Escolha pelo menos uma resposta.</p> <p>Treinar os merendeiros quanto ao adequado preparo e higienização,</p> <p>Acompanhar periodicamente o transporte dos alimentos, para certificar-se de que é realizado em carro exclusivo para este fim e com recipientes que mantenham a temperatura adequada das preparações até o momento da distribuição.</p> <p>Uma vez que os merendeiros sejam treinados, não é necessário realizar visitas às escolas para monitorar o uso de uniforme por estes profissionais e o tempo que as preparações prontas levam para serem distribuídas;</p> <p>Realizar apenas um treinamento com os merendeiros, pois não há necessidade de realizar treinamento periódico destes profissionais.</p>	<p>Unidade II Passo a Passo PNAE</p>
4.	<p>No município de Vila Azul existe uma escola que não dispõe de local adequado para o armazenamento dos alimentos. Os produtos ficam em contato direto com o piso, existem roedores e insetos no local e o freezer não comporta os alimentos que devem ser mantidos congelados. O nutricionista elaborou um relatório sobre as condições de armazenamento observadas na escola e entregou à Secretaria de Educação, que em 15 dias irá realizar os reparos necessários. Neste caso, qual agente público do PNAE que não está exercendo suas responsabilidades?</p> <p>Escolha a alternativa correta.</p> <p>Escolher uma resposta.</p> <p>Prefeito EE (entidade executora) Nutricionista CAE (Conselho de Alimentação Escolar)</p>	<p>Unidade II Passo a Passo PNAE</p>
5.	<p>Quem deve ser atendido pelo PNAE?</p> <p>Escolha a alternativa correta.</p> <p>Escolher uma resposta.</p> <p>Professores e alunos da educação básica de escolas públicas, filantrópicas e comunitárias</p>	<p>Unidade II Agentes públicos responsáveis pelo PNAE</p>

	<p>Alunos da educação básica de escolas públicas, filantrópicas e comunitárias</p> <p>Funcionários, professores e estudantes das escolas de educação básica de escolas públicas, filantrópicas e comunitárias</p> <p>Somente alunos do ensino médio e da educação de jovens e adultos de escolas públicas</p>	
6.	<p>As movimentações bancárias que podem ser feitas na conta específica do PNAE são:</p> <p>Escolha as alternativas corretas.</p> <p>Escolha pelo menos uma resposta.</p> <p>Depósito de recursos próprios do município ou estado (contrapartida)</p> <p>Pagamento de fornecedor por meio de transferência nominativa</p> <p>Pagamento de fornecedor por meio de cheque nominal</p> <p>Pagamento de fornecedor por meio da entrega do dinheiro em mãos, após saque na conta do Programa</p>	<p>Unidade II</p> <p>Recurso financeiro do PNAE</p>
7.	<p>O recurso repassado pelo FNDE aos estados e municípios pode ser utilizado para a:</p> <p>Escolha a alternativa correta.</p> <p>Escolher uma resposta.</p> <p>Reforma da cozinha e compra de alimentos</p> <p>Compra dos alimentos a serem oferecidos aos alunos</p> <p>Compra de utensílios de cozinha, equipamentos e alimento para os alunos.</p> <p>Contratação e treinamento de merendeiras e compra de alimentos</p>	<p>Unidade II</p> <p>Recurso financeiro do PNAE</p>
8.	<p>Como o Conselho pode tomar conhecimento sobre o recurso repassado pelo FNDE mensalmente ao município ou estado?</p> <p>Escolha as alternativas corretas.</p> <p>Escolha pelo menos uma resposta.</p> <p>Por meio de contato direto com o FNDE</p> <p>Por meio do site do FNDE</p> <p>O Conselho não tem acesso a esta informação</p> <p>Por meio do extrato bancário mensal</p>	<p>Unidade II</p> <p>Recurso financeiro do PNAE</p>
9.	<p>O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é:</p> <p>Escolha a alternativa correta.</p>	<p>Unidade III (9 a 12)</p> <p>Conselho de</p>

	<p>Escolher uma resposta.</p> <p>Um grupo de professores que podem ajudar na melhoria da qualidade da Alimentação Escolar</p> <p>A instância de controle social do PNAE</p> <p>Um grupo de pessoas nomeado pelo prefeito</p> <p>Uma instância colegiada com poder para decidir o que é melhor para a Alimentação Escolar, sem levar em consideração os segmentos nele representados</p>	Alimentação Escolar
10.	<p>As ações do Conselho devem ser:</p> <p>Escolha a alternativa correta.</p> <p>Escolher uma resposta.</p> <p>Descritas por meio de correio eletrônico para o FNDE;</p> <p>Autorizadas pelo Secretário de Educação do estado ou município</p> <p>Registradas em atas e relatórios;</p> <p>Divulgadas de maneira informal, por meio de conversas com os responsáveis.</p>	<p>Unidade III</p> <p>Conselho de Alimentação Escolar</p>
11.	<p>O CAE é composto por:</p> <p>Marque as alternativas corretas.</p> <p>Escolha pelo menos uma resposta.</p> <p>Cada estado ou município pode decidir a composição do seu Conselho</p> <p>7 membros titulares, sendo 1 representante do poder executivo</p> <p>Um número de membros maior quando número de escolas do estado ou município for maior que 100</p> <p>7 membros titulares, sendo 2 representantes do poder legislativo</p>	<p>Unidade III</p> <p>Conselho de Alimentação Escolar</p>
12.	<p>As opções que correspondem às atribuições do CAE são:</p> <p>Marque as alternativas corretas.</p> <p>Escolha pelo menos uma resposta.</p> <p>Analisar o relatório anual de gestão e elaborar o parecer conclusivo sobre a execução do PNAE;</p> <p>Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos da alimentação escolar</p> <p>Identificar fornecedores de produtos para a alimentação escolar</p> <p>Realizar cursos de aperfeiçoamento</p>	<p>Unidade III</p> <p>Conselho de Alimentação Escolar</p>
13.	<p>Os motivos que levaram o governo federal a estabelecer que 30% do recurso repassado pelo FNDE aos</p>	Unidade V (13 a 16)

	<p>estados e municípios brasileiros seriam destinados à compra de alimentos da Agricultura Familiar foram: Marque as alternativas corretas. Escolha pelo menos uma resposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> Melhor qualidade dos alimentos oferecidos aos alunos Concorrência leal garantida pela chamada pública, pois ocorre somente entre agricultores familiares Garantia de oferta de alimentos de origem animal na Alimentação Escolar O aumento significativo da compra de alimentos da agricultura familiar 	<p>Compra de alimentos da Agricultura Familiar</p>
14.	<p>Assim como no caso da compra de alimentos por licitação, a chamada pública, que é a dispensa de licitação, deve respeitar as seguintes etapas: Marque as alternativas corretas. Escolha pelo menos uma resposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> Descrição do nome dos agricultores que podem participar da chamada pública Pesquisa de preço – havendo assim parâmetro para análise das ofertas que serão apresentadas pelos agricultores Descrição do valor total a ser gasto com alimentos da agricultura familiar Descrição do número da Declaração de Aptidão ao PRONAF dos agricultores que podem participar 	<p>Unidade V Compra de alimentos da Agricultura Familiar</p>
15.	<p>Para que a compra de alimentos da agricultura familiar contribua para a saúde dos escolares é importante planejar o cardápio com base nos alimentos que são produzidos no local, ou seja, de acordo com a vocação agrícola da região. Para que isso seja possível, as seguintes ações são importantes: Marque as alternativas corretas. Escolha pelo menos uma resposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> Que o Conselho converse informalmente com o nutricionista sobre o cardápio, para saber os alimentos que estão sendo adquiridos da agricultura familiar; Que o nutricionista conheça os alimentos produzidos no local, por meio de reuniões e visitas aos agricultores familiares. Que os agricultores produzam o que o nutricionista costuma utilizar no cardápio das escolas, Que o nutricionista espere os agricultores demonstrarem interesse em fornecer os alimentos que 	<p>Unidade V Compra de alimentos da Agricultura Familiar</p>

	produzem para a Alimentação Escolar	
16.	<p>Para participar da chamada pública, os agricultores precisam ter a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), e o valor máximo da venda de alimentos para a alimentação escolar por DAP/ano, que é:</p> <p>Marque a alternativa correta.</p> <p>Escolher uma resposta.</p> <p>Variável segundo o número de estudantes do município</p> <p>Não há limite</p> <p>R\$ 9mil reais</p> <p>R\$ 10mil reais</p>	<p>Unidade V</p> <p>Compra de alimentos da Agricultura Familiar</p>
17.	<p>Em relação às notas fiscais, o conselheiro deve observar:</p> <p>Marque a alternativa incorreta.</p> <p>Escolher uma resposta.</p> <p>Se o preço pago está de acordo com a média de preço do mercado local;</p> <p>Se o valor das notas equivale ao valor dos débitos efetuados na conta específica do Programa;</p> <p>Se o valor está dentro do limite máximo para pagamento de nota fiscal;</p> <p>Se há descrição da fonte pagadora, ou seja, do Programa ao qual se destinam os alimentos;</p>	<p>Unidade VI (17 a 22)</p> <p>Análise da prestação de contas</p>
18.	<p>As guias de remessa devem:</p> <p>Escolha a alternativa correta.</p> <p>Escolher uma resposta.</p> <p>Somente devem ser emitidas se a quantidade de alimentos retirado do depósito for maior que 50 quilos ou unidade equivalente</p> <p>Conter a assinatura do recebedor (estoquista) e do fornecedor</p> <p>Conter a quantidade de apenas um item/alimento que saiu do depósito e não de vários itens/alimentos;</p> <p>Ser emitidas pelo estoquista ou merendeiro toda vez que um alimento sai do depósito</p>	<p>Unidade VI</p> <p>Análise da prestação de contas</p>
19.	<p>As guias de recebimento devem:</p> <p>Marque a alternativa correta.</p>	<p>Unidade VI</p> <p>Análise da prestação de</p>

	<p>Escolher uma resposta.</p> <p>Conter a quantidade de alimento que foi recebida no depósito</p> <p>Conter a quantidade de alimento que saiu do depósito</p> <p>Conter a quantidade de apenas um item/alimento que saiu do depósito central e não de vários itens/alimentos;</p> <p>Somente devem ser emitidas se a quantidade de alimentos retirado do depósito for maior que 50 quilos ou unidade equivalente</p>	<p>contas</p>
20.	<p>O Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira é:</p> <p>Marque a alternativa correta.</p> <p>Escolher uma resposta.</p> <p>A relação das quantidades de alimentos utilizados em cada uma das escolas do município a cada mês do ano.</p> <p>Um resumo da execução do PNAE, em que é descrita a forma de gestão, a modalidade de licitação e o total de recurso recebido e gasto na Alimentação Escolar.</p> <p>O conjunto das notas fiscais de compras de alimentos para as escolas.</p> <p>Um resumo dos gastos com alimentação escolar daquele ano, em que é descrito o recurso recebido e gasto, bem como a quantidade de alunos atendidos e de refeições servidas na Alimentação Escolar.</p>	<p>Unidade VI</p> <p>Análise da prestação de contas</p>
21.	<p>O Relatório Anual de Gestão é:</p> <p>Marque a alternativa correta.</p> <p>Escolher uma resposta.</p> <p>O relatório elaborado anualmente pela Secretaria de Educação e entregue ao CAE, o qual descreve a execução do PNAE.</p> <p>O relatório da Secretaria de Educação onde está descrita a utilização do orçamento municipal gasto com o pagamento de pessoal que trabalham no PNAE</p> <p>O relatório elaborado anualmente pelo CAE e entregue ao FNDE, o qual descreve a execução do PNAE.</p> <p>O relatório onde está descrito o número de refeições servidas em cada escola do município em um determinado ano;</p>	<p>Unidade VI</p> <p>Análise da prestação de contas</p>

22.	<p>O Parecer conclusivo sobre a execução do PNAE é: Marque a alternativa correta. Escolher uma resposta.</p> <p>a. Elaborado pelo CAE e entregue ao FNDE. Por meio deste documento, o governo federal analisa a execução do PNAE nos municípios e estados brasileiros.</p> <p>b. Elaborado pela Secretaria de Educação e entregue ao CAE, para que o Conselho saiba como se deu a execução do PNAE naquele ano.</p> <p>c. O parecer elaborado pelo Tribunal de Contas do município sobre o PNAE</p> <p>d. O parecer emitido pelo Ministério Público analisando a execução do PNAE</p>	<p>Unidade VI Análise da prestação de contas</p>
23.	<p>Dentre as atribuições do Conselho está: zelar pela qualidade dos alimentos e das refeições oferecidas nas escolas. Os passos que contribuem para que esta atribuição seja efetivada são: Escolha a alternativa incorreta Escolher uma resposta.</p> <p>Retirar todos os alimentos do depósito no momento da dedetização</p> <p>Especificação adequada no momento da licitação/aquisição dos alimentos.</p> <p>Realizar visitas ao depósito das escolas para monitorar o armazenamento</p> <p>Manter todos os alimentos armazenados em temperatura ambiente</p>	<p>Unidade VII (23 a 25) Controle de qualidade dos alimentos</p>
24.	<p>Existem ferramentas que auxiliam o conselheiro a monitorar a qualidade da alimentação escolar. Estas ferramentas são: Marque as alternativas corretas. Escolha pelo menos uma resposta.</p> <p>Roteiro de visita às escolas, que facilita os conselheiros a observarem pontos importantes para garantir o adequado armazenamento e preparo dos alimentos.</p> <p>Teste de apresentação dos alimentos, no qual os conselheiros avaliam se a apresentação dos alimentos prontos que estão sendo servidos aos alunos é agradável.</p> <p>Teste de cor dos alimentos, o qual indica se os alunos aprovam as cores dos alimentos que estão sendo servidos na Alimentação Escolar.</p> <p>Teste de atributos ou teste de amostra, o qual tem por objetivo selecionar alimentos de qualidade no momento da licitação. Afinal nem tudo que é barato tem boa qualidade!</p>	<p>Unidade VII Controle de qualidade dos alimentos</p>

25.	<p>Em relação ao cardápio, o conselheiro deve analisar os seguintes itens, com o objetivo de garantir a qualidade da alimentação escolar:</p> <p>Marque as alternativas corretas.</p> <p>Escolha pelo menos uma resposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se existem alimentos como arroz, feijão, batata e carne Se o planejamento do cardápio respeitou a faixa etária dos alunos Se há a oferta de 200g de frutas e hortaliças por semana por aluno Se há alimentos saborosos, como doces 	<p style="text-align: center;">Unidade VII Controle de qualidade dos alimentos</p>
-----	---	--

Apêndice 04 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Questionário

O senhor (a) está sendo convidado a participar da pesquisa “*Desenvolvimento e Avaliação de uma Proposta de Educação a Distância para Conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*”

1. Justificativa: O Programa Nacional de Alimentação Escolar atende atualmente 47 milhões de alunos do ensino infantil, fundamental, médio e educação de jovens e adultos diariamente. O Conselho de Alimentação Escolar é uma instância fundamental de participação e controle social do PNAE. Para que o CAE possa exercer suas funções de maneira qualificada é fundamental que seus conselheiros tenham acesso a ações de formação sobre os diferentes aspectos da operacionalização do programa. No entanto, desde 2002, quando foram iniciadas as ações de formação dos conselheiros, apenas 34% do total tiveram acesso a estas atividades. Portanto é cada vez mais necessário que sejam ofertadas outras estratégias de formação como, por exemplo, cursos à distância. Esta é uma das alternativas para melhorarmos a qualidade da Alimentação Escolar no país.

2. Metodologia: A primeira fase da proposta de elaboração de um curso à distância para conselheiros do CAE consiste em uma pesquisa para identificação de necessidades de formação. Para esta fase será aplicado um questionário com todos os Conselheiros de Alimentação Escolar do Brasil com o objetivo de conhecer as principais dúvidas relacionadas às funções a serem desempenhadas pelos conselhos do PNAE. Com estas informações será desenvolvido o material do curso que terá duração de quatro meses.

3. Benefícios Esperados: A primeira fase do projeto, do qual trata este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido irá proporcionar que o curso a ser elaborado atenda as demandas reais dos conselheiros dos CAEs.

4. Previsão de riscos ou desconfortos: A participação nesta primeira fase do projeto, consiste em responder um questionário sobre as atividades que os conselheiros desempenham no CAE. Para a participação ser viável é necessário um computador com acesso à internet.

5. Garantia de esclarecimentos e sigilo acerca da pesquisa: É garantido que a equipe da pesquisa dará todos os esclarecimentos acerca da pesquisa durante todo o seu processo de realização e após o mesmo. Garante-se ainda o sigilo dos dados confidenciais (como nome, endereço, telefone, etc.) aos que responderem ao questionário. Os resultados serão divulgados de maneira agregada, isto é, sem identificação individual de nenhum participante, em eventos e revistas científicas. A guarda dos dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sob a responsabilidade dos pesquisadores.

6. Informações dos responsáveis pela pesquisa: Telefone do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília – (61) 3107-1947, endereço eletrônico ceps@unb.br. Telefone da pesquisadora Luisete Moraes Bandeira - (61) 9905 0718, endereço eletrônico luiseteufpel@hotmail.com

7. Informações adicionais: Este Termo de Consentimento será válido somente após o seu consentimento, ou seja, após preenchimento do campo (li e concordo com o que está escrito abaixo).

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Eu declaro que as informações que li ou que foram lidas para mim são suficientes para que eu entenda e consinta a minha participação na pesquisa denominada “*Desenvolvimento e Avaliação de uma Proposta de Educação a Distância para Conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*”. Sendo assim, concordo voluntariamente em participar deste estudo, e estou ciente que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA

Nome completo:

Sexo: M () F ()

Conselheiro representante do segmento: () executivo () trabalhadores da educação, professores e alunos () pais de alunos () entidades civis organizadas

Município:

Estado:

Telefones para contato:

E-mail:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participação no curso

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa chamada “*Desenvolvimento e Avaliação de uma Proposta de Educação a Distância para Conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*”

Justificativa: O Programa Nacional de Alimentação Escolar atende atualmente 47 milhões de alunos do ensino infantil, fundamental, médio e educação de jovens e adultos diariamente. O Conselho de Alimentação Escolar é uma instância fundamental de participação e controle social do PNAE. Para que o CAE possa exercer suas funções de maneira qualificada é fundamental que seus conselheiros tenham acesso a ações de formação sobre os diferentes aspectos da operacionalização do programa. No entanto, desde 2002, quando foram iniciadas as ações de formação dos conselheiros, apenas 34% do total tiveram acesso a estas atividades. Portanto é cada vez mais necessária a oferta de outras estratégias de formação como, por exemplo, cursos à distância. Esta é uma das alternativas para melhorarmos a qualidade da Alimentação Escolar no país.

Metodologia: Será realizado o desenvolvimento e avaliação do Curso a Distância para Conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, o mesmo terá duração de três meses e será realizado por meio da internet.

Benefícios Esperados: Esta pesquisa se propõe a desenvolver e avaliar o curso piloto com 80 Conselheiros de Alimentação Escolar do Brasil. Os resultados podem vir a estimular o desenvolvimento de um curso que alcance todos os conselheiros do PNAE (39.137 membros pertencentes aos 5.565 Conselhos de Alimentação Escolar do Brasil).

Previsão de riscos ou desconfortos: Os 80 participantes selecionados participarão do curso no período de 15 de agosto a 11 de novembro 2011, sendo necessária a disponibilidade de um computador com acesso a internet para realizá-lo.

Garantia de esclarecimentos e sigilo acerca da pesquisa: É garantido que a equipe da pesquisa dará todos os esclarecimentos acerca da pesquisa durante todo o seu processo de realização e após o mesmo. Garante-se ainda o sigilo dos dados confidenciais (como nome, endereço, telefone, etc.) aos envolvidos na pesquisa. Os resultados serão divulgados em eventos e revistas científicas. A guarda dos dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sob a responsabilidade dos pesquisadores.

Informações dos responsáveis pela pesquisa: Telefone do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília – 3107-1947, endereço eletrônico cepfs@unb.br. Telefone da pesquisadora Luisete Moraes Bandeira - (61) 8132 5076, endereço eletrônico cursocae@gmail.com

Informações adicionais: Este Termo de Consentimento será válido somente após o seu consentimento, ou seja, após preenchimento do campo (li e concordo com o que está escrito abaixo).

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Eu declaro que as informações que li ou que foram lidas para mim são suficientes para que eu entenda e consinta a minha participação na pesquisa denominada “*Desenvolvimento e Avaliação de uma Proposta de Educação a Distância para Conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*”. Sendo assim, concordo voluntariamente em participar deste estudo, e estou ciente que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

Apêndice 05 – Análises Estatísticas - Artigo 01:

Dados sociodemográficos

```
DATASET ACTIVATE DataSet2.  
FREQUENCIES VARIABLES=Sexo UF Segmento Tempo Interesse Computador Habilidade  
/ORDER=ANALYSIS.
```

Frequencies

[DataSet2] C:\Users\Luisete\Documents\LUISETE\Mestrado\QUALIFICAÇÃO\Encontro nacional\banco de dados questionários.sav ana (1).sav

Statistics

		Sexo	UF	Atua como conselheiro representante de qual segmento	Tempo de mandato	Interesse e disponibilidade?
N	Valid	145	145	145	145	145
	Missing	0	0	0	0	0

Statistics

		Você tem acesso diário a computador com internet?	Você tem habilidade no uso do computador?
N	Valid	145	145
	Missing	0	0

Frequency Table

Sexo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	M	42	29,0	29,0	29,0
	F	103	71,0	71,0	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

UF

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid AC	7	4,8	4,8	4,8
AL	5	3,4	3,4	8,3
AM	4	2,8	2,8	11,0
BA	11	7,6	7,6	18,6
CE	1	,7	,7	19,3
ES	2	1,4	1,4	20,7
GO	26	17,9	17,9	38,6
MA	5	3,4	3,4	42,1
MG	6	4,1	4,1	46,2
MS	8	5,5	5,5	51,7
MT	7	4,8	4,8	56,6
PA	4	2,8	2,8	59,3
PB	5	3,4	3,4	62,8
PE	1	,7	,7	63,4
PI	2	1,4	1,4	64,8
PR	2	1,4	1,4	66,2
RJ	1	,7	,7	66,9
RN	3	2,1	2,1	69,0
RO	4	2,8	2,8	71,7
RR	2	1,4	1,4	73,1
RS	4	2,8	2,8	75,9
SC	3	2,1	2,1	77,9
SE	3	2,1	2,1	80,0
SP	4	2,8	2,8	82,8
TO	25	17,2	17,2	100,0
Total	145	100,0	100,0	

Atua como conselheiro representante de qual segmento

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid executivo	17	11,7	11,7	11,7
Trabalhadores da educação, professores ou alunos	70	48,3	48,3	60,0
Pais de alunos	23	15,9	15,9	75,9
Entidades Cívis organizadas	32	22,1	22,1	97,9
Não sei	3	2,1	2,1	100,0
Total	145	100,0	100,0	

Tempo de mandato

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid um ano	58	40,0	40,0	40,0
dois anos	26	17,9	17,9	57,9
três anos	5	3,4	3,4	61,4
quatro anos	39	26,9	26,9	88,3
cinco anos	1	,7	,7	89,0
sei s anos	2	1,4	1,4	90,3
Não sei	14	9,7	9,7	100,0
Total	145	100,0	100,0	

Interesse e disponibilidade?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	129	89,0	89,0	89,0
Não	16	11,0	11,0	100,0
Total	145	100,0	100,0	

Você tem acesso diário a computador com internet?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	118	81,4	81,4	81,4
Não	27	18,6	18,6	100,0
Total	145	100,0	100,0	

Você tem habilidade no uso do computador?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	115	79,3	79,3	79,3
	Não	30	20,7	20,7	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Necessidades de formação – questões fechadas

```

DATASET ACTIVATE DataSet1.
DATASET CLOSE DataSet0.
DATASET ACTIVATE DataSet2.
FREQUENCIES VARIABLES=Q1 Q2 Q3 Q4 Q5 Q6 Q7 Q8 Q9
/ORDER=ANALYSIS.
    
```

Frequencias

[DataSet2] C:\Users\Luisete\Documents\LUISETE\Mestrado\QUALIFICAÇÃO\Encontro n
 acional\banco de dados questionários.sav ana (1).sav

Statistics

		O conselho acompanha o procedimento licitatório para compra de alimentos e avalia se a modalidade está adequada ao valor recebido anualmente pelo FNDE?	O conselho avalia a adequação do cardápio da alimentação escolar às recomendações previstas na Resolução CD/FNDE 38/2009?	O conselho acompanha a aplicação do teste de aceitabilidade das preparações e alimentos oferecidos na alimentação escolar?	O conselho participa do processo de controle de qualidade dos gêneros alimentícios adquiridos para a alimentação escolar?	O conselho participa do processo de compra de alimentos da agricultura familiar?
N	Valid	145	145	145	145	145
	Missing	0	0	0	0	0

Statistics

		O conselho analisa a prestação de contas da alimentação escolar?	O conselho acompanha o controle de estoque dos gêneros alimentícios oferecidos na alimentação escolar?	O CAE tem regimento interno aprovado?	O conselho informa as irregularidades na execução do PNAE
N	Valid	145	145	145	144
	Missing	0	0	0	1

Frequency Table

O conselho acompanha o procedimento licitatório para compra de alimentos e avalia se a modalidade está adequada ao valor recebido anualmente pelo FNDE?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid SIM, com facilidade	32	22,1	22,1	22,1
SIM, com dificuldade pois temos dúvidas sobre o assunto	35	24,1	24,1	46,2
SIM, com dificuldade por outros motivos	11	7,6	7,6	53,8
NÃO, pois não temos conhecimento suficiente sobre o assunto	33	22,8	22,8	76,6
NÃO, por outros motivos	30	20,7	20,7	97,2
Não sei	4	2,8	2,8	100,0
Total	145	100,0	100,0	

O conselho avalia a adequação do cardápio da alimentação escolar às recomendações prevista na Resolução CD/FNDE 38/2009?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid SIM, com facilidade	60	41,4	41,4	41,4
SIM, com dificuldade pois temos dúvidas sobre o assunto	22	15,2	15,2	56,6
SIM, com dificuldade por outros motivos	11	7,6	7,6	64,1
NÃO, pois não temos conhecimento suficiente sobre o assunto	31	21,4	21,4	85,5
NÃO, por outros motivos	19	13,1	13,1	98,6
Não sei	2	1,4	1,4	100,0
Total	145	100,0	100,0	

O conselho acompanha a aplicação do teste de aceitabilidade das preparações e alimentos oferecidos na alimentação escolar?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid SIM, com facilidade	50	34,5	34,5	34,5
SIM, com dificuldade pois temos dúvidas sobre o assunto	17	11,7	11,7	46,2
SIM, com dificuldade por outros motivos	13	9,0	9,0	55,2
NÃO, pois não temos conhecimento suficiente sobre o assunto	22	15,2	15,2	70,3
NÃO, por outros motivos	40	27,6	27,6	97,9
Não sei	3	2,1	2,1	100,0
Total	145	100,0	100,0	

O conselho participa do processo de controle de qualidade dos gêneros alimentícios adquiridos para a alimentação escolar?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid SIM, com facilidade	55	37,9	37,9	37,9
SIM, com dificuldade pois temos dúvidas sobre o assunto	17	11,7	11,7	49,7
SIM, com dificuldade por outros motivos	27	18,6	18,6	68,3
NÃO, pois não temos conhecimento suficiente sobre o assunto	13	9,0	9,0	77,2
NÃO, por outros motivos	30	20,7	20,7	97,9
Não sei	3	2,1	2,1	100,0
Total	145	100,0	100,0	

O conselho participa do processo de compra de alimentos da agricultura familiar?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid SIM, com facilidade	27	18,6	18,6	18,6
SIM, com dificuldade pois temos dúvidas sobre o assunto	16	11,0	11,0	29,7
SIM, com dificuldade por outros motivos	20	13,8	13,8	43,4
NÃO, pois não temos conhecimento suficiente sobre o assunto	24	16,6	16,6	60,0
NÃO, por outros motivos	54	37,2	37,2	97,2
Não sei	4	2,8	2,8	100,0
Total	145	100,0	100,0	

O conselho analisa a prestação de contas da alimentação escolar?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM, com facilidade	59	40,7	40,7	40,7
	SIM, com dificuldade pois temos dúvidas sobre o assunto	33	22,8	22,8	63,4
	SIM, com dificuldade por outros motivos	20	13,8	13,8	77,2
	NÃO, pois não temos conhecimento suficiente sobre o assunto	8	5,5	5,5	82,8
	NÃO, por outros motivos	19	13,1	13,1	95,9
	Não sei	6	4,1	4,1	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

O conselho acompanha o controle de estoque dos gêneros alimentícios oferecidos na alimentação escolar?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM, com facilidade	66	45,5	45,5	45,5
	SIM, com dificuldade pois temos dúvidas sobre o assunto	7	4,8	4,8	50,3
	SIM, com dificuldade por outros motivos	20	13,8	13,8	64,1
	NÃO, pois não temos conhecimento suficiente sobre o assunto	14	9,7	9,7	73,8
	NÃO, por outros motivos	36	24,8	24,8	98,6
	Não sei	2	1,4	1,4	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

O CAE tem regimento interno aprovado?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	105	72,4	72,4	72,4
	NÃO e desconhecemos se está sendo elaborado	6	4,1	4,1	76,6
	NÃO, mas está sendo elaborado	25	17,2	17,2	93,8
	Não sei	9	6,2	6,2	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

O conselho informa as irregularidades na execução do PNAE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM, sempre	35	24,1	24,3	24,3
	SIM, mas nem sempre pois procuramos resolver os problemas com a EE	55	37,9	38,2	62,5
	SIM, mas nem sempre pois temos dificuldade de contato/acesso aos órgãos de controle	6	4,1	4,2	66,7
	NÃO, pois não temos conhecimento sobre este procedimento	19	13,1	13,2	79,9
	NÃO, por outros motivos	18	12,4	12,5	92,4
	Não sei	11	7,6	7,6	100,0
	Total	144	99,3	100,0	
Missing	System	1	,7		
Total		145	100,0		

Necessidades de formação – questão aberta

```
FREQUENCIES VARIABLES=Q10.1 Q10.2 Q10.3 Q10.4 Q10.5 Q10.6 Q10.7 Q10.8 Q10.9 Q10.10 Q10.11 Q10.12 Q10.13 Q10.14 Q10.15 Q10.16 Q10.17 Q10.18 Q10.19 Q10.20 Q10.21 Q10.22 Q10.23 Q10.24 Q10.25 Q10.26 Q10.27 Q10.28 Q10.29 Q10.30 Q10.31 Q10.32 Q10.33 Q10.34 Q10.35 Q10.36
/ORDER=ANALYSIS.
```

Frequencies

[DataSet2] C:\Users\Luisete\Documents\LUISETE\Mestrado\QUALIFICAÇÃO\Encontro nacional\banco de dados questionários.sav ana (1).sav

Statistics

		Agricultura Familiar	Licitações, pregão eletrônico	Alimentação saudável, Noções de nutrição, Educação nutricional	Atuação do CAE dentro da escola	Atuação do CAE com o nutricionista
N	Valid	145	145	145	145	145
	Missing	0	0	0	0	0

Statistics

		Cantinas escolares e gestor escolar x cardápio	Controle social	Liderança	Denúncias, como informar irregularidades	Teste de aceitabilidade
N	Valid	145	145	145	145	145
	Missing	0	0	0	0	0

Statistics

		Elaboração do regimento interno	Papel do conselho, Responsabilidade e comprometimento, Atividades do conselho, Postura do conselho, Fiscalização do CAE	Legislação, Resolução 38	Licitação de pequenos municípios x qualidade dos alimentos	Falta de produtores rurais
N	Valid	145	145	145	145	145
	Missing	0	0	0	0	0

Statistics

		Controle de qualidade, manipulação e higienização	Controle de estoque	Prestação de contas	Cardápio	Parecer do CAE
N	Valid	145	145	145	145	145
	Missing	0	0	0	0	0

Statistics

		Intersetorialidade/articulação	Planejamento (reuniões, visitas)	PPA (Plano Plurianual)	Meios de comunicação do CAE independente	Contato direto com o FNDE
N	Valid	145	145	145	145	145
	Missing	0	0	0	0	0

Statistics

		Produtos agroecológicos	Relatório anual de gestão	Cardápio especial	Capacitação prática	Incentivo e compra local
N	Valid	145	145	145	145	145
	Missing	0	0	0	0	0

Statistics

		Estrutura das escolas	Roteiro para visitar as escolas	Chamada pública	Segurança alimentar
N	Valid	145	145	145	145
	Missing	0	0	0	0

Statistics

		Transporte	Troca de experiências com outros conselheiros, experiências exitosas
N	Valid	145	145
	Missing	0	0

Frequency Table

Agricultura Familiar

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	117	80,7	80,7	80,7
	Sim	28	19,3	19,3	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Licitações, pregão eletrônico

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	91	62,8	62,8	62,8
	Sim	54	37,2	37,2	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Alimentação saudável, Noções de nutrição, Educação nutricional

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	137	94,5	94,5	94,5
	Sim	8	5,5	5,5	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Atuação do CAE dentro da escola

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	144	99,3	99,3	99,3
	Sim	1	,7	,7	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Atuação do CAE com o nutricionista

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	144	99,3	99,3	99,3
	Sim	1	,7	,7	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Cantinas escolares e gestor escolar x cardápio

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	144	99,3	99,3	99,3
	Sim	1	,7	,7	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Controle social

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	139	95,9	95,9	95,9
	Sim	6	4,1	4,1	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Liderança

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	144	99,3	99,3	99,3
	Sim	1	,7	,7	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Denúncias, como informar irregularidades

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	137	94,5	94,5	94,5
	Sim	8	5,5	5,5	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Teste de aceitabilidade

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	140	96,6	96,6	96,6
	Sim	5	3,4	3,4	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Elaboração do regimento interno

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	141	97,2	97,2	97,2
	Sim	4	2,8	2,8	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Papel do conselho, Responsabilidade e comprometimento, Atividades do conselho, Postura do conselho, Fiscalização do CAE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	112	77,2	77,2	77,2
	Sim	33	22,8	22,8	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Legislação, Resolução 38

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	140	96,6	96,6	96,6
	Sim	5	3,4	3,4	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Licitação de pequenos municípios x qualidade dos alimentos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	144	99,3	99,3	99,3
	Sim	1	,7	,7	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Falta de produtores rurais

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	144	99,3	99,3	99,3
	Sim	1	,7	,7	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Controle de qualidade, manipulação e higienização

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	111	76,6	76,6	76,6
	Sim	34	23,4	23,4	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Controle de estoque

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	133	91,7	91,7	91,7
	Sim	12	8,3	8,3	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Prestação de contas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	98	67,6	67,6	67,6
	Sim	47	32,4	32,4	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Cardápio

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	140	96,6	96,6	96,6
	Sim	5	3,4	3,4	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Parecer do CAE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	141	97,2	97,2	97,2
	Sim	4	2,8	2,8	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Intersetorialidade/articulação

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	141	97,2	97,2	97,2
	Sim	4	2,8	2,8	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Planejamento (reuniões, visitas)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	142	97,9	97,9	97,9
	Sim	3	2,1	2,1	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

PPA (Plano Plurianual)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	144	99,3	99,3	99,3
	Sim	1	,7	,7	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Meios de comunicação do CAE independente

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	144	99,3	99,3	99,3
	Sim	1	,7	,7	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Contato direto com o FNDE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	144	99,3	99,3	99,3
	Sim	1	,7	,7	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Produtos agroecológicos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	144	99,3	99,3	99,3
	Sim	1	,7	,7	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Relatório anual de gestão

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	144	99,3	99,3	99,3
	Sim	1	,7	,7	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Cardápio especial

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	144	99,3	99,3	99,3
	Sim	1	,7	,7	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Capacitação prática

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	144	99,3	99,3	99,3
	Sim	1	,7	,7	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Incentivo e compra local

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	144	99,3	99,3	99,3
	Sim	1	,7	,7	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Estrutura das escolas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	143	98,6	98,6	98,6
	Sim	2	1,4	1,4	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Roteiro para visitar as escolas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	143	98,6	98,6	98,6
	Sim	2	1,4	1,4	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Chamada pública

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	144	99,3	99,3	99,3
	Sim	1	,7	,7	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Segurança alimentar

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	1	,7	,7	,7
	Não	144	99,3	99,3	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Transporte

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	144	99,3	99,3	99,3
	Sim	1	,7	,7	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Troca de experiências com outros conselheiros, experiências exitosas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	143	98,6	98,6	98,6
	Sim	2	1,4	1,4	100,0
	Total	145	100,0	100,0	

Sistematização da análise de conteúdo das respostas da questão 9, questão aberta do questionário auto-preenchido por 145 conselheiros de alimentação escolar, no Encontro Nacional do PNAE/2010.

Identificação	Q10	Q10
1	1,2,3	Agricultura Familiar, Licitações, alimentação saudável
2	2,16,17	Licitação, controle de qualidade, controle de estoque
3	18, 16, 3	Prestação de contas, controle de qualidade, educação nutricional
4	18,2,28,1	Prestação de contas, licitação, cardápio especial, agricultura familiar
5	4,5,12	Atuação da CAE dentro da escola, atuação do CAE com o nutricionista, responsabilidade e comprometimento
6	18,25	Prestação de contas, contato direto com o FNDE
7	35,16	Transporte, manipulação e higienização
8	18,2,12	Prestação de contas, licitação, postura de fiscalização
9	18,2	Prestação de contas, licitação
10	2,18,19,20	Licitação, Prestação de contas, Cardápio, Parecer do CAE
11	12	Atividades do conselho
12	1	Agricultura familiar
13	18,1,21	prestação de contas, agricultura familiar, intersetorialidade/articulação
14	1	Agricultura familiar
15	18,2,1	Prestação de contas, Licitação, Agricultura familiar
16	18,14, 31,12	Prestação de contas, qualidade dos alimentos, estrutura das escolas, atividades do Conselho e postura
17	12,13,7	Papel do Conselho, legislação e controle social
18	18,2	Prestação de contas, Licitação
19	18,32	Prestação de contas, roteiro para visitar escolas
20	36	Troca de experiências com outros conselheiros
21	12,	Papel do Conselho, Postura do conselheiro
22	18,11,27	Prestação de contas, elaboração do parecer, relatório anual de gestão
23		
24	14,15	Licitação pequenos municípios x qualidade dos alimentos, Falta de produtores rurais
25	7,21,	Intersetorialidade, controle social, compromisso
26		
27	7,2,8	Controle social, Licitação, Liderança
28		

29	18,12,13	Prestação de contas, Atividades do CAE, Resolução n°38
30	6	Cantinas escolares e gestor escolar x cardápio
31	12,2,7	Papel do Conselho x responsabilidade, Licitação, Controle Social
32	13	Resolução n° 38
33	23,24	PPA, articulações, meios de comunicação do CAE independente
34	18,1,9	Prestação de contas, Agricultura Familiar, Como denunciar
35	2,18,1	Prestação de conta, Licitação, Agricultura Familiar
36	12	Papel do Conselho
37	12	Papel do Conselho
38	18	Prestação de contas
39	12	Papel do Conselho
40	12,21,22	Postura do Conselho, instersetorialidade/articulação, Planejamento (reuniões, visitas)
41	12	Papel do Conselho
42	12,18,12	Papel do Conselho, Prestação de contas, Postura do Conselho
43	18,16,	Prestação de contas, Controle de qualidade,
44	12	Papel do Conselho
45	18,2,1	Prestação de contas, Licitação, Agricultura Familiar
46	11,12,12	Elaboração do Regimento Interno, Papel do conselho, Postura do conselho
47	12,2	Fiscalização do CAE, Licitação
48		
49	12,12	Papel do Conselho x responsabilidades, Fiscalização do CAE
50	13,7,3	Legislação, Controle social, Noções de Nutrição
51	9,2,10	Denúncias, Licitação x responsabilidades, Teste de aceitabilidade
52	9,2,10	Denúncias, Licitação, Teste de aceitabilidade
53	20,12,11	Parecer do CAE, Papel do conselho, Elaboração do Regimento Interno
54	2,18,1	Licitação, Prestação de contas, Agricultura familiar
55	18,12	Papel do conselho, Prestação de contas
56	18,2,30	Prestação de contas, Licitação, Compra Local
57	12,	Papel do conselho, como fiscalizar
58	18,1,29	Prestação de Contas, Agricultura Familiar, Capacitação Prática
59	2,18,9	Licitação, Prestação de contas, Informar irregularidades
60	1,11,2	Agricultura familiar, Regimento interno, Licitação
61	18,16,12	Prestação de contas, higiene de alimentos, controle da merenda escolar
62	18,1,12	Prestação de contas, agricultura familiar, Papel do Conselho
63	2,18,9	Licitação, Prestação de Contas, Informar Irregularidades

64	2,16,3	Licitação, qualidade dos alimentos, educação alimentar e nutricional
65	2,16,3	Licitação, higiene dos alimentos, educação nutricional
66	2,1,16	Licitação, Agricultura Familiar, Controle de qualidade
67	18,2,1	Prestação de contas, Licitação, Agricultura Familiar
68	2,13	Licitação, Resolução
69	18,20,3,19	Prestação de contas, Parecer do CAE, Educação Alimentar e nutricional (específicas), cardápio
70	1,36	Agricultura Familiar, Experiências Exitosas
71	11,2,33,34	Regimento interno, Licitação, Chamada pública, Segurança Alimentar
72	2,19	Licitação, Cardápio
73	1,2	Agricultura Familiar, Pregão eletrônico
74	18,19,16	Prestação de Contas, Cardápio e Controle de Qualidade
75	12	Papel do Conselho
76	18,2,12	Prestação de Contas, Licitação, papel do Conselho
77	2,16	Licitação , controle de qualidade
78	18,12	Prestação de contas, Papel do Conselho
79	18,12	Prestação de Contas, Papel do Conselho
80	19,1,18	Cardápio, Agricultura familiar, Prestação de Contas
81	2,18,3	Licitação, Prestação de Contas, Alimentação e Nutrição
82	1,17,16	Agricultura Familiar, Controle de estoque e controle de qualidade
83	2,12,9	Como acompanhar o processo de licitação. Acompanhar a entrega das merendas e Informar as irregularidades aos órgão competentes.
84	2,12,9	Como acompanhar o processo licitatório. Como fazer para saber se a merenda que está sendo entregue é realmente o que foi pedido ou comprado e como informar as irregularidades na execução do programa aos órgãos competentes.
85	1,17,16	Agricultura familiar. Estoque de alimentos e Controle da qualidade.
86	16,1,16	A maneira correta de armazenar os alimentos. Agricultura familiar e controle da qualidade.
87	2,12,9	Como acompanhar o processo licitatório. Como fazer para sabermos se a merenda que está sendo entregue é realmente o que foi pedido e como devemos informar as irregularidades na execução do programa aos órgãos competentes.
88	2,16,1	Procedimento licitatório. Controle da qualidade e Agricultura familiar.
89	12,16,10	Fiscalizar alimentação. Organizar a merenda escolar no ambiente arejado e Verificar se a merenda tem uma boa aceitação.
90	2,16,17	Licitações como escolher as pessoas a serem licitadas, manipulação de alimentos e controle de estoque do generos alimentícios.
91	12, 16	Atribuição de função dos conselheiros. Aquisição de alimentos e

		Controle de qualidade dos alimentos.
92	18,10	Análise de prestação de contas e teste de aceitabilidade.
93	18,16	Análise de prestação de contas e Processo de controle de qualidade.
94	29,2	Esclarecimentos sobre as atribuições do CAE e atribuições e / ou função de seus membros. Cursos de formação de merendeiros e Como acontece todo processo licitatório dos alimentos.
95	16,2,10	Qualidade dos alimentos. Procedimento de compra e Teste de aceitabilidade.
96	12,12,18	Fiscalização dos produtos da merenda. Participação nas visitas das escolas para avaliar a merenda e Fiscalizar a prestação de contas.
97	16,1,3	Participação no controle de qualidade. Compra dos Alimentos da Agricultura Familiar e Adequação do cardápio escolar.
98	3,12	Nutrição Escolar. Como atuar como conselheiro (sobre o controle da merenda escolar) e Como preparar uma alimentação na qual as crianças possam se interessar mais pela merenda.
99	3,37,19	Nutrição escolar. Função do CAE. Obrigação da secretaria quanto a merenda escolar. Elaboração de cardápios.
100	3,19,37	Adaptar um cardápio de boa qualidade para as crianças. Alimentação de boa qualidade e Mais esclarecimentos para o Conselho.
101	12	Curso à distância via a distância. Um curso superior em relação ao assunto (CAE) para cada município, pois o assunto deveria ser mais aprofundado com muitos anos.
102	16,12	Qualidade dos alimentos. Aplicação adequada dos recursos recebidos e A participação dos membros efetivos.
103	18,2,17	Análise de prestação de contas. Aquisição de compras de Alimento (procedimento licitatório) e Armazenamento do estoque nas escolas.
104	18,2,19	Análise de prestação de contas (passo a passo). Aquisição de alimentos (procedimento licitatório) e Cardápio da alimentação escolar.
105	18,2,16	Prestação de contas. Processo de licitação. Condição do depósito de alimento da cozinha, higiene e manipulação dos alimentos e manipuladores.
106	2,18,19	Processo licitatório. Prestação de contas. Adequação do cardápio da alimentação Escolar.
107	18,2,19	Prestação de contas. Licitação. Cardápio.
108	7,2	Conhecimento de controle social. Conhecimento de contabilidade (suporte técnico para os conselheiros) Processo licitatório e averiguação das notas.
109	,12	Orientações gerais do funcionamento do CAE. Como funciona o CECANE. Fiscalização dos recursos.
110	2	Compra direta de produtores locais. Processo de Licitação
111		
112	29	Cursos de Capacitação
113	16	O conceito básico é que o coordenador de merenda escolar deve ser especializar em validade ou lotes que define a validade do alimento.
114	16,2,12	Armazenagem de alimentos. Processo de licitação. Portaria sobre

		direitos e deveres.
115	12	Orientação. A quem recorrer. Como resolver.
116	18,37,3	Prestação de contas. PNAE. Base nutricional dos alimentos.
117	37,18,3	Conhecer melhor o programa PNAE. Prestação de contas. Base nutricional dos alimentos.
118	16,3	Controle de alimentação escolar. Orientação nutricional dos alimentos. Qualidade da alimentação escolar.
119	1	A valorização mais ampla dos alimentos da agricultura familiar na merenda escolar. Cronograma do órgão de fiscalização no caso o Conselho municipal junto ao poder sob delegação da merenda escolar. Discussão ampla entre pais e alunos sobre a merenda escolar.
120	16,18,19	A escolha da merenda. Prestação de conta. Conservação da merenda.
121	19,2	A elaboração do cardápio. Na compra dos alimentos. Na distribuição dos alimentos na escola.
122	19,17,18	Escolha da merenda. Acompanhamento do estoque. Prestação de contas - verbas.
123	13,2,17	Legislação do programa - PNAE. Legislação de licitação e 8666 e de pregão 10.520. Controle de estoque PEPS e UEPS.
124	2,16,18	Licitação. Controle de qualidade. Prestação de contas
125	13,2	Regimento interno. Compra direta. Processo licitatório
126	13,1,2	Regimento interno. Compras dos alimentos produzidos pela agricultura familiar. Processo licitatório.
127	13,2	Regimento interno. Compras de alimento. Processo licitatório.
128	16,3,2	Qualidade da alimentação. Preparo dos alimentos. Alimentos in natura, Processo licitatório.
129	12,2,1	Principais atribuições e responsabilidades dos conselheiros. Participação nas licitações. Compra de produtos da agricultura familiar.
130	11,1,2	Regimento interno. Compra dos alimentos produzidos pela agricultura familiar. Processo licitatório.
131	11,1,2	Regimento interno. Compra dos alimentos produzidos pela agricultura familiar. Processo licitatório.
132	11,13,12	Regimento. Legislação. Formação dos conselheiros.
133	13,12,	Legislação do CAE. Formação dos conselheiros. Um curso de como acompanhar e vistoriar as escolas
134	12,13,18	Atribuições do CAE. Legislação. Prestação de contas.
135	19,16	Participação do cardápio escolar. Controle de qualidade. Higienização no ambiente onde é elaborado a merenda e armazenamento adequado dos alimentos.
136	19,16	Participação na formação do cardápio da merenda escolar. Melhor qualidade dos alimentos para a merenda escolar. Higienização do ambiente onde é elaborado a merenda escolar.
137	13,2,12	Legislação. Recurso. Acompanhamento.
138	37	Formação para conhecermos mais sobre o programa.

139	37	Conhecimentos sobre o assunto.
140	17	Acompanha e controle de estoque.
141	16,18,12	A qualidade dos alimentos a serem consumidos, aplicação adequada dos recursos recebidos, a participação dos membros do Conselho
142	29,3	Curso de capacitação, mais instrução sobre os nutrientes dos alimentos

Sistematização das 36 categorias que emergiram da análise de conteúdo das respostas a questão 09, do questionário preenchido por 145 conselheiros de alimentação escolar, no Encontro Nacional do PNAE/2010.

Temas mais importante para compor um curso de formação, segundo conselheiros		n	(%)
1	Licitações, pregão eletrônico	54	37,2
2	Prestação de contas	47	32,4
3	Controle de qualidade, manipulação e higienização	34	23,4
4	Papel do Conselho, Responsabilidade e comprometimento, Atividades do Conselho, Postura do Conselho, Fiscalização do CAE	33	22,8
5	Agricultura familiar	28	19,3
6	Controle de estoque	12	8,3
7	Alimentação saudável, Noções de Nutrição, Educação Nutricional	8	5,5
8	Denúncias, como informar irregularidades	8	5,5
9	Controle social	6	4,1
10	Teste de aceitabilidade	5	3,4
11	Legislação, Resolução nº 38	5	3,4
12	Cardápio	5	3,4
13	Elaboração do regimento interno	4	2,8
14	Parecer do CAE	4	2,8
15	Intersetorialidade/articulação	4	2,8
16	Planejamento (reuniões, visitas)	3	2,1
17	Estruturas das escolas	2	1,4
18	Roteiro para visitar as escolas	2	1,4
19	Troca de experiências com outros conselheiros, Experiências exitosas	2	1,4
20	Atuação do CAE dentro da escola	1	0,7
21	Atuação do CAE com o nutricionista	1	0,7
22	Cantinas escolares e gestor escolar x cardápio	1	0,7
23	Liderança	1	0,7
24	Licitação de pequenos municípios x qualidade dos alimentos	1	0,7
25	Falta de produtores rurais	1	0,7
26	PPA (Plano Plurianual)	1	0,7
27	Meios de comunicação CAE independente	1	0,7

28	Contato direto com o FNDE	1	0,7
29	Produtos agroecológicos	1	0,7
30	Relatório anual de gestão	1	0,7
31	Cardápio especial	1	0,7
32	Capacitação prática	1	0,7
33	Incentivo a Compra local	1	0,7
34	Chamada pública	1	0,7
35	Segurança alimentar	1	0,7
36	Transporte	1	0,7

Apêndice 06 – Análises estatísticas artigo 2:

FREQUENCIES VARIABLES=Segmento Profissão Escolaridade
/ORDER=ANALYSIS.

Frequencies

[DataSet1] C:\Users\Luisete\Documents\LUISETE\Mestrado\DEFESA\Resultados\Dados sociodemográficos\Planilha dados sociodemograficos e questionário (47).sav

Statistics

		Segmento	Profissão	Escolaridade
N	Valid	47	47	47
	Missing	0	0	0

Frequency Table

Segmento

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sociedade Civil	6	12,8	12,8	12,8
	Pais de Alunos	7	14,9	14,9	27,7
	Professores	18	38,3	38,3	66,0
	Executivo	6	12,8	12,8	78,7
	Não consta	10	21,3	21,3	100,0
	Total	47	100,0	100,0	

Profissão

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		22	46,8	46,8	46,8
	Empresária	1	2,1	2,1	48,9
	Nutricionista	4	8,5	8,5	57,4
	PoliciaI Militar	1	2,1	2,1	59,6
	Professor	11	23,4	23,4	83,0
	Técnico Administrativo	8	17,0	17,0	100,0
	Total	47	100,0	100,0	

Escolaridade

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	7	14,9	14,9	14,9
Especial	1	2,1	2,1	17,0
Fundamen	1	2,1	2,1	19,1
Médio	3	6,4	6,4	25,5
Superior	35	74,5	74,5	100,0
Total	47	100,0	100,0	

[DataSet1] C:\Users\Luisete\Documents\LUISETE\Mestrado\DEFESA\Resultados\Dados sociodemográficos\Planilha dados sociodemograficos e questionário (47).sav

Frequências

[DataSet2] C:\Users\Luisete\Documents\LUISETE\Mestrado\DEFESA\Resultados\reação e desempenho.sav

Statistics

		Programa do curso entregue e cumprido	O material didático foi satisfatório	Os recursos audiovisuais foram satisfatórios	O processo de inscrição foi satisfatório
N	Valid	47	47	47	47
	Missing	0	0	0	0
	Mean	2,872	2,745	2,426	1,957
	Median	3,000	3,000	3,000	3,000
	Std. Deviation	,6121	,7652	,9944	1,3825
	Variance	,375	,586	,989	1,911
	Minimum	,0	,0	,0	,0
	Maximum	3,0	3,0	3,0	3,0

Statistics

		A carga horária foi satisfatória	soma escalacurso	Demonstrou domínio completo do conteúdo	Abordou adequadamente os assuntos
N	Valid	47	47	47	47
	Missing	0	0	0	0
	Mean	2,043	12,043	2,234	2,191
	Median	3,000	13,000	3,000	3,000
	Std. Deviation	1,3666	3,2635	1,2720	1,3128
	Variance	1,868	10,650	1,618	1,723
	Minimum	,0	,0	,0	,0
	Maximum	3,0	15,0	3,0	3,0

Statistics

	criouclimafav ravelapartic acaodosalun os	foioobjetivoem suaexplicao es	empregoutéc nicasdidatic asf avoráveisaf ixa ção	esclareceud vidasdosalun os
N	Valid Missing	47 0	47 0	47 0
Mean	2,128	2,213	2,000	2,085
Median	3,000	3,000	3,000	3,000
Std. Deviation	1,2444	1,2672	1,3022	1,3324
Variance	1,549	1,606	1,696	1,775
Minimum	,0	,0	,0	,0
Maximum	3,0	3,0	3,0	3,0

Statistics

	considerouas solicitacoes dosalunos	cumpriuoshor ariosestabe lizados	compareceun osdiasprogr amados	somaescalat or	forumII
N	Valid Missing	47 0	47 0	47 0	47 0
Mean	2,106	2,021	2,064	19,043	4,383
Median	3,000	3,000	3,000	24,000	4,000
Std. Deviation	1,2893	1,3592	1,3737	11,0098	2,6503
Variance	1,662	1,847	1,887	121,216	7,024
Minimum	,0	,0	,0	,0	,0
Maximum	3,0	3,0	3,0	27,0	9,0

Statistics

	forumIII	forumIV	forumV	analiseRAG	analiseparece r	preenchiment oDSA
N	Valid Missing	47 0	47 0	47 0	47 0	47 0
Mean	4,234	5,574	5,319	8,511	8,170	6,617
Median	5,000	6,000	5,000	10,000	10,000	8,000
Std. Deviation	2,1489	2,3195	1,6166	3,4444	3,3056	2,3733
Variance	4,618	5,380	2,613	11,864	10,927	5,633
Minimum	,0	,0	,0	,0	,0	,0
Maximum	9,0	9,0	9,0	10,0	10,0	9,0

Statistics

	aplicacaoparticateattribution	aplicacaopraticateaceitabilidade	envioroteirodevisita	Somadesempenho
N Valid	47	47	47	47
Missing	0	0	0	0
Mean	7,234	2,106	2,745	54,894
Median	9,000	3,000	3,000	57,000
Std. Deviation	2,8606	1,2377	,8462	9,2624
Variance	8,183	1,532	,716	85,793
Minimum	,0	,0	,0	31,0
Maximum	9,0	3,0	3,0	68,0

15. ANEXO

Anexo 01 – Aprovação do Projeto no Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília



Universidade de Brasília
Faculdade de Ciências da Saúde
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/FS

PROCESSO DE ANÁLISE DE PROJETO DE PESQUISA

Registro do Projeto no CEP: **122/10**

Título do Projeto: “Desenvolvimento e avaliação de uma proposta de formação a distância para conselheiros do programa nacional de alimentação escolar”.

Pesquisadora Responsável: Luisete Moraes Bandeira

Data da Entrada: 27/09/10

Com base na Resolução 196/96, do CNS/MS, que regulamenta a ética em pesquisa com seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, após análise dos aspectos éticos e do contexto técnico-científico, resolveu **APROVAR** o projeto **122/10** com o título: “Desenvolvimento e avaliação de uma proposta de formação a distância para conselheiros do programa nacional de alimentação escolar”, analisado na 9ª Reunião Ordinária, realizada no dia 05 de outubro de 2010.

A pesquisadora responsável fica, desde já, notificada da obrigatoriedade da apresentação de um relatório semestral e relatório final sucinto e objetivo sobre o desenvolvimento do Projeto, no prazo de 1 (um) ano a contar da presente data (item VII.13 da Resolução 196/96).

Brasília, 07 de dezembro de 2010.


Prof. Natar Menses de Sá
Coordenador do CEP-FS/UnB